



**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE LETRAS - LÍNGUA
PORTUGUESA**

**Habilitação: Língua Portuguesa e
suas literaturas**

(modalidade a distância)

LAVRAS, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

REITORIA

Reitor

João Chrysóstomo de Resende Júnior

Vice-Reitor

Valter Carvalho de Andrade Júnior

Chefe de Gabinete

Cinthia Divino Bustamante Murad

Assessor de Política e Relacionamento Institucional

Antônio Nazareno Guimarães Mendes

Assessor de Governança e Gestão

Adriano Higino Freire

Assessora de Assuntos Estratégicos

Débora Cristina de Carvalho

PRÓ-REITORIAS

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e Comunitários: Elisângela Elena Nunes Carvalho

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Christiane Maria Barcellos Magalhães Rocha

Pró-Reitor de Infraestrutura e Logística: João Cândido de Souza

Pró-Reitor de Pesquisa: Luciano José Pereira

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Adedir Aparecida Saczk

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas: Viviane Naves de Azevedo

Pró-Reitor de Graduação: Ronei Ximenes Martins

Pró-Reitor de Planejamento e Gestão: Márcio Machado Ladeira

UNIDADE ACADÊMICA

Diretora da FAELCH: Helena Maria Ferreira

Coordenadora do Curso: Larissa Giacometti Paris

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1 – CONTEXTO INSTITUCIONAL	7
1.1 Dados da Instituição	7
1.2 Contexto Geográfico da Universidade.....	8
1.3 Histórico da Universidade Federal de Lavras.....	8
2 – PERFIL INSTITUCIONAL	13
2.1 Missão Institucional	13
2.2 Princípios Institucionais: Visões e Valores	14
2.3 Áreas de Atuação Acadêmica	14
2.4 Inserção Regional	14
2.5 Relações e parcerias institucionais: regional, nacional e internacional	16
2.6 Responsabilidade social da UFLA	17
2.7 Objetivos da Instituição	18
2.8 Diretrizes pedagógicas da UFLA	19

2.9 Organograma da Universidade	20
3 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	22
3.1 Contexto educacional e perfil do curso	22
3.1.1 Histórico do curso	23
3.1.2 Justificativa	24
3.1.3 Concepção do curso.....	25
3.2 Políticas institucionais no âmbito do curso	30
3.2.1 Política institucional para o ensino na graduação.....	31
3.2.2 Diretrizes para a graduação a distância	32
3.2.3 Política de pesquisa	33
3.2.4 Política de extensão e cultura	35
3.3 Objetivos do curso	37
3.3.1 Objetivo geral	37
3.3.2 Objetivos específicos	39
3.4 Perfil profissional do egresso	39
3.5 Estrutura curricular	42

3.5.1 Flexibilização Curricular	43
3.5.2 Integração entre teoria e prática	45
3.5.3 Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão	48
3.5.4 Integração entre Graduação e Pós-Graduação	49
3.5.5 Matriz curricular	50
3.6 Conteúdos curriculares	50
3.6.1 Integralização curricular	55
3.7 Metodologia	55
3.8 Estágio curricular obrigatório	57
3.8.1 O estágio obrigatório no curso de Letras Língua Portuguesa.....	57
3.9 Componentes Curriculares Complementares – CCC.....	60
3.10 Trabalho de conclusão de curso	60
3.11 As atividades curriculares de extensão	62
3.12 Apoio ao discente	64
3.13 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	68
3.14 Atividades de tutoria	71

3.15 Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC – no processo ensino aprendizagem	72
3.16 Material didático institucional	74
3.17 Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes	75
3.18 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	75
3.19 Número de vagas	77
3.20 Integração com as redes públicas de ensino	77
3.21 Atividades práticas de ensino para licenciaturas	78
3.22 Participação dos discentes no acompanhamento e na avaliação do PPC	79
4 – DIMENSÃO: CORPO DOCENTE E TUTORIAL	81
4.1 Política institucional de formação docente	100
4.2 Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE	102
4.3 Administração acadêmica	103
4.4 Atuação da coordenação	103
4.5 Formação, titulação e experiência do coordenador do curso	104
4.6 Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente	104

5 – DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA	106
5.1 Gabinetes de trabalho para professores em tempo integral – TI	106
5.2 Espaço de trabalho para a coordenação do curso e para os serviços acadêmicos.....	106
5.3 Sala de professores e sala de reuniões.....	106
5.4 Sala de aula.....	107
5.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática	107
5.6 Bibliografia básica, bibliografia complementar e periódicos especializados.....	108
5.7 Laboratórios didáticos	109
5.7.1 Laboratório de Ensino de Língua Portuguesa	110
5.7.2 Laboratório de Estudos da Fala	111
5.7.3 Laboratórios presentes nos polos de apoio presencial	112
5.8 Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (Logística)	112
5.9 Comitê de Ética em Pesquisa (COEP)	112
6 – REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS	114
6.1 Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.....	114
6.2 Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena	114

6.3 Diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos	115
6.4 Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista	116
6.5 Disciplina de Libras	117
6.6 Políticas de Educação Ambiental.....	117
6.7 Atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais relativas aos conteúdos transversais...	118
7 - DOCENTES POR COMPONENTES CURRICULARES	119
8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122
9 - ANEXOS	123

APRESENTAÇÃO

O PPC - Projeto Pedagógico do Curso de Letras - Língua Portuguesa (habilitação Língua portuguesa e suas literaturas), modalidade a distância, ora proposto, fundamenta-se nas determinações da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, nos documentos orientadores produzidos pelo Ministério da Educação (MEC), que compõem as bases legais e as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação e, de modo mais específico, para o curso de Letras-Língua Portuguesa. O PPC também apresenta suas bases assentadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e nas normas institucionais que regulamentam a oferta de cursos de graduação e de licenciaturas da Universidade Federal de Lavras. Nesse sentido, este documento visa a atender às demandas estruturais e funcionais que caracterizam a identidade do curso de Letras – Língua

Portuguesa, em busca da sistematização de estratégias que contribuam para a qualidade do ensino de graduação, para a garantia de uma profissionalização dos egressos, para a integração entre ensino/pesquisa/extensão e para a formação para a cidadania.

Assim, é objetivo precípua deste projeto apresentar indicadores que assegurem uma identidade para o Curso ofertado, de modo a garantir a articulação de objetivos, de políticas e práticas de ensino, de iniciação científica e de extensão emanados da proposta de trabalho da Instituição. Este projeto contém as principais diretrizes pedagógicas, a organização básica e as condições institucionais da Universidade Federal de Lavras. Somam-se a essas questões, dados sobre a organização e o funcionamento do curso de Letras Língua Portuguesa (habilitação Língua portuguesa e suas literaturas), tais como: a justificativa social e institucional, os objetivos do curso, o perfil profissional, as áreas de atuação, a qualificação e o desenvolvimento do corpo docente, a estrutura curricular, as atividades curriculares e extracurriculares, a infraestrutura acadêmica e logística, os estágios supervisionados, a política de aperfeiçoamento e qualificação dos recursos humanos envolvidos, entre outros.

O presente PPC foi desenvolvido por intermédio de um trabalho colaborativo, que contou com a ação integrada dos membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE), do Colegiado do Curso de Letras - Língua Portuguesa e da participação de docentes do Curso. Além disso, o referido projeto contou, ainda, com a assessoria da Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino (DADE/PRG), da Diretoria de Planejamento e Gestão Acadêmica (DPGA/PROGRAD).

1 – CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 Dados da Instituição

Mantenedora: Ministério da Educação

CNPJ: 00.394.445/0188-17

Mantida: UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

CNPJ: 22.078.679/0001-74

Telefone: (35) 3829- 1122 / 3829-1502

E-mail: reitoria@ufla.br

Home Page: www.ufla.br

Endereço: Campus Universitário - Prédio da Reitoria, Caixa Postal 3037 – Lavras, MG,
CEP 37.200-900

Administração Superior da Universidade:

Reitor: João Chrysostomo de Resende Júnior

Vice-Reitor: Valter Carvalho de Andrade Júnior

Pró-Reitor de Graduação: Ronei Ximenes Martins

Pró-Reitor de Planejamento e Gestão: Márcio Machado Ladeira

Pró-Reitor de Pesquisa: Luciano José Pereira

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Adelir Aparecida Saczk

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Christiane Maria Barcellos Magalhães da Rocha

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários: Elisângela Elena Nunes Carvalho

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas: Viviane Naves de Azevedo

Pró-Reitor de Infraestrutura e Logística: João Cândido de Souza

Coordenadoria UAB-UFLA: Cleber Carvalho de Castro

1.2 Contexto geográfico da Universidade

A Universidade está situada na cidade de Lavras (Minas Gerais), a 230 km de Belo Horizonte, 370 km de São Paulo e 420 km do Rio de Janeiro, no entroncamento dos três principais grandes centros do país. A microrregião de Lavras é composta por 8 municípios, mas o alcance das ações desenvolvidas pela UFLA extrapola a dimensão regional.

No recenseamento de 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Lavras contava com 92.200 habitantes, com previsão de 105.756 (para 2021), sem contar a população rotativa (estudantes de outras localidades). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é de 0,782. Lavras é um município brasileiro da região do Campo das Vertentes, no sul do estado de Minas Gerais, e possui uma área de 564,5 km². Lavras está ligada a grandes capitais por duas rodovias principais: pela Fernão Dias, conectando-a a Belo Horizonte, a 230 quilômetros, e a São Paulo, a 370 quilômetros, e pela BR 265 chega-se à BR 040 que dá acesso ao Rio de Janeiro, a 420 quilômetros. A produção agropecuária se destaca especialmente pelo café e pelo gado leiteiro, apesar de constarem diversas culturas agrícolas. O setor industrial se encontra em desenvolvimento. Os setores agroindustriais e metalúrgico são os principais ramos industriais de Lavras. A cidade é sede do 8.º Batalhão da Polícia Militar (8.º BPM) e do 6.º Comando Regional da Polícia Militar (6.º CRPM), contendo também uma unidade da Polícia Federal.

Lavras tem sido destaque no cenário educacional. Possui cerca de 65 estabelecimentos de ensino, entre os quais quatro de nível superior: a Universidade Federal de Lavras (UFLA), o Centro Universitário de Lavras (Unilavras), a Faculdade Adventista de Minas Gerais (FAD-MINAS) e a Faculdade Presbiteriana Gammon (FAGAM), além de vários polos de Educação Superior na modalidade a Distância. Entre os principais museus de Lavras destacam-se o Museu Bi Moreira, onde se podem encontrar vários objetos como móveis, fotos, documentos e utensílios em geral relacionados com a história da cidade, e o Museu Sacro de Lavras, igreja com várias obras sacras do século XVIII, quando a igreja foi construída. A cidade conta com a Casa da Cultura, instalada desde 1984 em prédio do início do século XX, tem por finalidade abrigar diversas atividades artístico-culturais do povo lavrense.

1.3 Histórico da Universidade Federal de Lavras

A Universidade Federal de Lavras foi fundada em 1908. Inicialmente recebeu a denominação de Escola Agrícola de Lavras e, em 1938, tornou-se Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL). Em 1963, a ESAL foi federalizada pela lei nº 4307/64 e, em 1994, foi transformada em Universidade Federal de Lavras (UFLA) pela Lei nº 8956/94.

A UFLA oferece cursos de graduação e pós-graduação e tem se inserido nas mais diversas áreas do conhecimento. Com forte tradição agrária, a Universidade preparou-se para garantir uma expansão de qualidade, assegurando, primeiramente, a consolidação dos cursos que a tornaram reconhecida no cenário das pesquisas em ciências agrárias. A posterior criação de vários cursos de graduação nas diversas áreas do conhecimento evidenciou a solidez da Universidade e a necessidade de se continuar o processo de expansão a fim de garantir a democratização do acesso ao ensino superior.

As diretrizes da UFLA para os próximos quatro anos estão na expansão da oferta de vagas na graduação no campus de São Sebastião de Paraíso e na consolidação dos novos cursos de graduação e pós-graduação abertos no campus de Lavras. Além disso, busca-se a melhoria da qualidade dos cursos tradicionais da instituição. Portanto, espera-se que as ações a serem realizadas com base no PDI 2021-2025 trarão benefícios econômicos e sociais em níveis regional, estadual e nacional.

Em 2008, foi criado o Centro de Apoio à Educação a Distância (CEAD) da UFLA, posteriormente Diretoria de Educação a Distância (DIRED), e atualmente Coordenadoria Geral de Educação a Distância (CEAD), resultante da institucionalização da educação a distância, ou semipresencial, com vistas a assessorar as ações dessas duas modalidades na Universidade. Para o cumprimento de suas metas e ações, a CEAD conta com o apoio de coordenadores, uma equipe de profissionais qualificados, estrutura física e recursos didático-pedagógicos para garantir a efetividade das ações educacionais.

O curso de Letras - Língua Portuguesa (habilitação Língua Portuguesa e suas literaturas) passa a integrar os cursos oferecidos pela UFLA em 2011. O Projeto de Criação de Curso tramitou em todas as instâncias necessárias e, em 18/12/2009, foi emitida a Portaria 863, de 18 de dezembro de 2009, nomeando o professor Marco Antonio Villarta-Neder como o Coordenador de Curso. O projeto inicial passou por ajustes após avaliação da UAB/CAPES e todas as solicitações foram cumpridas. Em 10/11/2010, a UFLA recebeu o Parecer Técnico sobre o Projeto Pedagógico de Curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade Federal de

Lavras, por meio do ofício 471/2010-CAAC/CGAC/DED/CAPES. A oferta do curso teve início em outubro de 2011, após processo seletivo, e em 2012 ingressou a segunda turma. Em 2014, nos dias 5 a 8 de novembro, o curso recebeu a visita da comissão de avaliação de reconhecimento que atribui nota máxima ao curso.

Atualmente, o campus sede da UFLA conta com 32 cursos de graduação na modalidade presencial, 03 cursos na modalidade de ensino a distância (EAD), cursos de pós-graduação Lato Sensu (especialização), programas de pós-graduação Stricto Sensu no formato acadêmico e profissional, sendo 43 cursos de mestrado e 24 cursos de doutorado.

Já o campus da UFLA em São Sebastião do Paraíso, o qual teve início de suas atividades no ano de 2022, conta com o Bacharelado Interdisciplinar em Inovação, Ciência e Tecnologia, já em andamento, e com a previsão de um Mestrado profissional em Tecnologias para a Agroindústria, bem como com a oferta de outros três cursos de graduação: Engenharia Elétrica, Engenharia de Software e Engenharia de Produção, todos focados em inovação, ciência e tecnologia.

Os programas de pós-graduação da UFLA oferecem ainda estágios de pós-doutoramento em diversas áreas do conhecimento. Para tal, a Universidade conta com uma ampla estrutura, formada por 8 Unidades Acadêmicas (Resolução CUNI nº 025, de 22/05/2020), 33 departamentos didático-científicos, aproximadamente 400 laboratórios setoriais modernamente equipados para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, uma Biblioteca Universitária e uma Coordenadoria de Educação a Distância que viabiliza e fomenta o uso de recursos tecnológicos e digitais que em parceria com a Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino viabilizam e fomentam o uso de tecnologias inovadoras no processo de ensino-aprendizagem, permitindo que os cursos, as pró-reitorias e as Unidades Acadêmicas (UA) possam utilizar todo um aparato tecnológico no processo de formação dos estudantes e nas atividades de formação docente.

A UFLA é reconhecida pela geração de conhecimentos científicos e tecnológicos e pelo ensino de qualidade ofertado. Para tal, busca firmar parcerias com vários órgãos dos setores público e privado e conta com convênios internacionais que ampliam as possibilidades de formação dos estudantes, bem como a realização de atividades de pesquisa e extensão.

A Universidade reitera seu compromisso com a formação de profissionais qualificados e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da produção e da disseminação de conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e

culturais, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, o que evidencia seu comprometimento com os princípios éticos e humanistas.

Devido ao Plano Ambiental, a Universidade Federal de Lavras permanece, desde 2012, como a instituição de ensino superior mais verde do Brasil. No Ranking GreenMetric referente a 2012, a UFLA ocupou a 70ª posição entre todas as participantes. Em 2013, conquistou a 42ª colocação e, em 2014, obteve a 26ª posição geral. Em 2015 ela aparece como a primeira Instituição brasileira e a 39ª entre todas as participantes do mundo. Em 2018, entre as 619 universidades incluídas na classificação, a UFLA ocupou a 38ª posição em âmbito mundial, sendo a 2ª Universidade na América Latina e no Brasil. No ano de 2019 a UFLA evoluiu nove posições, ocupando a 29ª posição do ranking mundial dentre as 780 instituições de ensino avaliadas. Em 2020 a UFLA avançou na pontuação geral: contabilizou 8100 pontos – 125 a mais que a pontuação geral de 2019. Em 2021 evoluiu na pontuação geral de avaliação pelo décimo ano consecutivo: em 2021 alcançou 8200 pontos – 100 a mais que a pontuação de 2020. Neste ano, a Universidade conquistou nota máxima na categoria de avaliação “Água”, resultado das ações de gestão sustentável de seus recursos hídricos

Em 2016, a UFLA foi a segunda Universidade do mundo a receber o certificado de “Blue University” em reconhecimento à gestão das águas realizada pela instituição. O ponto mais importante dos resultados destes prêmios é a contribuição para a formação de profissionais comprometidos com a preservação ambiental por meio de ações vivenciadas dentro da Universidade.

Nos últimos anos, a UFLA permanece como uma das universidades federais mais qualificadas do país, demonstrando uma qualidade consolidada. Em 2007, quando o IGC (Índice Geral de Cursos das Instituições) foi lançado, a UFLA ocupava a 15ª posição. Esse indicador considera a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação. No ano de 2009, a UFLA ficou classificada em 4º lugar entre as universidades públicas e privadas do país. Em 2010, foi classificada em 3º lugar do Brasil e 1º lugar em Minas Gerais, pelo mesmo índice. Entre 2010 e 2015, ficou sempre entre os três primeiros lugares. Em 2019, a UFLA obteve o conceito máximo (nota 5) no Índice Geral de Cursos (IGC), apurado pelo Ministério da Educação (MEC). Apenas 2% das instituições do Brasil situam-se nesta faixa de excelência. Tal desempenho reflete o trabalho que tem sido desenvolvido no âmbito estrutural e pedagógico da Instituição e mostra que a UFLA continua entre as TOP 10 universidades públicas do País. Outro destaque alcançado pela Instituição está no indicador Conceito Médio de Graduação, um dos indicadores avaliados no cálculo do IGC, o qual reflete a mensuração

obtida pela participação dos nossos estudantes no Enade, agregada às condições de oferta verificada por medidas relativas ao corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos. Nessa avaliação, a UFLA obteve a 1ª posição em Minas Gerais e a 2ª no Brasil.

No âmbito pedagógico, a UFLA tem investido fortemente na implementação de reformulação dos currículos, de modo a garantir uma formação humana e profissional sólida. A partir do ano de 2014, várias inovações pedagógicas foram implementadas, considerando conceitos modernos como o uso de metodologias ativas e incentivo à interdisciplinaridade na formação dos estudantes, priorizando o aprender a aprender, o aprender a fazer e o aprender a ser, desde os primeiros períodos do curso. Projetos realizados nas diversas áreas objetivam desenvolver a autonomia do estudante com enfoque no “aprender a fazer”. Os projetos, juntamente com o estágio obrigatório e o trabalho de conclusão de curso, têm caráter de síntese e integração de conhecimentos construídos no decorrer do curso. Essas atividades têm foco na prática da atividade profissional ou cidadã, envolvendo a elaboração e o desenvolvimento de projetos sociais, artísticos, culturais e experiência no mundo do trabalho. Tais ações vêm permitindo a mudança de paradigmas educacionais na instituição, a flexibilização da estrutura curricular e um novo perfil dos egressos da UFLA.

2. PERFIL INSTITUCIONAL

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) adota como princípio basilar em suas diretrizes legais e pedagógicas e em suas ações institucionais o compromisso ético com a sociedade. Nesse sentido, a Universidade adota como fundamento de sua atuação social a geração, o desenvolvimento, a socialização e a aplicação de conhecimentos e de valores por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação e na formação científica e técnico-profissional de cidadãos. Além disso, há uma preocupação precípua com a responsabilidade social e com a difusão de produções artístico-culturais e tecnológicas. Para consolidar as metas e as ações, a UFLA mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais e constitui-se em instituição propulsora do desenvolvimento regional, nacional e mundial, com atuação reconhecida internacionalmente em várias áreas do conhecimento.

2.1 Missão institucional

Em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2021-2025), a Universidade Federal de Lavras - UFLA - tem por missão “manter e promover a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, produzindo e disseminando o conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade na sociedade, contribuindo para formação do ser humano e profissional criativo, competente, crítico-reflexivo e comprometido com a ética para uma sociedade mais justa e democrática”. Essa missão pauta-se em princípios éticos e humanistas, de modo a estimular a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

Em outras palavras, a UFLA compromete-se a formar cidadãos e profissionais qualificados, capazes de produzir e disseminar conhecimento científico, tecnológico e cultura de alta qualidade na sociedade. Nesse sentido, as ações que concretizam a missão institucional se pautam e se fundamentam na gestão democrática, na autonomia administrativa, didático-científica e da gestão financeira, na defesa do ensino de qualidade, público e gratuito, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão interligados com sua responsabilidade social, no desenvolvimento sustentável, na igualdade de condições de acesso e permanência do discente na Instituição e no fortalecimento dos convênios, acordos de mútua cooperação, contratos e diálogos com a sociedade urbana e rural. Enfim, a missão institucional se encontra

consubstanciada nos objetivos, nas estratégias e nas ações que viabilizam a inserção da Universidade em sua área de atuação, na gestão institucional, na construção da historicidade e do perfil institucional, na proposição de ações que viabilizem a excelência acadêmica.

2.2 Princípios institucionais: visão e valores

A UFLA, com vistas a efetivar a sua missão institucional, busca manter e promover a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, produzindo e disseminando o conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade na sociedade, contribuindo para formação do ser humano e profissional criativo, competente, crítico-reflexivo e comprometido com a ética para uma sociedade mais justa e democrática.

A partir de sua Visão, a UFLA busca ser referência nacional e internacional como universidade sócio e ambientalmente correta, integrada à sociedade, como centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural. Para o cumprimento de sua Finalidade, da sua Missão e de sua Visão, a UFLA está alicerçada pelos seguintes valores: Autonomia; Universalidade; Excelência; Ética; Sustentabilidade; Transparência; Saúde e qualidade de vida; Trabalho em equipe; e Compromisso social.

2.3 Áreas de atuação acadêmica

A UFLA atua no ensino de graduação e de pós-graduação, na pesquisa e na extensão, sob a forma de atividades presenciais e a distância, em várias áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguística/Literatura.

2.4 Inserção regional

A inserção, nos âmbitos regional, estadual, nacional e internacional, da UFLA é orientada pela sua missão, pela visão e pelos valores anteriormente definidos. O papel sociopolítico da UFLA é proporcionar oportunidades de acesso à educação superior, por meio do ensino público, gratuito e de qualidade, tanto no que se refere aos cursos presenciais como

nos à distância. O compromisso institucional perpassa pela formação científica e tecnológica, embasada em resultados de suas pesquisas e tecnologias, difundidas aos brasileiros, sem discriminação religiosa, racial, de cor, de orientação sexual e de classe social. A UFLA compromete-se, ainda, com o papel de formar pessoas que sejam cidadãos, profissionais, pesquisadores e docentes qualificados e comprometidos com o desenvolvimento amplo da nação, respeitando a Constituição Federal e os princípios democráticos e da administração pública.

Nessa dimensão, destaca-se, também, o estabelecimento formal de contratos, acordos, convênios e termos de parceria com organizações públicas, privadas e do terceiro setor, observando-se as legislações vigentes.

No âmbito internacional, as parcerias são formalizadas por meio de acordos, convênios, termos e protocolo de intenções, que constituem uma forma de a UFLA desenvolver projetos de amplo alcance, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico, do ensino e da extensão universitária.

No âmbito regional, estadual e nacional, a extensão universitária da UFLA cumpre um papel de destaque nessa dimensão sociopolítica, ao estabelecer meios de interação com as organizações sociais e com as organizações do mercado. Nesse sentido, a UFLA desenvolve todos os esforços para manter e ampliar a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão de excelência.

Destacam-se, ainda, o apoio das duas Fundações, a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Faepe), criada em 1976, e a Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural (Fundecc), criada em 2006. Essas fundações de apoio atuam como gestoras de recursos públicos e privados provenientes de projetos, convênios, acordos de cooperação e contratos de prestação de serviços técnicos, científicos e educacionais.

Por um lado, a Faepe vem prestando seus serviços em prol da comunidade acadêmica da UFLA, por meio de programas, projetos e atividades nos campos da pesquisa, do ensino e da extensão, especificamente, em atividades de treinamentos, cursos de extensão e de pós-graduação lato sensu. Por outro lado, a Fundecc vem atuando na gestão de projetos de pesquisa, de extensão e de prestação de serviços.

A relação entre as fundações de apoio e a instituição de ensino, pesquisa e extensão apoiada é regida pela Lei nº 8.958/1994, com as alterações feitas pela Medida Provisória nº 495/2010, regulamentada pelo Decreto nº 5.205/2004; Lei nº 12.349/2010 e regulamentada pelo Decreto nº 7.423/2010.

2.5 Relações e parcerias institucionais: regional, nacional e internacional

A UFLA tem parcerias formalmente estabelecidas com várias universidades nacionais e internacionais, empresas, órgãos de governo municipais, estaduais e federais e, até mesmo, com pessoas físicas, que formalizam ações relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Além disso, professores, servidores técnico-administrativos e estudantes da UFLA também participam de órgãos consultivos de um conjunto de entidades governamentais e profissionais em que atuam como representantes da Academia, bem como de eventos, projetos e ações de naturezas diversas. No âmbito regional, a instituição tem celebrado várias parcerias com empresas e prefeituras/secretarias municipais.

A UFLA também possui parcerias com instituições de governo, particularmente o de Minas Gerais, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, (SEE-MG), a Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais (SES-MG), entre outras.

Essas parcerias visam à execução de projetos de grande alcance e de importância estratégica para o governo do Estado, entre os quais se destaca o Zoneamento Ecológico Econômico. Parcerias também são efetivadas com instituições representantes do governo federal, como Ministério do Meio Ambiente (exemplo: Cadastro Ambiental Rural), Ministério da Educação (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, Universidade Aberta do Brasil – UAB), Ministério da Saúde (Programa Mais Médicos), entre outros.

Convênios e contratos entre a UFLA e empresas, sejam públicas, sejam privadas, são também importantes para a consolidação da missão institucional, dar cobertura legal aos estagiários e para formalizar a prestação de serviços comunitários e as práticas de consultoria.

Entre as parcerias efetivadas, merece destaque a Agência de Inovação do Café (InovaCafé), que é um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP) da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e desenvolve estudos, pesquisas e inovações para promover o empreendedorismo no setor agroindustrial do café. A Agência tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento do conhecimento científico e apresentar soluções para problemas

demandados por órgãos e instituições públicas ou privadas que sejam relacionados ao agronegócio do café. A Agência é fruto da articulação do Polo de Excelência do Café, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (Sectes), UFLA e Ministério da Educação (MEC), contando com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Também contribuem para a viabilização da Agência o Consórcio Pesquisa Café e INCT-Café. Além disso, destacam-se a consolidação de dados georreferenciados sobre as 400 mil nascentes existentes no Estado e o projeto de recuperação das cerca de 1500 nascentes do município de Lavras, em parceria com a Prefeitura de Lavras e o Serviço Florestal Brasileiro.

Na área do curso de Letras, entre as instituições conveniadas, encontram-se a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, a Secretaria Municipal de Lavras, as secretarias municipais das cidades que possuem polos de apoio presencial e das cidades circunvizinhas onde residem os estudantes, colégios particulares dessas regiões, etc.

2.6 Responsabilidade social da UFLA

A UFLA, especialmente no que se refere à inclusão social, é comprometida com o ensino público e gratuito de qualidade, com o desenvolvimento econômico e social, com a defesa do meio ambiente, da memória/do patrimônio cultural, da produção artística, da produção filosófica e do trato à diversidade.

Essa responsabilidade pauta-se tanto nas relações multidimensionais entre discentes, docentes e técnico-administrativos, nas instâncias de ensino, pesquisa, extensão e gestão, quanto nas relações que a universidade estabelece com a sociedade em geral, com a valorização da sua missão pública, promoção de valores democráticos, respeito à diferença e à diversidade, incluindo, conforme diretrizes federais, a implantação do acesso por cotas sociais e raciais.

No contexto da responsabilidade social, a UFLA reafirma a sua experiência de atuação na comunidade acadêmica, com ações relacionadas à coordenação, à promoção e ao desenvolvimento de programas, projetos e atividades de assistência: estudantil, à saúde, psicossocial, ao esporte e ao lazer, à cultura, à inclusão social e acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

Assuntos estudantis compreendem o atendimento às demandas emanadas do corpo discente da UFLA, com ações que permitem o acesso, a permanência e a conclusão acadêmica com êxito, dos estudantes matriculados nos cursos oferecidos pela universidade, abrangendo programas, projetos, atividades, prestação de serviços, estágios e outras iniciativas. Assuntos Comunitários visam ao atendimento aos corpos docente e técnico-administrativo, nas áreas psicossociais e de saúde, por meio do estabelecimento de redes de recursos internos e externos.

No contexto da responsabilidade social com a comunidade regional, nacional e internacional, em diversas áreas do conhecimento, a UFLA promove ações relacionadas à educação e qualificação profissional continuada, à inclusão social e digital, à qualidade de vida, à saúde pública e à prevenção de endemias, ao urbanismo e paisagismo, ao tratamento de água e esgoto, ao tratamento de resíduos químicos e biológicos, à reciclagem de lixo, ao desenvolvimento rural sustentável, à recuperação de áreas degradadas, ao uso racional da água, às produções artístico-culturais, entre outras. Nesse contexto, vale ressaltar o Plano Ambiental, que tem dado à UFLA uma visibilidade internacional, pela gestão dos recursos naturais de forma responsável e sustentável.

Na área do curso de Letras - Língua Portuguesa entre as ações de responsabilidade social destacam-se a ampliação da capacitação de professores que já atuam na educação básica, bem como a formação de novos profissionais, visando o reforçar o caráter ético e humanístico da profissão, levando reflexões aos seus alunos e ao espaço escolar como um todo, cumprindo assim com o compromisso da Universidade pública com o progresso e desenvolvimento da sociedade e a democratização do saber.

2.7 Objetivos da Instituição

Ensino: formar e qualificar profissionais, docentes e pesquisadores comprometidos com a ética e a cidadania, por meio da oferta de ensino presencial e a distância de alta qualidade, na graduação, na pós-graduação lato sensu e na pós-graduação stricto sensu;

Pesquisa: gerar conhecimento científico e tecnológico de alta qualidade e relevância; estimular e viabilizar a formação de grupos de pesquisa voltados para o desenvolvimento sustentável da sociedade, dentro dos mais elevados padrões éticos;

Extensão e Cultura: incrementar os processos de interação entre universidade e sociedade, com vistas a produzir e difundir o conhecimento científico e tecnológico gerado pela Academia, desde o âmbito local até o internacional, por meio de publicações e ações de extensão que promovam o desenvolvimento cultural, socioeconômico e ambiental.

2.8 Diretrizes Pedagógicas da UFLA

Como instituição que se ocupa dos processos educativos, a UFLA zela pela proposição de estratégias que venham ou possam influenciar qualitativamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas. Tais estratégias se articulam com a filosofia de trabalho, com a missão a que se propõe, com as diretrizes pedagógicas que orientam as ações e com a sua estrutura organizacional/logística. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI/UFLA) explicita que o papel da Universidade se circunscreve na formação para a cidadania, no exercício profissional contemporâneo.

Assim, a política básica do ensino de graduação, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UFLA), deve se pautar pela constante busca da excelência acadêmica, pela melhoria das condições do processo de ensino-aprendizagem, pela pluralidade, pela garantia do ensino público e gratuito e pela gestão democrática e colegiada. Com vistas a garantir uma maior explicitação das concepções e das práticas pedagógicas, o PPI/UFLA apresenta-se organizado em objetivos, estratégias e ações, de acordo com as várias áreas de atuação da Universidade, quais sejam: o ensino de graduação, o ensino de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, os projetos de pesquisa, as atividades de extensão, a gestão de recursos humanos, o compromisso social com o corpo discente, o diálogo com a sociedade, a infraestrutura física e logística, a busca de excelência, a inserção da Universidade em sua área de atuação, a gestão institucional, incluindo a estrutura organizacional, o histórico e o perfil institucionais.

Nessa direção, o assessoramento nas questões relacionadas ao ensino de graduação é atribuição da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), responsável por propor políticas de graduação; oferecer suporte metodológico, pedagógico e tecnológico para o desenvolvimento do ensino; realizar a regulação, supervisionar e avaliar a oferta dos cursos; bem como por coordenar o ingresso e manter o registro acadêmico dos estudantes em constante diálogo com as Unidades Acadêmicas.

Sua Missão Institucional é a de manter e promover a excelência no ensino de graduação, agindo colaborativamente com as estruturas de pesquisa e extensão, visando à formação integral do ser humano e de profissionais criativos, competentes, crítico-reflexivos e comprometidos com a ética, contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática. A visão que move a equipe é a de poder formar pessoas no ensino superior, a fim de que construam para si os mais elevados níveis de comportamento cidadão e competência profissional, com acesso a todos os que buscam tal formação, sem qualquer distinção, de forma democrática e inclusiva. Para a realização de sua missão, a PROGRAD mantém como valores fundamentais os princípios básicos da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Na política de inserção social, tem-se o reconhecimento da universidade como importante corpo social da comunidade interna e externa, objetivando o intercâmbio entre os atores dessa sociedade, identificando seus problemas e avaliando suas potencialidades. Integra, ainda, a esse conjunto de diretrizes apresentadas, o zelo pelo princípio da igualdade de condições de acesso e permanência para todo e qualquer estudante. Assim, são viabilizadas a qualificação e a implementação de programas de assistência estudantil, concebida como direito e como política de inclusão social dos diferentes segmentos da população, visando à universalidade da cidadania, estabelecendo, inclusive, um plano de acessibilidade às dependências do Campus para estudantes com necessidades especiais.

O sistema de educação da Universidade encontra-se fundamentado na relevância da educação, com ênfase na qualidade, no respeito às culturas, na proteção ao meio ambiente e nas necessidades sociais da região e do País. Em face do exposto, reitera-se que as diretrizes pedagógicas institucionais não se limitam ao fazer pedagógico *per se*, mas agregam elementos que subjazem todo o processo educativo.

2.9 Organograma da Universidade

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) está ligada ao Ministério da Educação (MEC), seu mantenedor. A administração da UFLA é exercida pelos órgãos de administração superior que compreendem o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE); o Conselho Universitário (CUNI); o Conselho de Curadores e a Reitoria, integrada pelo reitor, vice-reitor, Pró-reitorias, Órgãos de Apoio e Assessoramento e Órgãos Suplementares.

As Pró-reitorias são: de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC); de Extensão e Cultura (PROEC); de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PRGDP); de Graduação (PROGRAD); de Infraestrutura e Logística (PROINFRA); de Pesquisa (PRP); de Planejamento e Gestão (PROPLAG); e de Pós-Graduação (PRPG).

A Pró-Reitoria de Graduação tem a seguinte composição: Secretaria Administrativa; Conselho de Graduação (ConGRAD); DPGA - Diretoria de Planejamento e Gestão Acadêmica; DADE – Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino; DRCA – Diretoria de Registro e Controle Acadêmico; e DRPE – Diretoria de Regulação e Políticas de Ensino.

A UFLA conta, também, com as Unidades Acadêmicas, que têm por finalidade o planejamento e a execução das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão e são constituídas por Institutos, Faculdades/Escolas que atuam em áreas do conhecimento científico inter-relacionadas, a saber:

- Faculdade de Zootecnia e Medicina Veterinária - FZMV
- Faculdade de Ciências da Saúde - FCS
- Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Educação e Letras - FAELCH
- Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FCSA
- Escola de Engenharia - EENG
- Escola de Ciências Agrárias de Lavras - ESAL
- Instituto de Ciências Naturais - ICN
- Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas - ICET
- Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação - ICTIN

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 Contexto Educacional e Perfil do Curso

Nome do curso: Letras

Grau acadêmico: Licenciado em Letras

Habilitação: Português e suas literaturas

Modalidade: a distância

Endereço: Campus Universitário – Campus Histórico – Caixa Postal 3037 – Lavras, MG, CEP 37200-900.

Ato de criação: Resolução CUNI nº 057, de 2 de dezembro de 2009; Portaria SERES/MEC Nº 405 de 29/05/2015; Renovação de Reconhecimento de Curso - Portaria SERES/MEC Nº 913 de 27 de dezembro de 2018.

Número de vagas: 250 vagas (divididas entre os polos de Monte Sião, Passos, Lavras, Formiga, Varginha, Bom Despacho, São Sebastião do Paraíso, Itaguara, São João Del Rei e Barroso), com entrada de acordo com Edital Capes/UAB.

Enade: 2021 – nota 03

Carga horária total do curso: 3280 horas

Tempos mínimo e máximo para integralização: Mínimo de 8 e máximo de 12 semestres

Coordenadora do curso: 2023 - Profa. Dra. Larissa Giacometti Paris – pro-tempore.

Forma de ingresso

De acordo com a **RESOLUÇÃO CEPE Nº 104, DE 29 DE JULHO DE 2020**, os cursos de graduação ofertados na modalidade a distância da UFLA são abertos à matrícula por intermédio de:

I- processo seletivo destinado a egressos de ensino médio (Processo Seletivo);

II- transferência de curso superior (Transferência);

III- obtenção de novo título;

IV- programa de estudantes-convênio de graduação;

V- transferência *ex officio*, ou

VI- outros meios previstos em Programas Governamentais, quando for o caso.

3.1.1 Histórico do curso

A criação do curso de Licenciatura em Letras na modalidade a distância, na habilitação Língua Portuguesa e suas Literaturas, foi resultado do desejo de trabalhar na formação e na qualificação de professores que já atuam e/ou ainda atuarão na Educação Básica (Ensinos Fundamental e Médio) e da observação da carência desses profissionais na região Sul/Sudeste do estado de Minas Gerais.

A UFLA, inserida neste contexto e com sua tradição acadêmica, reafirma sua intenção de formar professores, de ampliar sua inserção no campo dos saberes humanísticos e, com isso, de colaborar para alavancar a qualidade educacional brasileira, o que coaduna com as políticas públicas atuais. Este PPC (Projeto Pedagógico de Curso), portanto, resulta de uma produção coletiva, fruto de estudos e discussões sobre a necessidade de preparar profissionais competentes para atuarem nos Ensinos Fundamental e Médio da educação básica.

O Projeto de Criação de Curso realizou o percurso de tramitação interna, sendo aprovado, respectivamente, no Departamento de Ciências Humanas, na Câmara da Pró-Reitoria de Graduação, no CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) e, finalmente, no CUNI (Conselho Universitário), em 02 de dezembro de 2009. Em 18/12/2009, foi emitida a Portaria 863 de 18 de dezembro de 2009, nomeando o professor Marco Antonio Villarta Neder como o Coordenador de Curso. Na sequência, no início de fevereiro, começaram a acontecer reuniões entre os coordenadores UAB e os coordenadores nomeados. Constituiu-se um grupo de trabalho, formado pelos docentes envolvidos no curso, com a participação também dos professores da área de Língua Inglesa, já que os 3 primeiros módulos seriam comuns a ambos os Projetos (Língua Portuguesa/respectivas literaturas e Língua Inglesa/respectivas literaturas).

Houve, então, a submissão do Projeto à UAB/CAPES em fevereiro de 2010. De posse das observações da comissão, procedeu-se a uma primeira reelaboração do PPC¹. Entre as observações acatadas no primeiro parecer, estava a completa separação das matrizes dos Cursos de Letras Português e Letras Inglês, inicialmente com disciplinas em comum nos 3 primeiros módulos. O Projeto foi reenviado e passou por outra comissão, o que resultou no Parecer Técnico sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade Federal de Lavras, enviado em 10/11/2010, no ofício 471/2010-

¹ Embora a versão que tenha chegado à UAB/CAPES tenha sido a do Projeto de Criação em sua primeira versão, procurou-se incorporar algumas sugestões que seriam aplicáveis ao texto do Projeto Pedagógico de Curso.

CAAC/CGAC/DED/CAPES. Em 2011 iniciou-se a oferta do curso para a primeira turma e em 2012 houve o ingresso da segunda turma. Em 2014, o curso passou por avaliação de reconhecimento e obteve a nota cinco. Em 2017, foi realizada a reoferta do curso, embasada em uma nova matriz curricular, conforme DCN de 2015. Em 2022, a UFLA aderiu a novo edital CAPES/UAB e iniciará nova oferta, prevista para 2023.

Em relação à legislação, as discussões e o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras na modalidade a distância pautam-se nas seguintes diretrizes:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96);
- Parecer CNE/CES 492/2001, Diretrizes Curriculares de vários cursos, entre os quais, Letras;
- Resolução CNE/CES 03/2007, de 02/07/2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula.
- Resolução CNE/CP nº 1/2012 que trata da Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016. Define as Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Brasília: Diário Oficial da União, 11/mar, 2016. Disponível em: www.mec.gov.br.
- Resolução CEPE nº 473, de 12 de dezembro de 2018, atualizada pela Resolução CEPE 028, de 11 de abril de 2022.
- Resolução CNE/CP no 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a Extensão.
- Resolução CNE/CP no 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).
- Resolução CEPE Nº 104, de 29 de julho de 2020, da Universidade Federal de Lavras que versa sobre a graduação a distância.
- Resolução Normativa CEPE Nº 015, de 14 de março de 2022, que trata sobre as atividades curriculares de extensão na graduação.

3.1.2 Justificativa

O compromisso da educação brasileira com a cidadania traz como consequência a ampliação da oferta do ensino para o engajamento efetivo na sociedade do cidadão letrado. Para tanto, a criação de políticas públicas nacionais voltadas para o fomento do ensino à distância possibilita o acesso efetivo e quantitativo ao bem cultural que é o conhecimento formal construído em agências de letramento, como a Universidade.

Neste sentido, a articulação de polos a distância de ensino superior, tendo à frente Instituições de Ensino Superior, garante o compromisso com a qualidade do conhecimento formal ofertado, como é o caso da proposta da Universidade Federal de Lavras, em especial o Curso de Letras Língua Portuguesa, com a habilitação em Língua Portuguesa e suas Literaturas, e proposto neste projeto. Vale salientar que as políticas públicas de avaliação na educação nacional privilegiam as disciplinas Língua Portuguesa e Matemática. Assim, a oferta de Cursos de graduação a distância, nestas áreas, torna-se fundamental para a qualidade do ensino-aprendizagem no país, pois a política nacional de educação do Ensino Fundamental e Médio vigente no Brasil aponta, entre outras coisas, para a qualificação em nível superior como horizonte da formação destes professores, em médio e em longo prazo. Com base nessa realidade tornou-se necessária a realização do curso de Licenciatura em Letras, a distância, que formasse e qualificasse professores que não possuam esta titulação.

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras Língua Portuguesa está em plena articulação com o PDI da UFLA e com as diretrizes Curriculares exigidas pelo MEC para os cursos de licenciatura. O PPC norteia todas as ações relativas ao curso e seu funcionamento, bem como sua interligação com a comunidade acadêmica em que está inserido. Entre os principais componentes do projeto, destacam-se as justificativas sociais e institucionais, objetivos do curso, perfil profissional, áreas de atuação, qualificação e capacitação do corpo docente, estrutura curricular, atividades curriculares e extracurriculares, infraestrutura acadêmica e logística, estágios orientados e supervisionados, política de aperfeiçoamento e qualificação dos recursos humanos envolvidos, entre outras diretrizes. Os atuais projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFLA, dentre eles o de Letras – Português, têm como prioridade a formação completa do acadêmico. Neste sentido, a adaptação curricular às demandas sociais é tarefa continuada para se obter sucesso no ensino superior nos tempos atuais, quando as transformações tecnológicas e sociológicas produzem e requerem adaptações e qualificações constantes por parte dos indivíduos, considerando as novas demandas que surgem.

3.1.3 Concepção do curso

A elaboração deste documento implicou um processo de reflexão acerca da formalização de uma identidade para o Curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade Federal de Lavras. Essa formalização demanda uma análise da história, das direções intencionais (Instituição, Departamento, Colegiado, NDE, Corpo Discente) e das perspectivas futuras em relação às possibilidades de desenho do Curso. Historicamente, observa-se uma tendência nacional pelo grau acadêmico de Licenciatura em detrimento do Bacharelado. Além disso, há também uma demanda, cada vez mais crescente, pela oferta de cursos de licenciaturas, em função da aposentadoria de docentes em atividade atualmente e das projeções de expansão contínua da rede básica de ensino. A experiência da instituição na semipresenciais somada à infraestrutura física/da universidade foram pontos relevantes que contribuíram para a implementação da modalidade a distância. Além disso, a oferta na modalidade a distância possibilitaria contemplar, como parte do público-alvo, estudantes que precisam permanecer no mercado de trabalho e que necessitam de horários mais flexíveis de estudo, reforçando o compromisso social da UFLA.

Segundo a Resolução CNE/CES nº01, de 11 de março de 2016 a educação a distância é caracterizada como

modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, de modo que se propicie, ainda, maior articulação e efetiva interação e complementariedade entre a presencialidade e a virtualidade “real”, o local e o global, a subjetividade e a participação democrática nos processos de ensino e aprendizagem em rede, envolvendo estudantes e profissionais da educação (professores, tutores e gestores), que desenvolvem atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos. (BRASIL, 2016).

Assim, buscou-se criar um curso de Letras centrado nas questões relacionadas à formação de profissionais para atuarem na área do ensino de língua portuguesa e literatura, usando as tecnologias como ferramentas metodológicas esse ensino. Além disso, neste PPC, foram consideradas as diretrizes dispostas na Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que elenca como fundamentos para a formação dos profissionais da Educação - conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): “I - a sólida formação básica, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; II - a associação entre as teorias e as práticas pedagógicas; e III - o aproveitamento da formação e das experiências anteriores, desenvolvidas em instituições de ensino, em outras

atividades docentes ou na área da Educação” (BRASIL, 20119, p. 3). Assim, as bases conceituais nas quais se assentam as intenções e as ações do Curso de Letras Língua Portuguesa, na modalidade a distância, direcionam-se para a valorização da formação do professor como profissional de ensino, alicerçado em sólida formação científica, humanística e ética, em que teoria e práticas sejam constitutivas durante todo o percurso de formação. Os princípios norteadores que fundamentam as concepções e a organização didático-pedagógica do Curso de Letras se inserem numa perspectiva pluralista, integradora e dialógica. Nesse contexto, prima-se por uma concepção de processo de ensino-aprendizagem orientada pelo diálogo, pela integração do conhecimento, pelo exercício da criticidade, da curiosidade epistemológica, pela busca da autonomia intelectual do aluno e pela presença de diferentes recursos tecnológicos mediando a interação

Em sintonia com esses princípios, a educação é entendida, no âmbito do Curso, como uma prática sócio-política que se faz efetiva no âmbito das relações sócio-histórico-culturais, com o intuito de promover a formação de pessoas tecnicamente competentes, humanizadas, éticas, críticas e comprometidas com a qualidade de vida dos cidadãos, podendo refletir, pensar e transformar o contexto social. Assim, o Curso de Letras, ao contemplar questões ligadas à língua portuguesa, aos estudos literários, aos fundamentos da educação, às questões socioculturais, busca ampliar essas habilidades e as competências dos licenciandos. Além disso, busca também garantir uma formação de professores que se constituam, em primeira instância, como sujeitos inseridos na sociedade em que atuam, compreendendo o ensino de língua nas dimensões políticas, históricas, linguísticas, discursivas, culturais e interacionais.

Entender o ensino e a aprendizagem como processos humanos e participativos implica conceber os professores e os alunos como atores sociais, políticos e culturais responsáveis. A aprendizagem é construída mediante a interação e a prática que favorecem a dúvida, a problematização, a iniciativa à pesquisa e os questionamentos acerca do percurso de formação.

Tendo como pressuposto o fortalecimento da dimensão humana e ética na formação de seus profissionais, o Curso de Letras pauta-se pelo princípio de que a produção do conhecimento se realiza mediante a superação de um modelo de ciência cartesiano, fragmentado, determinado pela racionalidade técnica. Portanto, assume-se a concepção de que o homem e a ciência se constroem mediante relações formativas intencionais, integradoras, criticamente curiosas. Formar profissionais é, antes de tudo, formar pessoas de modo dinâmico e dialético, o que marca a possibilidade de interação e o reconhecimento da diversidade. Acredita-se,

pois, que os sujeitos do processo educativo devem assumir-se como seres sociais e históricos, como pessoas que sabem se comunicar e criar possibilidades de práticas transformadoras.

Em um contexto de aceleradas transformações culturais, sociais e científicas do mundo contemporâneo, marcado pela avassaladora tendência das relações globais, um curso de Licenciatura deve primar pela formação de professores que pensem e ajam de forma solidária e engajada socialmente, que apresentem um domínio básico de ferramentas tecnológicas capazes de redimensionar tanto a própria aprendizagem, quanto o ensino de línguas para o qual estão sendo habilitados. Em meio a essa conjuntura social, a habilitação em língua portuguesa constitui componente indissociável dos conhecimentos fundamentais que possibilitam aos acadêmicos o acesso de maneira criticamente consciente a línguas e literaturas do próprio país.

No que diz respeito ao ensino, o Curso de Letras Língua Portuguesa prima pela articulação estreita dos saberes, competências e capacidades, por um trabalho interdisciplinar, pela adoção de dispositivos que viabilizem a relação teoria e prática e por uma avaliação permanente. As metodologias de trabalho, então, partem da experiência concreta do estudante, entendendo-se o fazer pedagógico como um processo de construção e de reconstrução da aprendizagem. Desse modo, a proposta pedagógica para o Curso busca garantir a participação dos alunos em atividades que permitam a vivência da profissão, desde o início do Curso, tais como: participação em projetos de pesquisas que tenham como objeto de estudo questões ligadas à formação teórica do professor, ao processo de ensino-aprendizagem ou à Educação Básica; participação em projetos de extensão, cujas ações são efetivadas em instituições educativas formais e não formais; visitas orientadas; participação e/ou organização de eventos culturais e científicos; estudos de casos, promoção de seminários temáticos etc.

Assim, a política referente às práticas pedagógicas propostas pelo Curso de Letras Língua portuguesa tem seus alicerces nos seguintes paradigmas:

- evitar a fragmentação do conhecimento, minimizando a especialização excessiva;
- propiciar a reflexão sobre o caráter ético e humanístico do profissional, enfatizando a responsabilidade social;
- incluir atividades complementares, possibilitando o desenvolvimento de ações interdisciplinares e de abordagem de temas emergentes nas áreas de conhecimento;
- efetivar estágios curriculares sequenciados a partir da segunda metade do Curso, sob supervisão docente, de forma a atender à relação teoria e prática;

- propor e/ou participar de projetos de pesquisa e de extensão que contribuam para agregar conhecimentos e habilidades relacionadas à formação docente e/ou para aprofundar conteúdos tratados nos componentes curriculares;
- dinamizar as relações com a comunidade e a divulgação da produção científica docente e discente;
- desenvolver estratégias que primem pela garantia de um ensino de qualidade;
- possibilitar espaços e ações de formação continuada.

Considerados, então, esses paradigmas, na implementação da Matriz Curricular do curso, o Curso de Letras Língua Portuguesa pretende:

- promover o aprofundamento de estudo das ciências e da tecnologia, no contexto histórico das áreas de códigos e linguagens, sociedade e cultura, buscando, metodicamente, a construção do conhecimento, por intermédio da livre discussão do ensino, da pesquisa de cunho didático e da extensão;
- privilegiar a produção e a construção do conhecimento de forma sistematizada e sistêmica, partindo da reflexão, do debate e da crítica, em uma perspectiva criativa e interdisciplinar;
- recuperar o conhecimento como prática, reflexão, dúvida, compreensão e crítica do que é oferecido pela observação e pela experiência do mundo físico e social, bem como pelas mídias tecnológicas disponíveis.

Em sua organização curricular, o Curso de Letras Língua Portuguesa busca observar os princípios específicos da flexibilidade, da autonomia, de interdisciplinaridade e de contextualização, necessários para o desenvolvimento de um currículo que propicie a aquisição de conteúdos/conceitos e de competências.

O desenho da matriz curricular apresenta-se na direção horizontal e vertical e, em alguns casos, contempla ainda a direção transversal, exigindo do coletivo de profissionais envolvidos maior empenho na organização do trabalho metodológico. O sentido vertical é concebido como um sistema estruturado por períodos e disciplinas. Nessa direção, garante-se o trânsito ascendente do estudante. No sentido horizontal, prima-se pela lógica da coordenação dos vários conteúdos, o que permite o desenvolvimento da interdisciplinaridade. A direção transversal, por sua vez, atravessa todo o curso, em que estão presentes, principalmente, os conteúdos voltados aos valores, às atitudes, aos interesses profissionais,

dentre outros. Nesse contexto, o Curso de Letras Língua Portuguesa busca cumprir com o seu compromisso social de inserir e de valorizar como saberes do processo de formação dos licenciandos questões ligadas, entre outras, à diversidade e à educação ambiental. Diante das considerações elencadas, a equipe proponente deste Projeto alinhou a proposta de trabalho às políticas, às diretrizes, aos parâmetros e aos padrões de qualidade definidos para o nível educacional e para o curso específico no qual o Curso se insere, atendendo às orientações do Conselho Nacional de Educação-CNE. Tais orientações evidenciam que a área de Letras, por estar abrigada nas Ciências Humanas, deve pôr em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas. Nesse sentido, o curso de graduação em Letras da UFLA apresenta uma organização curricular que:

a) propicia ao profissional a ser formado opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho: docência em Língua Portuguesa, em Literatura, pesquisadores, críticos literários, revisores de textos, roteiristas, secretários executivos, assessores culturais, entre outras atividades;

b) cria oportunidade para o desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional (organização de uma matriz curricular que viabiliza a aquisição de conteúdos/conceitos, de metodologias, habilidades, posturas, sensibilidade estética, proficiência linguística, trabalho em equipe etc.);

c) atribui prioridade à abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno (proposição de atividades de iniciação científica desde o início do curso, participação em projetos, discussão dos conteúdos dos componentes curriculares, inserção de disciplinas de cunho reflexivo);

d) promove articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão (proposição de atividades articuladas, interdisciplinares, transversais).

3.2. Políticas institucionais no âmbito do curso

A política institucional para a graduação é orientada pelas diretrizes nacionais previstas pelo Ministério da Educação, pelos fundamentos disponíveis no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), pelos norteamentos dispostos nos regulamentos dos diversos órgãos de gestão acadêmica, por meio

dos princípios pedagógicos, concepções e diretrizes para o currículo e para o desenvolvimento da aprendizagem, conforme apresentadas a seguir.

3.2.1 Política institucional para o Ensino na Graduação

Os princípios pedagógicos adotados na UFLA se articulam com uma concepção de universidade “aberta”, “onde o conjunto de saberes científicos e culturais se articulam entre si com a perspectiva de inovar na solução dos problemas e necessidades que se apresentam como desafios aos pesquisadores e docentes desta instituição. Embora se considere a existência de um universo de conhecimentos científicos e culturais já constituídos, e que é função da universidade fazer a socialização deste patrimônio cultural, há também a produção de novos saberes e soluções para os problemas enfrentados pela sociedade”.

Nessa direção, a Instituição, de modo especial, por meio da Pró-Reitoria de Graduação, tem buscado pautar suas ações conceitualmente e pedagogicamente em uma política fundamentada na promoção de práticas para a garantia da excelência das atividades de ensino. Nesse sentido, tem-se investido:

- na articulação entre ensino de graduação/pós-graduação e entre ensino/pesquisa/extensão, entre universidade/sociedade,
 - na implementação de projetos relacionados ao ensino,
 - na iniciação profissional para ampliação das oportunidades formativas,
 - na discussão sobre as demandas de reestruturação curricular,
 - na flexibilização dos currículos,
 - na ampliação/no aperfeiçoamento de recursos/ferramentas tecnológicos para a implementação de metodologias ativas em todas os componentes curriculares,
 - nos investimentos específicos para a assistência estudantil para alunos com dificuldades de aprendizagem,
 - na busca de inserção de práticas de avaliação dos processos formativos,
 - na capacitação continuada de professores e gestores, no apoio para a realização de atividades extracurriculares,
 - na viabilização de projetos que valorizem a interdisciplinaridade e a transversalidade, na busca de intercâmbios para a diversificação das experiências de formação,
 - na ampliação do acervo bibliográfico,

- na realização de fóruns de graduação para que as ações institucionais e pedagógicas sejam constantemente analisadas e revisitadas,
- no atendimento às diretrizes legais para uma formação cidadã, por meio de componentes curriculares que contemplem a questão da sustentabilidade, da diversidade cultural, dos direitos humanos e de inclusão social,
- na discussão sobre inovação das práticas de ensino em que sejam consideradas as dimensões ética, estética e política em todas as práticas e atividades acadêmicas.

Dessa forma, os princípios pedagógicos norteiam-se pela autonomia dos estudantes e pela indissociabilidade entre a formação específica e a formação cidadã, de modo que as experiências acadêmicas, culturais, sociais, políticas e técnicas vivenciadas pelo aluno, na universidade, se constituam em um ambiente de formação para que ele seja, como cidadão, agente e sujeito de criação de uma sociedade mais justa e democrática.

3.2.2 Diretrizes para a graduação a distância

Em consonância com o PPI/UFLA, a instituição se compromete com o uso intensivo das tecnologias digitais da informação e comunicação no ensino de graduação, tanto presencial quanto a distância. Para tal, estabelece-se como diretriz uma nova dinâmica para o processo de ensino-aprendizagem, com a utilização de tecnologias educacionais, especialmente com o uso de toda a potencialidade de ambientes virtuais de aprendizagem.

Essa dinâmica leva em conta o perfil da instituição, a sua história, a sua tradição e a necessidade de construir uma nova cultura na comunidade acadêmica, cada vez mais plural e diversificada, compatível com o perfil dos estudantes atuais, que têm o hábito de utilizar, rotineiramente, a tecnologia da informação.

Para o cumprimento de suas metas e ações, o Centro de Apoio a Educação a Distância (CEAD) transformou-se em Centro de Educação a Distância (e não simplesmente de Apoio), em 2011, e, em 2016, foi elevado a Diretoria de Educação a Distância (DIREDE). Em 2021, com a reorganização da estrutura organizacional da UFLA, passa a fazer parte da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) como Coordenadoria de Educação a Distância, constituindo-se em um órgão de fomento e gestão das ações em educação a distância dos cursos, programas e atividades em educação a distância ou semipresenciais da UFLA.

As políticas institucionais centrais voltadas para a graduação a distância, que são perseguidas no período de vigência do PDI (2021-2025), são:

a) Ampliar a oferta de cursos de graduação a distância: essa política deverá ser implementada com a continuidade da oferta dos cursos de licenciatura em Letras-Português e Pedagogia. Além disso, deve-se prospectar a possibilidade de inclusão de novos cursos, desde que haja ambiente favorável tanto de financiamento federal quanto de interesse por parte das áreas de conhecimento e departamentos didáticos da UFLA;

b) Incentivar o uso intensivo de tecnologias digitais na graduação: essa política será implantada por meio do incentivo ao uso intensivo do Campus Virtual como Ambiente Virtual de Aprendizagem e suas diversas ferramentas tecnológicas disponíveis e a serem implementadas. Essa política, que tem como ponto fundamental a formação de docentes, também deverá colaborar com o uso de metodologias ativas na educação, como forma de dinamizar o processo de ensino-aprendizagem;

c) Integrar o Campus Virtual com outros sistemas: essa política é fundamental para dar agilidade e precisão ao processo de criação de salas virtuais e registros diversos (nesse caso, com o SIG) e, também, com o aplicativo “Minha UFLA”, proporcionando maior conforto e agilidade no acesso a informações por parte dos estudantes;

d) Melhorar a estrutura de prestação de serviços da CEAD/DADE: essa política deverá ser implementada por meio da melhoria de sua estrutura física, de pessoal e tecnológica, para dar suporte tanto ao ensino presencial quanto ao ensino a distância.

3.2.3 Política de Pesquisa

A pesquisa e a inovação tecnológica na UFLA se consubstanciam a partir da concepção de que a produção e a socialização de conhecimento é um princípio basilar de toda universidade. Nesse sentido, a Instituição, de modo especial, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa, em conjunto com várias entidades, agências de fomento e de órgãos setoriais, tem se pautado na busca de ações que visam a garantir a excelência na produção acadêmica, criação de produtos, na prestação de serviços, etc. Desse modo, além do incentivo para a ampliação das ações de pesquisa, há uma preocupação em relação à qualificação das produções. Para tal, inúmeros esforços têm sido empreendidos para:

- a criação/ampliação/manutenção de laboratórios estruturados e de fazendas experimentais,

- a regularidade de abertura de editais para a seleção de projetos de pesquisa e de submissão de textos acadêmicos para publicação,
- a reorganização dos grupos de pesquisa vinculados aos núcleos de estudo dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação da UFLA,
- a institucionalização do programa de apoio à publicação científica em periódicos portadores de fator de impacto,
- a celebração de convênios nacionais e internacionais para o avanço social, científico e tecnológico,
- a realização e/ou participação de/em eventos científicos,
- a informatização dos processos de gestão de projetos,
- a articulação com a Educação Básica, por meio de projetos juniores,
- o registro de patentes e contratos de transferência de tecnologias,
- a captação de recursos para fomento e bolsas de pesquisa,
- a implementação de projetos de iniciação científica para graduandos, financiados e voluntários,
- a capacitação de orientadores e de bolsistas para a melhoria dos processos de pesquisa e dos textos produzidos,
- o fortalecimento de programas de intercâmbio científico e dos acordos internacionais para a formação de pessoas e o desenvolvimento tecnológico,
- o incentivo ao aumento do fluxo de estudantes/pesquisadores com instituições internacionais, com vistas a troca de conhecimentos,
- a geração de conhecimentos e a transferência de tecnologias, atendendo às demandas socioeconômicas local, regional ou nacional.

A UFLA também possui uma Editora Universitária, a Editora UFLA, responsável pela gestão de conhecimentos científicos e vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa. Sua linha editorial engloba livros impressos e/ou em formatos eletrônicos, livretos, boletins, textos acadêmicos, além dos periódicos científicos, o que facilita o acesso da comunidade ao conhecimento científico produzido na instituição.

Nesse sentido, a política de pesquisa busca promover a integração e a interação de docentes, pesquisadores, discentes e técnico-administrativos, para a realização de pesquisa de forma colaborativa e multidisciplinar, e estimular a busca por parcerias com organizações

públicas e privadas, nacionais ou internacionais, para o desenvolvimento científico e tecnológico e a promoção da inovação. Além desses aspectos, o empreendedorismo e a transferência de tecnologia devem representar o desfecho da atuação da universidade em ciência, tecnologia e inovação, para que a sociedade perceba os ganhos trazidos pelo conhecimento e o investimento nessa área.

No âmbito do Curso de Letras Língua Portuguesa merecem destaque: o apoio à participação de alunos em projetos de iniciação científica (financiados e voluntários), a promoção de cursos de formação e de capacitação relacionados às atividades de pesquisa, a participação em Núcleos de Estudos vinculados ao Departamento de Estudos da Linguagem, a promoção do Congresso de Iniciação Científica (CIUFLA), do Simpósio Nacional de Letras, do Simpósio Internacional de Letras e do Intercâmbio de Pesquisa de Estudantes de Letras (IPEL), além de seminários, encontros, jornadas e eventos similares de divulgação científica.

3.2.4 Política de extensão e cultura

A Política Nacional de Extensão Universitária é materializada, na UFLA, por meio dos mais variados programas, projetos e ações. A Universidade Federal de Lavras, como uma instituição que produz conhecimento, formando profissionais e cidadãos nas áreas de ciências agrárias, de ciências biológicas, de ciências exatas, de ciências tecnológicas (engenharias), de ciências da saúde, de ciências humanas e de ciências sociais aplicadas, na área de Linguística/Literatura, possui grande potencial a oferecer em projetos de extensão, no âmbito da cooperação nacional e internacional. A UFLA conta, no campo da extensão universitária, com cerca de 170 núcleos de estudos, 14 empresas juniores, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Incubacoop), Incubadora Tecnológica de Empresas (Inbatec) e um Parque Tecnológico (Lavrastec), envolvendo servidores docentes, técnico-administrativos e discentes.

Nesse sentido, a Instituição, de modo especial, por meio da Pró-reitoria de Extensão, em conjunto com várias entidades, agências de fomento e de órgãos setoriais, tem se pautado na busca de ações que visam a garantir a excelência nas interações com a comunidade e na socialização dos conhecimentos produzidos, na prestação de serviços etc. Para tal, inúmeras ações têm sido fomentadas e implementadas, entre as quais se destacam:

- projeto UFLA de Portas Abertas, que trata da apresentação dos cursos e das profissões da UFLA para estudantes de ensino médio da região,
- reorganização do estágio, obrigatório e não obrigatório, nacional e internacional,
- implementação de ações relacionadas à Atividade Vivencial na UFLA, que se trata de acompanhamento das atividades de campo, laboratórios, Hospital Veterinário, dentre outras, que os estudantes não vinculados aos programas de iniciação científica podem desenvolver,
- projetos e eventos relacionados à valorização da diversidade cultural, com vistas à promoção de interações culturais e artísticas entre membros da comunidade acadêmica e local,
- investimento em obras, como o Centro de Cultura que é utilizado para apresentação de espetáculos de música erudita, dança, circo e teatro, bem como para exposições fotográficas, cinematográficas e de artes plásticas,
- manutenção de programas de rádio e TV, visando a mostrar os agentes culturais, bem como estimular e alavancar iniciativas da comunidade artística local, divulgando-as, de forma ampla e abrangente, em toda a região de influência da UFLA,
- democratização das atividades e dos conhecimentos acadêmicos,
- formulação de programas articulados de extensão e pesquisa,
- manutenção de espaços museológicos: o Museu Bi Moreira (MBM/UFLA) e o Museu de História Natural (MHN-UFLA), destinados à preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio cultural e científico local,
- investimento na idealização e construção do Parque Tecnológico e Incubadora de Empresas de Base Tecnológica com vistas a elaboração de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico,
- incentivo à promoção de eventos científicos e/ou profissionais em diferentes áreas do conhecimento, ofertados para públicos diversos,
- realização de projetos voltados à prática de esportes e incentivo à participação em competições,
- sistematização das ações extensionistas promovidas pela UFLA, por meio de eventos como UFLA faz Extensão, Congresso de Extensão (CONEX) etc.

A extensão precisa, assim, favorecer a troca de informações e promover a aliança com os diferentes setores da sociedade, sem pré direcionamentos ideológicos, a fim de

difundir conhecimentos orientados ao bem comum de toda a sociedade. Nessa direção, ela também deve favorecer a interprofissionalidade. Além disso, as atividades de extensão devem favorecer o aprendizado com atuação prática, de modo a garantir tanto a aquisição dos conhecimentos requeridos por sua formação quanto a aquisição de uma consciência cidadã, capaz de respeitar e de agir conjunta e democraticamente com os diversos setores sociais. Nesse sentido, as atividades de extensão devem fomentar a flexibilização do currículo escolar, de modo a ampliá-lo e, ao mesmo tempo, permitir a superação de suas eventuais lacunas ou limitações. As atividades de extensão devem, nesse sentido, contribuir para a formação cidadã e a realização da democracia plena e de uma sociedade com justiça social.

Neste contexto, o curso de Letras- Língua Portuguesa, pautado na Resolução CNE/CP no 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a Extensão e na Resolução Normativa CEPE Nº 015, de 14 de março de 2022, apresenta, neste PPC, as diretrizes para a integração das Extensão ao currículo. Nesta proposta, destacam-se os as Atividades Curriculares de Extensão, cujo foco principal é garantir a curricularização das atividades de extensão articuladas ao ensino e à pesquisa, de modo a assegurar uma formação discente mais qualificada.

3.3 Objetivos do curso

A partir da legislação pertinente (subseção 3.1.1) destacam-se como objetivos do curso:

3.3.1. Objetivo Geral

O Curso de Letras Língua Portuguesa pretende formar profissionais competentes, capazes de atuar de forma ética e crítica diante das várias linguagens presentes no meio socioeducacional, a fim de produzir, expressar e comunicar suas ideias, além de interpretar e usufruir as produções culturais e tecnológicas, em contextos formais, públicos e privados, e contextos não formais.

Tem-se como objetivo preparar o futuro profissional não só para enfrentar um contexto sócio-histórico-econômico e cultural dinâmico e competitivo, mas, sobretudo, para atuar como leitor crítico e agente eficaz na construção da cidadania e, portanto, capaz de fazer uso da linguagem nas suas diferentes manifestações.

Almeja-se, portanto, um curso que possibilite o desenvolvimento da competência de refletir sobre os fatos linguísticos e literários por meio da análise, da descrição e da explicação, à luz de uma fundamentação teórica pertinente, tendo em vista a formação de enunciadores da língua.

Para tal, o Curso deverá facultar ao estudante o desenvolvimento de uma visão multifacetada de mundo, de maneira que possa pautar suas ações numa percepção nítida do papel a desempenhar no seu ambiente sociocultural e, conseqüentemente, a sentir-se como partícipe e corresponsável pela sua formação. Em função disso, tanto seu senso crítico como sua capacidade empreendedora e de iniciativa serão estimulados e desenvolvidos, melhor capacitando-o para enfrentar os desafios da profissão.

Entende-se que, assim, a contínua (re)construção do Projeto Pedagógico deste Curso, leve o discente a:

utilizar a linguagem na escuta e produção de textos orais e na leitura e produção de textos escritos de modo a atender a múltiplas demandas sociais, responder a diferentes propósitos interacionais, e considerar as diferentes condições de produção do discurso. (BRASIL, 1997, p. 132).

Espera-se que, em um Curso na modalidade a distância, a característica de uma interação ao mesmo tempo mais distante fisicamente e afeita aos modos de produção e circulação dos saberes no mundo atual constitua uma rica rede de oportunidades de o discente vivenciar essa realidade.

Essa condição necessária para a reflexão sobre a sociedade em que vivem o professor, o aluno, a comunidade sociocultural a que cada um pertence e as complexas inter-relações entre todas essas variáveis está muito bem descrita no Parecer CNE/CES 492/2001:

O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro. Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem

articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários. (Parecer CNE/CES 492/2001)

O esforço pedagógico e acadêmico dos vários sujeitos envolvidos na contínua (re)construção do Curso é para que este se torne cada vez mais um espaço de interação capaz de proporcionar interações qualitativamente importantes entre saberes, sujeitos e o mundo.

3.3.2. Objetivos Específicos

O curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa pretende, especificamente, tornar os futuros professores capazes de:

1. Utilizar as diferentes fontes de conhecimentos a fim de observar, analisar e criticar a realidade que os circunda, formulando problemas, levantando hipóteses e apontando soluções viáveis para as dificuldades do cotidiano.
2. Estabelecer correlação entre teoria e prática, empregando no exercício da docência métodos que utilizem os conteúdos disciplinares como realidades em construção, permeados de valores e atitudes coerentes, éticas e científicas, que possibilitem a criação de uma sociedade democrática, na qual ele passa a ser um agente formador de opiniões e um cidadão consciente de seu dever, bem como de seus direitos sociais e profissionais.
3. Atuar como agentes de cidadania no sentido de explicitar o papel da linguagem nos processos de identificação e de ação do indivíduo em seu grupo social. Nesse sentido, a formação de professores de línguas envolve o compromisso político de uma reflexão sobre a natureza da inserção do sujeito no grupo social em que vive e de seu papel enquanto cidadão do mundo, constituído na e pela linguagem.
4. Pautar sua prática em princípios estéticos, políticos e éticos, abrangendo a estética da sensibilidade, a política da igualdade e a ética da identidade.
5. Ministrando aulas de forma ética, crítica e criativa.
6. Utilizar métodos e técnicas diversificados no processo de ensino-aprendizagem.
7. Elaborar projetos de recuperação/intervenção e reforço para os discentes sob sua responsabilidade para fins de suprirem suas dificuldades de aprendizagem.

3.4 Perfil profissional do egresso

A sociedade brasileira atual exige do graduado em Letras uma atuação social e profissional comprometida com a construção da consciência de cidadania. A multiplicidade de papéis que o graduando em Letras exerce ou pode vir a exercer solicita, além do compromisso ético, fundamentado em princípios humanísticos, um compromisso com a construção e reconstrução do conhecimento, capaz de fomentar a própria reflexão acerca dessa sociedade. Assim, o Curso proposto pretende, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Letras Língua Portuguesa, “formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro”.

Para tanto, o graduando em Letras Língua Portuguesa deverá demonstrar capacidade de perceber que a complexidade da sociedade se manifesta através de diferentes formas e modos de linguagem, correspondentes a diferentes interesses em constantes confrontos e conflitos, em relação aos quais o cidadão deverá se posicionar.

Além disso, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua portuguesa - objeto de seus estudos -, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais, considerando-se a interação linguística ancorada “no” e “pelo” processo de produção e recepção de textos verbais, orais e/ou escritos.

Deve, ainda, ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias que mediam a interação e de compreender sua formação profissional como um processo contínuo, autônomo e permanente, no qual as atividades de pesquisa e de extensão, além do ensino, estejam articuladas de forma integrada. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários. Sua postura deve ser interdisciplinar, porém com ênfase na multiplicidade do acervo referente ao campo de conhecimento específico. Deve privilegiar o espírito científico e investigativo, sem deixar de reconhecer a importância da criatividade e da intuição na solução de problemas.

Por fim, o perfil do egresso deverá ser condizente com o de um cidadão crítico e reflexivo, consciente das questões pertinentes não só de sua área de atuação, dentre elas a linguagem como forma de inclusão social e o papel das tecnologias na produção de conhecimentos, mas também das questões mais amplas que perpassam a sociedade, tais como

o bilinguismo, o combate ao preconceito linguístico, a interculturalidade e a consciência de preservação ambiental.

Para atender a essas demandas, o projeto apresentado procura contemplar uma formação integral do licenciando de modo que o perfil do graduando em Letras deverá incluir:

- conhecimentos teórico-descritivo básicos dos componentes fonológico, morfológico, sintático, semântico e discursivo da língua portuguesa;
 - domínio de diferentes noções de gramática e (re)conhecimento das variedades linguísticas existentes, bem como dos vários níveis e registros de linguagem;
 - capacidade de compreender os fatos da língua e de conduzir investigações de língua e de linguagem que possam ser aplicadas a problemas de ensino e de aprendizagem de língua portuguesa;
 - conhecimento ativo e crítico de um repertório representativo de literatura em língua portuguesa;
 - domínio do conhecimento histórico e teórico necessário para refletir sobre as condições sob as quais a escrita se torna literatura;
 - capacidade de lidar, como professor, pesquisador e consultor, com as diferentes manifestações linguísticas possíveis, sendo usuário, enquanto profissional, da norma padrão;
 - capacidade de desempenhar o papel de multiplicador, formando leitores críticos, intérpretes e produtores de textos de diferentes gêneros e registros linguísticos, e fomentando o desenvolvimento de habilidades linguísticas, culturais e estéticas;
 - atitude investigativa que favoreça o processo contínuo de construção do conhecimento na área e utilização de novas tecnologias.
-
- Domínio das competências específicas da dimensão do conhecimento profissional, o que envolve o domínio dos objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; o conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; o reconhecimento dos contextos de vida dos estudantes; e o conhecimento a estrutura e a governança dos sistemas educacionais. (BRASIL 2019, p. 02).
 - Domínio das competências específicas da dimensão da prática profissional, o que compreende o planejamento das ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; a criação e a gestão de ambientes de aprendizagem; a avaliação do desenvolvimento do

educando, a aprendizagem e o ensino; e a condução das práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades. (BRASIL 2019, p. 02).

- Domínio das competências específicas da dimensão do engajamento profissional, que incluem o comprometimento com o próprio desenvolvimento profissional; o - comprometimento com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; a participação no Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e o engajamento, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar. (BRASIL 2019, p. 02).

3.5 Estrutura curricular

O currículo do curso de Letras - Língua Portuguesa busca conjugar uma sólida formação humanística a uma formação sobre os usos da linguagem, com um aprofundamento específico em questões relativas à linguística, à literatura, ao ensino de língua portuguesa e às manifestações artístico-culturais e aos objetos de conhecimento a serem ensinados. A matriz curricular do curso de Letras - Língua Portuguesa baseia-se na Resolução CEPE nº 473, de 12 de dezembro de 2018, atualizada pela Resolução CEPE 028, de 11 de abril de 2022, na Resolução CNE/CP nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a Extensão, Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), Resolução CEPE Nº 104, de 29 de julho de 2020, da Universidade Federal de Lavras que versa sobre a graduação a distância e a Resolução Normativa CEPE Nº 015, de 14 de março de 2022.

É importante ressaltar que, segundo a Resolução CEPE 473/2018 e a Resolução CEPE Nº 104/2020, da UFLA, são componentes curriculares dos cursos de graduação: I. disciplinas; II. estágios obrigatórios; III. atividades complementares; IV. trabalhos de conclusão de curso; V. estudos autônomos; VI. mentoria acadêmica; VII. projetos de caráter interdisciplinar ou multidisciplinar; e VIII. outros que venham a ser propostos pelo MEC ou criados pelo Colegiado de curso, desde que aprovados pelo ConGRAD e pelo CEPE. Os componentes curriculares podem ser I. obrigatórios, quando o seu cumprimento é

indispensável à integralização curricular; II. eletivos, quando integram a matriz curricular e devem ser cumpridos pelo estudante mediante escolha de alguns, em um conjunto de componentes curriculares disponíveis; III. optativos, quando não integram a matriz curricular, mas são ofertados por outros cursos de graduação ou pós-graduação e colaboram para o aprimoramento da formação oferecida pelo curso; IV. complementares, quando buscam o enriquecimento do processo de ensino aprendizagem, promovendo o relacionamento do estudante com a ética, a realidade social, econômica, cultural e profissional, bem como com a iniciação ao ensino, à pesquisa e à extensão. Assim, a estrutura curricular do curso de Letras - Língua Portuguesa está dividida entre as atividades acadêmicas obrigatórias e eletivas, além do Estágio obrigatório, das Atividades de Curricularização da Extensão (ACE), dos Componentes Curriculares Complementares (CCC) e pela participação no ENADE*, conforme é possível ver na tabela abaixo:

	Hora relógio
Disciplinas obrigatórias	2280
Disciplinas eletivas	90
Estágios Obrigatórios Supervisionados	400
Trabalho de Conclusão de Curso	120
Componentes Curriculares Complementares	50
Atividades Curriculares de Extensão	340**
Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE	*
Total de C.H. para conclusão do curso***	3280

* Conforme a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) é componente curricular obrigatório, portanto, os alunos aos quais foi determinada a participação no Enade não poderão colar grau, caso estejam em situação irregular com essa obrigação.

** As Atividades Curriculares de Extensão correspondem a 10% da carga horária destinada ao curso.

3.5.1 Flexibilização Curricular

A flexibilização curricular advém de um contexto político, cultural e educacional da universidade brasileira que, com mais ênfase desde os anos 80, processa reestruturações com vistas à maior liberdade e autonomia didática, administrativa e financeira, garantidas pela Carta Constitucional promulgada em 1988. Esta Constituição define a universidade como a instituição em que ensino, pesquisa e extensão desenvolvem-se de modo indissociável e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 vem caracterizar detalhadamente essa indissociabilidade. Embora, desde então seja preconizada a autonomia na estruturação curricular, os currículos fragmentados, sequenciados, engessados, ainda são uma realidade. Assim, o que na perspectiva tradicional é entendido como currículo precisa ser questionado e criticado, o que vem sendo feito no Brasil de modo mais incisivo há pelo menos uma década.

A Educação Superior conta com uma série de normatizações de Diretrizes Curriculares para a graduação, que visa a nortear a atuação das instituições e, por consequência, o trabalho dos gestores dos Cursos. Tais normatizações se destacam pela concessão de autonomia pedagógica aos Cursos, que podem ultrapassar o modelo de currículos mínimos, ou seja, aquele conjunto fixo de disciplinas e carga-horária, de caráter obrigatório. A partir dessa diretriz, dessa abertura legal, há a possibilidade da construção de currículos considerando novos paradigmas de conhecimento. Isso requer uma teoria educacional e uma opção filosófica que valorize os sujeitos sociais, o desenvolvimento contextualizado das práticas educativas e a autonomia da universidade, do educador e do educando.

Uma discussão sobre a flexibilização curricular no âmbito do ensino superior deve considerar as demandas da sociedade (formar profissionais críticos para compreender as novas relações de trabalho e as exigências por elas colocadas); as demandas do processo de conhecimento (processo permanente de investigação articulado com a produção do saber e de novas tecnologias) e as demandas por uma formação crítica e cidadã de profissionais. Assim entendida, a flexibilização pode, pois, ser a condição de efetivação de uma matriz curricular menos rígida, onde não haja dicotomia entre teoria e prática; entre ensino, pesquisa e extensão e em que as experiências vivenciadas pelos educandos sejam levadas em consideração. Dessa maneira, a flexibilização possibilita pensar o conhecimento de forma a explicitar as inter-relações das diferentes áreas, de modo a atender aos anseios de fundamentação tanto acadêmica como de ação social, reconhecendo, assim, os caminhos com diferentes trajetórias que apontam para a complementaridade dos saberes.

A UFLA, buscando atender às diretrizes educacionais nacionais, notadamente aquelas emanadas pelo Conselho Nacional de Educação, aprofundou os conceitos da reforma curricular realizada em 2003, principalmente no quesito flexibilização curricular, aumentando as atividades curriculares flexibilizadas.

Especificamente no curso de Letras Língua Portuguesa, a flexibilização se efetiva por meio de: a) proposição e acompanhamento sistemático de Componentes Curriculares Complementares que propiciarão, além da flexibilização, a interdisciplinaridade. Importante ressaltar que os CCC não se confundem com o TCC e com o Estágio Obrigatório, devendo se mostrar como complementação e desenvolvimento do discente; b) disciplinas eletivas que deverão ser escolhidas pelos discentes dentre aquelas previamente selecionadas pelo Colegiado do Curso de Letras Língua Portuguesa no presente projeto, podendo haver revisão semestral; c) conteúdos programáticos revistos pelo Colegiado do Curso; d) oferta de componentes curriculares além do mínimo legal estabelecido; e) eliminação de alguns pré-requisitos e reestruturação de outros, bem como com oferecimento de um leque de disciplinas mais diversificadas; f) maior atenção ao critério de *integração vertical e horizontal*, que orienta a escolha e a distribuição dos componentes curriculares ao longo do Curso; e g) *articulação entre ensino, pesquisa e extensão (explicitadas ao longo deste documento)*, h) promoção da mobilidade acadêmica mediante o aproveitamento de componentes curriculares, promovendo a integração e internacionalização da Universidade Federal de Lavras – UFLA. Além disso, as matrizes curriculares dos cursos de graduação da UFLA apresentam índices crescentes de carga horária flexibilizada. Essas ações, ocorridas desde 2003, facilitaram ao estudante cursar disciplinas eletivas que normalmente atendem a mais de um curso de graduação. É importante salientar que, para todos os cursos, toda disciplina oferecida na UFLA pode ser cursada como optativa, exceto a matrícula em Estágio Obrigatório ou Trabalho de Conclusão de Curso sob a forma de componente curricular eletivo ou optativo, conforme a CEPE 473/2018.

3.5.2 Integração entre teoria e prática

A Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, explicita orientações básicas para que as instituições de ensino superior tenham uma organização curricular capaz de promover a formação para a atividade docente, articulando teoria e prática durante todo o

curso. O artigo 10 determina a carga horária total, de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas para os cursos de licenciatura. De forma clara, o artigo 11, determina que:

Art. 11. A referida carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:

I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora. (BRASIL, 2019, p. 6; grifos nossos)

Como se percebe, o grupo III contempla a prática pedagógica, destinando 800 (oitocentas) para serem cumpridas pelos licenciandos. Em consonância com essas orientações, o Curso de Letras Língua Portuguesa apresenta uma matriz curricular que favorece a articulação entre teoria e prática desde o início do curso, uma vez que propõe que determinados componentes tenham uma carga horária prática junto à teórica.

O aluno iniciará suas atividades práticas no estudo de disciplinas que apresentam a organização aulas teóricas/aulas práticas. As atividades teóricas, em regra, são desenvolvidas por meio de aulas expositivas on-line, videoaulas, estudo de textos e uso de recursos do Campus virtual. Tais atividades envolvem lição, glossários, chats, fóruns de discussão sobre o tema, etc. e o objetivo é que o licenciado se aproprie dos conhecimentos necessários da área de Letras Língua Portuguesa e aos conhecimentos educacionais. Por sua vez, as atividades práticas englobam tanto os saberes e as práticas específicas da profissão como também os objetos de conhecimento a serem ensinados. A metodologia compreenderá, dentre outros meios, a participação em seminários e grupos de discussão, as práticas por meio de análise de *corpus*, de textos ilustrativos, a análise de situações didático-pedagógicas por meio de estudos de caso, de vídeos, de aulas simuladas, de visitas orientadas e de desenvolvimento de atividades/projetos envolvendo alunos da Educação Básica.

Somam-se a essas disciplinas, as atividades de estágio obrigatório que se desdobram em duas vertentes: a) Atividades na Instituição Formadora e b) Vivências de Prática Real. As atividades na Instituição Formadora ocorrem com a mediação de professores e de tutores do curso, com o uso de diferentes recursos tecnológicos. Por meio do Campus virtual, as atividades disponibilizadas preveem trabalhos em grupo, discussões, estudo de caso, análise de materiais didáticos, elaboração de plano de aula, de planejamento, de sequências didáticas etc. Os tutores selecionados para acompanharem o estágio obrigatório precisam ter experiência na docência na Educação básica, item exigido em edital de seleção. Por sua vez, as Vivências de Prática Real ocorrem em escolas da Educação Básica, sob o acompanhamento de um professor supervisor de estágio e de um orientador. Essa proposta apresenta como eixo norteador o preparo dos licenciandos para os seguintes aspectos: a) o ensino visando à aprendizagem do aluno; b) o acolhimento e o trato da diversidade; c) o exercício de atividades de enriquecimento cultural; d) o aprimoramento em práticas investigativas; e) a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares; f) o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores; g) o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe, conforme previsto na resolução supracitada h) a reflexão sobre a prática vivenciada e i) a avaliação como parte constitutiva do ensino-aprendizagem.

Para uma maior garantia da integração teoria-prática no âmbito do Curso de Letras Língua Portuguesa, merecem destaque as propostas das Atividades Curriculares de Extensão que estão articuladas com alguns componentes curriculares e buscam a formalização de aprendizados. As ACE articulam atividades de ensino, pesquisa e extensão e giram em torno de temas transversais como Meio Ambiente, Cidadania e Direitos Humanos, Inclusão, entre outros. São oferecidos a partir do 2º período e vão até o 8º período do curso e objetivam garantir a articulação entre teoria e prática como elementos indissociáveis na formação docente, uma vez que o foco é a aplicabilidade dos conhecimentos construídos em atividades/projetos direcionados à comunidade/sociedade.

A articulação entre teoria e prática ocorre, ainda, por meio da pesquisa, da extensão e dos Componentes Curriculares Complementares. São propostos vários projetos de iniciação científica e de extensão, que viabilizam essa integração. Entre essas ações, destaca-se a possibilidade de bolsas por meio de edital de ampla concorrência (PIBIC – UFLA/Fapemig/CNPq), Extensão, etc. Os conteúdos podem ainda ser complementados por

meio de Componentes Curriculares Complementares e pelo Trabalho de Conclusão de Curso que, para o Curso de Letras Língua Portuguesa, é obrigatório para a integralização curricular.

Nesse contexto, o Colegiado de Curso de Letras Língua Portuguesa discute sistematicamente estratégias para que a integração teoria-prática seja assegurada de forma concreta, contínua e profícua à formação dos licenciandos.

3.5.3 Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A Universidade Federal de Lavras e, por extensão, o Curso de Letras Língua Portuguesa possuem um papel sociopolítico relevante para a população dos municípios onde os polos atendidos pelo curso estão sediados, bem como as cidades em seu entorno. A UFLA se constitui como propulsora do desenvolvimento social, cultural e econômico da região. Nesse sentido, possui a responsabilidade de formar pessoas, cidadãos, profissionais, pesquisadores e docentes qualificados e comprometidos com o desenvolvimento de suas áreas de competência e com o desenvolvimento social.

Nos âmbitos regional, estadual e nacional, a UFLA adota como mecanismos institucionais o desenvolvimento de projetos de amplo alcance, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico, do ensino e da extensão universitária. Desse modo, o Curso de Letras Língua Portuguesa, por meio do apoio institucional, tem garantido que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão seja integrante do cotidiano do processo de formação dos licenciandos.

A questão da formação integral de professores tem sido um grande desafio para as políticas educacionais. Apesar das estratégias de acompanhamento e avaliação dos cursos de licenciaturas e dos vários programas de educação continuada, as deficiências de formação ainda são emergentes. Como alternativa, o educar pela pesquisa se constitui um procedimento capaz de abrir espaço para o alcance de novos patamares de desenvolvimento profissional. É a partir da discussão entre teoria-pesquisa e prática-ensino na formação de professores que se pode falar em formação crítico-reflexiva do educador (cf. MOITA LOPES, 1996). No entanto, não basta mobilizar os licenciandos para a prática de pesquisa, é preciso criar uma cultura de pesquisa, em que a elaboração própria, a qualidade das investigações, a adequação das formas de apresentação e a sistematização dos conhecimentos científicos adquiridos sejam processualmente contemplados.

Nesse sentido, a pesquisa, no âmbito do Curso de Letras Língua Portuguesa, se configura sob dois vieses: a) iniciação científica ligada à formação docente e ao processo ensino-aprendizagem, que envolve todos os licenciandos, garantindo a construção reflexiva dos conhecimentos e práticas pedagógicas; b) iniciação científica ligada às temáticas variadas da área de Letras, garantindo o aprofundamento de fundamentos teóricos ligados à área de Letras. Os editais de IC são amplamente divulgados aos alunos, que concorrem às vagas. O processo de orientação ocorre, preferencialmente, mediado por tecnologias digitais, por skype, videoconferência e pelo ambiente virtual de aprendizagem. É comum que discentes que morem no entorno da UFLA e em cidades circunvizinhas agendem orientações presenciais.

A proposta de ensino do Curso de Letras Língua Portuguesa pressupõe que a prática da pesquisa, articulada ao cotidiano da formação e tomada na coletividade dos alunos favorece a construção de um saber crítico, possibilitando ao aluno intervir no meio social como agente transformador da realidade. Os trabalhos de pesquisa deverão estar relacionados com os problemas e diagnósticos mapeados/demandados nas/pelas escolas de Educação Básica, com conteúdos estudados nos diversos componentes curriculares e integrados e complementados pela prática de extensão, seja na prestação de serviços à comunidade, seja na socialização dos conhecimentos produzidos no meio acadêmico. Os resultados e produtos da prática de pesquisa e extensão desenvolvidos por discentes e docentes da UFLA são publicados em artigos científicos e/ou livros ou socializados em eventos científicos organizados pelo Curso e pela Instituição. É, também, incentivada a apresentação de trabalhos em eventos externos organizados por outras Instituições de Ensino Superior.

O Curso de Letras Língua Portuguesa se insere nos seguintes projetos de pesquisa: PIVIC/UFLA (Programa Institucional Voluntário de Bolsas de Iniciação Científica), PIBIC/CNPq (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), PIBIC/FAPEMIG (Programa de Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica Institucional).

Dessa forma, as ações propostas pelo Curso buscam, de modo integrado, trabalhar conteúdos caracterizadores básicos do Curso de Letras Língua Portuguesa e conteúdos caracterizadores de formação profissional em Letras. Estes devem ser entendidos como toda e qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, e incluem os estudos linguísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e de docência. Além disso, são incluídos os

conteúdos definidos para a Educação Básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam. O processo articulatório entre habilidades e competências no Curso de Letras Língua Portuguesa pressupõe o desenvolvimento de atividades de caráter prático durante o período de integralização do curso. Ressalte-se, ainda, que a integração entre teoria-prática tem fomentado a interdisciplinaridade e a transversalidade de forma mais efetiva.

3.5.4 Integração entre Graduação e Pós-Graduação

A UFLA, em seu conjunto, oferece atualmente, como cursos de pós-graduação *stricto sensu*, 34 cursos de mestrado acadêmico, 9 cursos de mestrado profissional e 23 cursos de doutorado, todos reconhecidos pela CAPES e inúmeros outros cursos consolidados de pós-graduação *lato sensu*.

A política pedagógica de pós-graduação da UFLA pode ser vista como um compromisso público, visando à institucionalização de diferentes formas de cooperação científica e tecnológica entre os programas de pós-graduação da universidade.

O curso de Mestrado Acadêmico em Letras da UFLA foi aprovado no ano de 2018, tendo a sua primeira turma de ingresso em março de 2019. O curso está organizado em duas linhas de pesquisa, “Estudos analíticos-descritivos de Língua/Linguagem e suas tecnologias” e “Objetos culturais e produção de sentidos”, e conta hoje com 53 alunos regularmente matriculados. Todos os professores do Departamento de Estudos da Linguagem que atuam no Curso de Letras Língua Portuguesa estão vinculados ao Mestrado Acadêmico em Letras.

Convém ressaltar, ainda, possível integração entre os cursos de pós-graduação a serem desenvolvidos pelo Curso de Letras Língua Portuguesa com os já existentes na UFLA. Essa integração envolve tanto os docentes, quanto os discentes do Curso de Letras Língua Portuguesa. Atualmente, quatro professores da Letras participam do grupo de professores vinculados ao Mestrado Profissional em Educação, Programa constituído pelos Departamento de Educação, de Estudos da Linguagem e de Educação Física.

3.5.5 Matriz curricular

A matriz curricular do curso de Licenciatura em Letras (Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas) encontra-se detalhada em ANEXO. Entretanto, sua estrutura básica será apresentada no tópico a seguir

3.6 CONTEÚDOS CURRICULARES

O Curso de Letras Língua Portuguesa na UFLA possui estrutura curricular diferenciada em relação à formação teórica, cultural e cidadã de professores, a fim de cumprir não apenas uma demanda social por profissionais, mas também atender à vocação institucional. A articulação entre os elementos que compõem os três núcleos de formação do curso se realiza com a efetiva participação do corpo docente em reuniões de área e do NDE, bem como nos encontros do Colegiado de Curso e participação dos representantes discentes.

A partir da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, o Curso de Letras Língua Portuguesa - Língua Portuguesa estrutura-se a partir de três núcleos básicos definidos no artigo 11 da referida resolução: I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais. II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos. III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

Considerando-se tais orientações, a carga horária na matriz curricular do curso ficou assim distribuída:

	GRUPO 01	GRUPO 02	GRUPO 03	ACE	CCC
Exigência CNE	800h	1600h	800h	10%	
Proposto pelo curso	810h	1620h	400h prática 400h estágio	340h	50h

O quadro abaixo descreve essa estrutura, destacando o caráter integrado da matriz curricular proposta, em consonância com a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, em que diversos componentes curriculares congregam:

I - Grupo I: base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais. A Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 determina que para o grupo I sejam destinadas 800 horas, o que é atendido pela matriz proposta, uma vez que são destinadas 810 horas.

II - Grupo II: conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos. Neste grupo, a matriz proposta prevê 1620 horas e a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 prevê 1600 horas.

III - Grupo III: prática pedagógica, sendo o estágio supervisionado e a prática sobre os componentes dos grupos I e II. A Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 determina que este grupo apresente 400 horas para a prática pedagógica dos grupos I e II e 400 horas cumpridas por meio do estágio supervisionado e a matriz proposta atende ao proposto, apresentando 800 horas.

Estrutura curricular do curso de Letras – Língua Portuguesa (modalidade a distância)

Módulo	Código do componente curricular	Nome do componente curricular	GRUPO 01	GRUPO 02	GRUPO 03
1	DGEL 113	Leitura e Produção de Textos I		60	
1	DGEL 142	Introdução a EAD	60		
1	DGEL 179	Concepções de linguagem		60	
1	DGEL 147	Estudos sobre a linguagem		60	
1	DGEL 119	Teoria Literária I		60	
1	DGEL 106	História da Educação	60		
		Subtotal em Horas-relógio	120	240	
Módulo	Código do componente curricular	Nome do componente curricular	GRUPO 01	GRUPO 02	GRUPO 03
2	DGEL 114	Leitura e Produção de Textos II		60	
2	DGEL 101	Sociologia da Educação	60		
2	DGEL 148	Estudos sobre a linguagem		60	

		II			
2	DGEL 157	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	60		
2	DGEL 162	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa		60	
2	DGEL 120	Teoria Literária II		60	
2	DNEL0462	Atividades Curriculares de Extensão I			90
		Subtotal em Horas-relógio	120	240	90
Módulo	Código do componente curricular	Nome do componente curricular	GRUPO 01	GRUPO 02	GRUPO 03
3	DGEL 163	Linguística do texto		60	
3	DGEL 145	Estudos diacrônicos do Português		60	
3	DGEL 165	Morfossintaxe do Português I		60	
3	DGEL 175	Filosofia da Educação	60		
3	DGEL 133	Literatura Portuguesa I		60	
3	DGEL 180	Sociolinguística		60	
3	DGEL199	Práticas Pedagógicas com Tecnologias Digitais I	30		30
		Subtotal em Horas-relógio	90	300	30
Módulo	Código do componente curricular	Nome do componente curricular	GRUPO 01	GRUPO 02	GRUPO 03
4	DGEL 107	Didática	60		
4	DGEL 181	Estudos discursivos		60	
4	DGEL 166	Morfossintaxe do Português II		60	
4	DGEL 134	Literatura Portuguesa II		60	
4	DGEL 182	Práticas Pedagógicas com tecnologias digitais.		30	30
4	DNEL0463	Atividades Curriculares de Extensão II			90
		Subtotal em Horas-relógio	90	180	120
Módulo	Código do componente curricular	Nome do componente curricular	GRUPO 01	GRUPO 02	GRUPO 03
5	DGEL 137	Literaturas Africanas de Língua Portuguesa		60	
5	DGEL 150	Metodologia e Prática de Ensino de Língua Portuguesa I	60		
5	DGEL 115	Literatura Brasileira I		60	
5	DGEL 167	Morfossintaxe do Português III		60	
5	DEEL0485	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e suas			100

		Literaturas I			
		Subtotal em Horas-relógio	60	180	100
Módulo	Código do componente curricular	Nome do componente curricular	GRUPO 01	GRUPO 02	GRUPO 03
6	DGEL 184	Escola e Currículo: Avaliação. Currículo e Planejamento Educacional	60		
6	DGEL 168	Semântica e Pragmática		60	
6	DGEL 149	Metodologia de pesquisa em Letras		60	
6	DGEL 151	Metodologia e Prática do ensino de LP II	60		
6	DGEL 116	Literatura Brasileira II		60	
6	DGEL	Eletiva	30		
6	DEEL0486	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e suas Literaturas II			100
6	DNEL0464	Atividades Curriculares de Extensão III			80
		Subtotal em Horas-relógio	150	180	180
Módulo	Código do componente curricular	Nome do componente curricular	GRUPO 01	GRUPO 02	GRUPO 03
7	DGEL 117	Literatura Brasileira III		60	
7	DGEL 152	Metodologia e Prática do ensino de Língua Portuguesa III	60		
7	DPRG 114	Trabalho de Conclusão de Curso I		60	
7	DGEL	Eletiva	30		
7	DGEL	Eletiva	30		
7	DEEL0487	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e suas Literaturas III			100
		Subtotal em Horas-relógio	60	180	100
Módulo	Código do componente curricular	Nome do componente curricular	GRUPO 01	GRUPO 02	GRUPO 03
8	DGEL 185	Tópicos sobre inclusão escolar	60		
8	DGDE 105	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60		
8	DGEL 118	Literatura Brasileira IV		60	
8	DPRG 124	Trabalho de Conclusão de Curso II		60	
8	DGEL	ELETIVA	30		
8	DEEL0488	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e suas Literaturas IV			100
8	DNEL0465	Atividades Curriculares de			80

		Extensão IV			
		Subtotal em Horas-relógio	150	120	180
		Total em horas-relógio	810	1620	800

Cabe ressaltar que todas as cargas horárias que constam neste projeto referem-se a horas de 60 minutos (hora-relógio), como determina a Resolução CNE/CES 03/2007, de 02 de julho de 2007.

Dessa forma, observa-se que a matriz curricular proposta apresenta 3230 horas destinadas aos grupos I, II e III. Soma-se a essa carga horária mais 50 horas destinadas aos Componentes Curriculares Complementares, perfazendo o total de 3280 horas.

3.6.1 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

O tempo padrão para a integralização curricular é de 08 semestres e o tempo máximo é de 12 semestres. De acordo com a Resolução CEPE 473/2018 e com a Resolução CEPE 104/2020, o estudante matriculado regularmente poderá cursar componentes curriculares em outra IES do País ou do exterior, com prévia autorização da PROGRAD, para posterior aproveitamento de carga horária, excetuando-se os componentes curriculares nos quais o estudante tenha sido reprovado na UFLA e desde que não ultrapasse 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária de integralização curricular. Além disso, de acordo com os artigos 33 e 34, da Resolução CEPE nº 104/2020, quando o estudante apresentar extraordinário aproveitamento de estudos, demonstrado por meio de exame de suficiência, ou quando obtiver aproveitamento de estudos, é permitido abreviar, em até 50% (cinquenta por cento), da carga horária total das disciplinas obrigatórias nos termos da legislação educacional, acrescida do estágio, quando pertinente, e do TCC.

Para a integralização curricular, os estudantes precisam cumprir a carga horária de 400 horas dos estágios supervisionados obrigatórios, distribuída em quatro semestres, apresentar para defesa diante de uma banca avaliadora o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), integralizar 340 horas de Atividades Curriculares de Extensão e cumprir as 50 horas de Componentes Curriculares Complementares. Para estes componentes curriculares não será possível ao estudante solicitar exame de suficiência.

O Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE) também é considerado componente curricular obrigatório para a integralização curricular, de acordo

com a Lei 10.861/2004. Assim, caso o estudante seja convocado a realizar o exame, a integralização do curso dependerá do cumprimento de todas as etapas para avaliação previstas no Edital do ENADE.

3.7 METODOLOGIA

O Curso de Letras – Língua Portuguesa, privilegia procedimentos metodológicos que favorecem a formação pessoal, acadêmica e profissional dos licenciandos. Por ser um curso ofertado na modalidade a distância, o uso efetivo das diferentes tecnologias é fundamental como recursos metodológicos, conforme orienta a Resolução nº 01 do CNE/CES, de 11 de março de 2016. Assim, as tecnologias, as metodologias e os recursos educacionais, materializados em ambiente virtual multimídia interativo, inclusive materiais didáticos, bem como os sistemas de acompanhamento e de avaliação de aprendizagem, são elementos constitutivos dos cursos superiores na modalidade EaD.

Além do elenco de componentes curriculares com conhecimentos formais, os alunos também desenvolvem atividades práticas de ensino e de pesquisa e estudos independentes extraclasse para a ampliação de seu universo linguístico, literário, artístico e cultural. As diferentes disciplinas buscam contemplar concepções, conceitos e fundamentos que permitem uma maior compreensão dos campos do conhecimento relativo à área de Letras e da Educação, já que se trata de um curso de licenciatura. Nesse sentido, a metodologia de ensino-aprendizagem adotada está comprometida com o desenvolvimento da autonomia do estudante e com a capacidade de aprender a aprender, por meio da pesquisa, da reflexão e da interdisciplinaridade. Cada componente curricular é preparado pelo professor, considerando-se os diferentes recursos tecnológicos presentes no campus virtual, os recursos educacionais disponíveis, bem como a especificidade do componente. Ao planejarem as atividades, os professores constroem uma matriz de design, onde estão elencados os temas a serem trabalhados, os objetivos a serem alcançados, as atividades a serem desenvolvidas acompanhadas da respectiva pontuação, as ferramentas a serem utilizadas, etc. Há a indicação de materiais que auxiliem os estudantes, além da gravação de videoaula ou de aula transmitida on-line pelo Youtube e da previsão de chats, se necessário. Assim, o planejamento das atividades a serem desenvolvidas prima pelo desenvolvimento de uma postura crítico-reflexiva para analisar a multiplicidade de informações presentes na internet, para desenvolver

autoria nas situações de produção escrita e para constituir-se como um leitor autônomo. Os componentes curriculares são acompanhados por tutores com formação na área de letras e educação, selecionados em edital. Assim, o contato direto do estudante é realizado com os tutores.

Na proposta metodológica do curso de Letras Língua Portuguesa busca-se atender as especificidades das diferentes situações do processo de ensino-aprendizagem, a partir da exploração das quatro práticas linguísticas (oralidade, leitura, produção escrita e análise de conhecimentos linguísticos). O curso de Letras Língua Portuguesa prima pela formação reflexiva do professor, por isso as propostas metodológicas visam a um aprendizado que parte de questões concretas da realidade por meio de trabalhos configurados por situações problematizadoras, projetos, debates, pesquisas, seminários, aulas interativas (aulas transmitidas ao vivo), exploração de ferramentas tecnológicas, aulas expositivas, aulas práticas, estudos dirigidos, socialização de resultados de pesquisas, estudos de textos etc. Além disso, o curso investe numa abordagem interdisciplinar e transversal dos conteúdos, viabilizada a partir da organização por núcleos estruturais, que permite uma integração entre os componentes curriculares, garantindo uma formação mais globalizada e ética.

As Atividades de Curricularização da Extensão - ACE - articuladas aos demais componentes curriculares, propiciam ao estudante a sistematização e a aplicabilidade dos conhecimentos e dos saberes, de modo a precisar com maior consciência o processo de aquisição de competências e de habilidades, em consonância com o contexto histórico, social e econômico em que vivemos. A organização da matriz do Curso permite ao licenciando uma vivência mais rica de situações relacionadas à formação docente, já que a prática permeia todo o processo de formação. No que diz respeito à avaliação, são utilizados instrumentos diversificados como: seminários, testes, questionários, fóruns, resenhas, resumos, relatórios, portfólios, ensaios, debates, exercícios e análises de textos, entre outros.

3.8 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

De acordo com a Resolução CEPE nº 104/2020, artigos 21 e 22, a realização do estágio obrigatório deverá obedecer à regulamentação específica aprovada pelo Colegiado de Curso e somente poderá ocorrer em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estagiário, devendo o estudante estar em

condições de realizar o estágio, de acordo com as normas e preceitos estabelecidos pela legislação vigente. Além disso, os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares. Para a realização do estágio, a UFLA poderá assinar convênios de estágios, nos termos da legislação vigente e na impossibilidade de firmar convênio, o estudante poderá realizar o estágio mediante assinatura do termo de compromisso.

3.8.1 O estágio obrigatório no curso de Letras Língua Portuguesa

A formação do professor para trabalhar com a língua/ linguagem requer atividades que contemplem os conhecimentos epistemológicos desse campo do saber e também um conhecimento pedagógico sobre as práticas desse fazer. Nessa perspectiva, os princípios que regem o estágio obrigatório como componente curricular partem de uma concepção de Educação crítica e transformadora que possibilite ao licenciando compreender melhor a realidade em que atuará. Neste projeto, a proposta de Estágio Obrigatório Supervisionado está embasada na seguinte legislação:

Nos cursos de licenciatura, o Estágio Obrigatório é uma atividade curricular fundamental, pois garante a articulação entre teoria e prática de modo mais incisivo. O Estágio obrigatório é um componente curricular cuja função é constituir-se como um elemento integrador de formação, aliando teoria e prática, de modo a aproximar o licenciando do curso de Letras da realidade de sala de aula da Educação básica. O Estágio deve se constituir como um espaço privilegiado para que o licenciando possa desenvolver uma atitude investigativa e reflexiva sobre o fazer docente, sobre metodologias de ensino-aprendizagem e outros fazeres que compõem o saber docente.

Nesse sentido, o Estágio obrigatório possibilita a vivência do exercício profissional ao licenciando, a articulação entre teoria e prática, o conhecimento das diversas realidades escolares vivenciadas e, sobretudo, o desenvolvimento de uma visão ética e politizada sobre a docência, sobre os alunos como sujeitos socioculturais e, por extensão, uma atitude de respeito às variedades linguísticas. Enfim, acredita-se que este componente curricular possibilita uma formação sólida que permita ao licenciando atuar como profissional competente e seguro na área de Letras: Português e suas Literaturas. O Estágio obrigatório constitui, neste PPC, o contato constante do licenciando do curso de Letras Língua Portuguesa

com a realidade sociocultural, profissional e educacional. Será o elemento que fomentará mais intensamente as relações dialéticas entre saberes, conhecimentos e práticas sociais, ligadas à língua e suas manifestações culturais, suas formas de dominação e de resistência, trazendo esse conjunto de contradições para a reflexão e vivência dentro do Curso, na relação com a própria formação do professor e com os demais grupos. O Estágio Obrigatório está situado na segunda metade do currículo do curso e deve totalizar 400 horas.

As atividades de Estágio Obrigatório têm o objetivo de proporcionar ao licenciando em Letras uma análise crítica das vivências das práticas pedagógicas, dos programas de ensino, da dinâmica da escola, promovendo a integração do aluno com o ambiente escolar e oportunizando, ao futuro professor, o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao exercício da docência. Nesse sentido, espera-se que as atividades possam: a) possibilitar o conhecimento das reais condições do ambiente escolar; b) produzir e aprofundar os conhecimentos teórico-práticos no campo específico de trabalho; c) estimular a pesquisa bibliográfica, seleção e análise de material pedagógico; d) propiciar a atuação democrática e inovadora, respeitando as diferenças ideológicas e culturais; e) oportunizar a vivência da prática pedagógica com base na observação e reflexão; f) favorecer a análise das diferentes estratégias utilizadas na sala de aula e na atuação da realidade do espaço escolar; g) assessorar os docentes em suas atividades; h) oportunizar a participação na elaboração, realização e avaliação dos planejamentos e projetos da escola; i) oportunizar a participação ativa no Projeto Pedagógico da escola; j) pesquisar e analisar situações de aprendizagem; k) analisar a ação e reflexão da prática docente; l) fazer intervenções baseadas nos estudos teóricos, sob a orientação de docentes das escolas; m) vivenciar o desenvolvimento de projetos e atividades culturais; n) implementar o uso de tecnologias no processo de ensino aprendizagem; o) incentivar o trabalho interdisciplinar; p) propiciar o envolvimento ligados à cidadania, à sustentabilidade, à inclusão social etc.

A realização do Estágio obrigatório ocorrerá em escolas de Educação Básica e demais instituições e órgãos conveniados com a UFLA, públicos, privados ou filantrópicos, onde o graduando possa desenvolver seu plano de estágio sob a supervisão de um professor da área de formação em Letras ou de área afim, o qual terá a função de supervisionar no local de realização do estágio, o planejamento e o desenvolvimento das atividades de estágio. É importante ressaltar que todas as atividades desenvolvidas ao longo do estágio devem ser discriminadas em um relatório final.

Estrutura curricular do estágio obrigatório

Período	Código	Componente Curricular	Horas
5	DEEL0485	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e suas Literaturas I	100
6	DEEL0486	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e suas Literaturas II	100
7	DEEL0487	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e suas Literaturas III	100
8	DEEL0488	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e suas Literaturas IV	100
TOTAL DE HORAS DE ESTÁGIO			400

3.9 COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES

De acordo com a Resolução CEPE 473/2018, os Componentes Curriculares Complementares (CCC) constituem-se como atividades de enriquecimento da formação integral do estudante permeadas pelo relacionamento com a ética, a realidade social, econômica, cultural e profissional, bem como com a iniciação ao ensino, à pesquisa e à extensão. Dessa forma, podem ser incluídos como componentes curriculares complementares (CCC):

- I. atividade de iniciação à docência;
- II. atividade de iniciação à pesquisa;
- III. atividade de extensão;
- IV. atividade não obrigatória de iniciação profissional, incluindo o estágio não obrigatório;
- V. produção técnica, científica ou artística;
- VI. participação em núcleo de estudos;
- VII. participação em Programa de Educação Tutorial;
- VIII. participação em evento ou seminário técnico, científico, artístico e/ou esportivo; ou
- IX. outras atividades específicas, após análise pelo Colegiado do curso.

Os CCC compõem o currículo e objetivam garantir ao licenciando de Letras uma formação mais ampla. Nesse sentido, as atividades realizadas pelo aluno serão computadas, para efeito de integralização das horas mínimas exigidas, seguindo os parâmetros indicados pelo Colegiado do Curso de Letras Língua Portuguesa. A regulamentação para a validação dos CCC encontra-se no Anexo deste PPC.

3.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um elemento obrigatório da matriz curricular do curso de Letras - Língua Portuguesa. O TCC consiste na elaboração de uma pesquisa desenvolvida pelo acadêmico, com foco nos conteúdos estudados no curso. O resultado final deverá ser, preferencialmente, em formato de artigo científico ou monografia. Outras formas poderão ser aceitas (objeto de aprendizagem, documentário, etc.), desde que o projeto seja aprovado pelo colegiado do curso. No TCC, o estudante deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de trabalho científico.

Espera-se que a participação em componentes curriculares como os Seminários Integradores e as Metodologias, e a vivência no Estágio obrigatório possibilitem ao licenciando lançar um olhar investigativo sobre práticas e metodologias de ensino, sobre questões teórico-conceituais que perpassam a área, sobre políticas públicas como o PNLD e o livro didático, sobre as avaliações sistêmicas presentes na área, enfim, pretende-se que a organização curricular possibilite a busca por temas relevantes para a construção do TCC. Também poderão ser investigadas questões ligadas à linguagem, aos letramentos múltiplos (digital, multimodais e multissemióticos, etc.), à língua em seus vários aspectos/facetos (morfologia, sintaxe, fonética e fonologia, semântica), ao uso das tecnologias como mediadoras do processo interacional/educativo, às metodologias ligadas ao ensino-aprendizagem da língua, à literatura e suas especificidades, dentre outras.

A preparação do licenciando para o desenvolvimento do TCC será feita de forma gradativa, processual e sistematizada, uma vez que essa atividade tem a função de articular a interação, a comunicação e o desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional. Ressalte-se que, embora haja uma concentração mais sistematizada a partir da segunda metade do curso, a atitude investigativa atravessa o curso de Letras Língua Portuguesa desde o primeiro período, respeitando-se a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Assim, entende-se que tanto no âmbito de convivência no ambiente escolar, possibilitado pelo Estágio obrigatório, pelas atividades extensionistas, pelos Seminários Integradores ao longo do curso, quanto no desenvolvimento de sua reflexão acadêmica dentro da área, possibilitada

pelas atividades de Iniciação Científica (com bolsa ou voluntária), o aluno irá construir bases para desenvolver a autonomia investigativa, bem como criará condições para fazer interação entre diferentes conhecimentos e vivências e elaborar a pesquisa, sob a orientação de um professor orientador, membro do curso de Letras Língua Portuguesa. O início formal do TCC ocorrerá no sétimo módulo, quando o licenciando cursará o componente curricular TCC I e será desenvolvido no último período do curso no componente curricular TCC II. A orientação será realizada por professores do curso de Letras e/ou professores aprovados em edital específico da PROGRAD para a função de orientação de TCC no curso de Letras Língua Portuguesa.

O TCC obrigatoriamente atenderá as regulamentações institucionais e deverá ser objeto de defesa pública com banca de professores constituída para esse fim. O trabalho será apresentado e defendido perante banca examinadora, composta por três professores. O TCC caracteriza-se, assim, como oportunidade de sistematização dos conhecimentos adquiridos ao longo curso e um elemento a mais de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando a culminância da produção intelectual do educando. O TCC deve seguir as normas estabelecidas pela Instituição, bem como o regulamento próprio aprovado pelo Colegiado de Curso para a apresentação da defesa do trabalho. O regulamento encontra-se nos anexos deste projeto.

3.11 AS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

A matriz curricular prevê, como determinam a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e a Resolução Normativa CEPE Nº 015, de 14 de março de 2022, que 10% (dez por cento) da carga horária do curso seja destinada à Extensão. Dessa forma, para obter o grau de licenciado em Letras Língua Portuguesa, o estudante deverá integralizar a carga horária correspondente às atividades de extensão.

Segundo a Resolução Normativa CEPE nº15, “para ser caracterizada como atividade de extensão a ser desenvolvida no currículo, a ação planejada deve envolver diretamente comunidades externas à UFLA”. Esclarece, ainda, a resolução que a integração das atividades ao currículo ocorrerá por meio de Atividades Curriculares de Extensão, que são “atividades de extensão necessariamente vinculadas à formação ampla dos estudantes, participantes ativos e protagonistas das ações nelas inseridas, as quais deverão fazer parte da matriz curricular”.

Portanto, para ser creditada como atividade de extensão para fins de cumprimento legal, o discente precisa ser protagonista e participar ativamente.

A proposição das atividades de extensão, seja por meio de programa e projetos, seja por meio de cursos e eventos, deverá considerar as diretrizes pactuadas na Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX 2012), a saber: (i) interação dialógica; (ii) indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; (iii) interdisciplinaridade e interprofissionalidade; (iv) impacto na formação do estudante; (v) impacto e transformação social, bem como transformação da própria universidade.

No curso de Letras, as ACE serão organizadas de acordo com as seguintes modalidades, previstas no artigo 4 da RESOLUÇÃO NORMATIVA CEPE No 015, DE 14 DE MARÇO DE 2022 e elencadas a seguir:

I- Programa de extensão: conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino, com caráter orgânico-institucional, integração no território, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo;

II- Projeto de extensão: ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, registrado, preferencialmente, vinculado a um Programa de extensão ou como projeto isolado;

III- Curso e oficina de extensão: ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, planejada e organizada de modo sistemático, e critérios de avaliação definidos;

IV- Evento de extensão: ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com público específico, de conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade; e

V- Prestação de serviços: realização de ações em interação com a comunidade para desenvolvimento conjunto de soluções visando ao atendimento de demandas oriundas de setores da sociedade.

Por ser um curso ofertado na modalidade a distância, em diferentes polos de apoio presencial, considera-se que as ações de extensão poderão ser desenvolvidas tanto nos polos

ou nas comunidades em que o licenciado faz parte. Para o curso, optou-se por atividades de extensão como componente curricular específico, denominado de Atividades Curriculares de Extensão - ACE.

COMPONENTE CURRICULAR	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
ACE 1	2	90H
ACE 2	4	90H
ACE 3	6	80H
ACE 4	8	80H
TOTAL DAS ACE = 340 HORAS		

As 340 horas destinadas às atividades de curricularização da extensão atendem à legislação, uma vez que perfazem mais de 10% da carga horária total do curso.

O discente, no início do período, deverá se matricular no componente curricular Atividades Curriculares de Extensão. Para fins de registro, de avaliação e de creditação das horas de extensão, as ações extensionistas deverão ser realizadas por meio da apresentação de produtos, relatórios, artigos, seminários ou portfólios ao(s)/à(s) docente(s), responsável(is) pelo componente curricular.

Além das Atividades Curriculares de Extensão previstas na matriz curricular, os estudantes poderão participar de outras Atividades de Extensão (projetos, programas, etc.) relacionados a projetos cadastrados por docentes, aprovadas pelo DEL, pela PROEC e orientados por professores do curso. Para isso, os discentes deverão integrar a equipe da ação de extensão, como bolsista ou como voluntário. Ao final, os discentes poderão requerer, junto ao Colegiado do Curso, o aproveitamento das horas para fins de aprovação/creditação das horas destinadas à extensão. A solicitação deve ser feita por meio do preenchimento de formulário específico, protocolado na Secretaria Integrada quando o discente se matricular no Componente Curricular Atividades de Extensão. Deverá ser apresentado o relatório final sobre o projeto, bem como os certificados das atividades desenvolvidas.

As atividades curriculares de extensão não se confundem, neste PPC, com os Componentes Curriculares Complementares, uma vez que nos CCC os discentes podem participar na condição de ouvintes (seminários e palestras, por exemplo) e em ações que não envolvam a comunidade externa. Por sua vez, as ACE requerem, em sua essência, uma interação dialógica e ativa com a comunidade externa, bem como protagonismo do discente no desenvolvimento do projeto.

O Regulamento para as ACE encontra-se nos anexos, ao final.

3.12 Apoio ao discente

A assistência estudantil corresponde ao conjunto de ações que têm por finalidade ampliar as condições de permanência, na universidade, dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Objetiva-se, com ela, viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a redução da evasão. Assim, a assistência estudantil pode ser compreendida como mecanismo de garantia da efetivação do direito constitucional à educação.

A ampliação do acesso à Universidade ganhou destaque na agenda política brasileira, recentemente, por meio do Reuni, que objetivou a expansão do número de vagas oferecidas pelas IFEs. Entretanto, não bastava proporcionar o aumento do acesso de estudantes às Universidades; fazia-se necessário garantir a permanência e as condições de conclusão do curso, de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades. Dessa forma, a assistência estudantil ganhou status de política pública, em 2007, com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Entretanto, é preciso destacar que os cursos de graduação a distância são custeados com recursos CAPES/UAB.

Na UFLA, o Reuni significou um aumento de mais de 300% no número de estudantes, em função do aumento do número de vagas por curso, e da criação de novos cursos, a partir do ano de 2010.

Entre as diversas iniciativas de apoio permanente aos estudantes, destacam-se as seguintes:

a- Programas de Iniciação Científica

Os alunos do curso de Letras Língua Portuguesa podem concorrer aos editais de Iniciação Científica oferecidos pela UFLA. Tais programas visam estimular os pesquisadores produtivos a engajarem os estudantes de graduação em projetos de pesquisa, a fim de despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais. Os editais são divulgados pela secretaria do curso e caso algum discente tenha interesse em participar, ele entra em contato com o professor para a construção do plano de trabalho.

b- Programa de atendimento psicossocial individual

Tem como principal objetivo atender o indivíduo em seus problemas imediatos, informando e viabilizando seu acesso aos recursos existentes na instituição e fora dela; esse programa abrange também ações de aconselhamento, informação e plantão psicológico.

c- Programa “Qualidade de Vida no Campus”

Objetiva contribuir para a melhoria do bem-estar físico, psicológico e social dos membros da comunidade universitária através da disponibilização de espaços e oportunidades de reflexão, conhecimento e discussão dos mais variados temas de interesse.

d- Atividades de esporte e lazer

As ações de assistência estudantil nas áreas de esporte e lazer visam proporcionar aos estudantes e demais integrantes da comunidade acadêmica o acesso a práticas esportivas, nas mais diversas modalidades.

Elas proporcionam, também, o incentivo e o suporte adequados ao desenvolvimento do esporte de competição, em várias modalidades, além de propiciarem o fomento a projetos sociais de extensão esportiva, envolvendo estudantes das redes públicas da educação básica como forma de inclusão social e incentivo desses ao ingresso na Universidade.

Ademais, projetos de melhoria de qualidade de vida no campus, como o combate à obesidade, ao diabetes, ao sedentarismo, etc., são desenvolvidos e organizados em um calendário de ações que mobilizam a comunidade acadêmica em torno de práticas mais saudáveis.

e- Centro e espaços de convivência

A assistência estudantil contempla, além de ações que possibilitem o bom desempenho acadêmico àqueles estudantes com condições socioeconômicas díspares, ações que permitam a realização plena da vida acadêmica enquanto estudantes da Universidade.

Para tal, importa a existência de políticas, ações e equipamentos que estimulem a integração, interação e a sociabilização do corpo discente. Para tal, a Universidade dispõe do Centro de Integração Universitária (Ciuni), um importante espaço para o desenvolvimento da vida social de seus estudantes. O Ciuni é composto de diversos equipamentos para uso pelos discentes como: sede social, quadras poliesportivas, piscina e área de churrasqueira.

e- Política de atendimento aos discentes com necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida

Por meio do Programa de Apoio a Discentes com Necessidades Educacionais Especiais (PADNEE), instituído pela Resolução CEPE nº 448/2015 e atualmente regulamentado pela Resolução CEPE nº 118/2017, pretende-se garantir aos estudantes dos cursos de graduação e que possuam alguma deficiência ou dificuldade específica, as condições adequadas para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. Trata-se de iniciativa executada por uma comissão multidisciplinar composta por: um psicólogo, um médico, um assistente social, um pedagogo, um assistente administrativo, sob presidência do coordenador do Núcleo de Acessibilidade.

Para efeito deste programa, considera-se estudante com necessidades educacionais especiais aquele que possui: deficiência visual, auditiva, física, intelectual ou múltipla; transtornos globais de desenvolvimento; altas habilidades; transtornos específicos; dificuldades educacionais decorrentes de enfermidades temporárias. Uma vez identificadas as necessidades especiais de cada estudante, a comissão desenvolverá um Plano Individual de Desenvolvimento Acadêmico, que será encaminhado aos professores responsáveis pelas disciplinas cursadas pelo estudante e ao coordenador do curso. Além disso, a comissão ficará responsável por assessorar o Núcleo de Acessibilidade na execução das ações que garantam as condições para atendimento das necessidades especiais de cada estudante, entre as quais destacam-se: adaptação de recursos instrucionais, material pedagógico e equipamentos; adaptação de recursos físicos, com a eliminação de barreiras arquitetônicas e adequação de ambiente de comunicação; apoio especializado necessário, como intérprete de línguas de sinais; proposta de adaptações para atividades avaliativas; orientação aos coordenadores de curso e docentes.

f- Restaurante universitário

Os estudantes e demais membros da comunidade universitária contam com serviço de alimentação oferecido pelo restaurante universitário, que funciona de acordo com o calendário letivo. O almoço é servido, nos dias úteis, das 10h30min às 13horas, e, nos sábados, domingos e feriados, das 11h30min às 12h30min. O jantar é servido somente nos dias úteis das 17h45min às 19 horas.

g- Núcleo de Saúde Mental

O Núcleo de Saúde Mental (NSM), inserido na estrutura da Coordenadoria de Saúde da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), é um espaço dedicado a ações voltadas à promoção de saúde mental e melhoria da qualidade de vida da comunidade acadêmica, e tem como objetivo dar suporte a esse público em suas demandas relacionadas aos desafios da vida universitária.

Os serviços oferecidos são: acolhimento psicológico; atendimento psiquiátrico; orientação farmacêutica; oficinas temáticas e rodas de conversa. Três psicólogos e um psiquiatra irão atuar no Núcleo, com atendimentos de segunda a sexta-feira, nos turnos da manhã e da tarde. O estudante que precisar recorrer ao serviço poderá fazer o agendamento presencial, conforme os horários e normas estabelecidos pelo NSM.

h- Assistência médica e odontológica

São oferecidos aos estudantes serviços de assistência médica e odontológica. A Universidade Federal de Lavras possui uma clínica odontológica em parceria com Centro Universitário Unilavras e Prefeitura Municipal de Lavras, composta por 8 consultórios, onde são realizados procedimentos de dentística básica, pequenas cirurgias, extrações e tratamento endodôntico de dentes anteriores. O horário de atendimento é das 7:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, mediante prévia marcação. Todos os atendimentos são gratuitos.

Também possui uma clínica médica, que conta com 4 médicos, sendo 3 clínicos gerais e 1 ginecologista, 1 auxiliar de enfermagem, 4 técnicas em enfermagem, 1 enfermeira e 1 bioquímica farmacêutica.

O horário de atendimento é das 7:30 às 11:00, nas terças, quartas e quintas-feiras, e das 13:00 às 17:00, nas segundas e sextas-feiras, mediante prévia marcação. Todos os atendimentos são gratuitos. Para urgências mais simples (dor aguda, febre, mal-estar, ferimentos leves ou náuseas), os estudantes são atendidos, sem agendamento prévio, no ambulatório localizado na área central do campus, que funciona os períodos matutino, vespertino e diurno.

3.13 Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

A autoavaliação é um processo fundamental que pretende identificar e fornecer informações importantes que poderão embasar o planejamento e a tomada de decisão dos gestores, em todos os níveis, para o contínuo desenvolvimento da instituição.

Em atendimento à Lei nº 10.861/2004, a Universidade Federal de Lavras criou a Comissão Própria de Avaliação (CPA), integrada por representantes dos professores, estudantes, técnico-administrativos e sociedade civil. Entre suas atribuições encontram-se: a condução do processo de avaliação interna da universidade; a sistematização e o oferecimento de informações relativas à avaliação institucional aos órgãos governamentais competentes; a proposição de projetos, programas e ações que proporcionem melhorias no processo de avaliação institucional; o desenvolvimento de estudos e análises visando ao fornecimento de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de avaliação institucional.

Atualmente, o processo de autoavaliação é conduzido anualmente, gerando relatório circunstanciado com dados sobre diversos aspectos das seguintes dimensões: desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas, incluindo políticas para ensino, pesquisa e extensão, comunicação com a sociedade e política de atendimento aos discentes; políticas de gestão, incluindo políticas de pessoal, organização e gestão da instituição e sustentabilidade financeira; infraestrutura, incluindo infraestrutura física, recursos de informação e serviços prestados pela biblioteca e restaurante universitário. A partir da análise dos resultados, permite-se a proposição de ações de melhorias nas dimensões analisadas, além de adequado acompanhamento das diretrizes e dos objetivos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional.

É importante destacar que a autoavaliação se orienta, em especial, pelos seguintes princípios: ampla participação da comunidade acadêmica, desde a concepção e execução dos instrumentos de avaliação até a análise crítica dos resultados; utilização, com o maior grau de integração possível, de métodos qualitativos e quantitativos de simples entendimento e administração; adaptação às necessidades e características da instituição ao longo de sua evolução; foco nos processos coletivos, e não na avaliação de indivíduos; fornecimento à gestão institucional, ao poder público e à sociedade de uma análise crítica e contínua da eficiência, eficácia e efetividade acadêmica da universidade.

A gestão do processo de avaliação dos cursos de graduação, encontra-se sob a responsabilidade da Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino (DADE/PRG), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), que desde o ano de 2017 executa um processo contínuo de avaliação de componentes curriculares por parte de discentes e docentes.

Tais ações se desenvolvem no âmbito do Programa AVALIE - Programa de Avaliação Continuada dos Cursos de Graduação da UFLA.

Semestralmente, os discentes da UFLA realizam a avaliação dos componentes curriculares que cursaram naquele período, acessando o questionário de avaliação específico para cada componente. Após este processo, os relatórios gerados a cada edição semestral do programa de avaliação, são encaminhados a cada coordenação de curso e são com frequência utilizados como instrumento de gestão acadêmica e pedagógica dos cursos de graduação da Universidade.

Com base nos resultados destas avaliações, já foram propostas e executadas diversas ações de formação continuada para o corpo docente da UFLA, além de servirem para orientação da construção da programação da Semana de Planejamento e Formação Continuada - evento realizado no início de cada semestre letivo na UFLA que tem como objetivo principal promover momentos destinados ao planejamento interno de cada curso e formação do corpo docente e técnico- administrativo da Universidade.

Além dos dados obtidos a partir dos expedientes mencionados, a autoavaliação do Curso de Letras - Língua Portuguesa leva em consideração: as impressões do corpo docente, levantadas em reunião pedagógica, promovida pela coordenação do curso; os relatórios de atividade docente, apresentados em cada período letivo, com destaque para os dados relativos à produtividade dos professores e às suas atividades de pesquisa e de extensão; a avaliação das práticas e das rotinas realizadas pelos técnicos-administrativos, alocados na Coordenadoria Geral de Ensino a Distância; as impressões dos estudantes sobre plano de ensino, conteúdo curricular e o professor responsável de cada disciplina, a partir de questionário eletrônico aplicado pela coordenação de curso; os índices de retenção e evasão dos estudantes disponibilizados pela Pró-Reitoria de Graduação; os resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional de Desempenho - ENADE, realizado pelo Ministério da Educação, os índices de empregabilidade, de ingresso em cursos de pós-graduação e de aprovação em concursos públicos obtidos por egressos.

O exame das informações coletadas é realizado pelo Colegiado do Curso de Letras - Língua Portuguesa, com auxílio do Núcleo Docente Estruturante e da Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino – DADE, da Pró-Reitoria de Graduação.

As informações obtidas permitem a revisão e busca por mudanças e estabelecimento de rotas e ações desenvolvidas no curso, bem como do Projeto Pedagógico do Curso o qual

será revisto anualmente, sob a responsabilidade do Colegiado de Curso, sendo submetido à apreciação e aprovação do Conselho de Graduação.

Com a participação de diversos atores, é possível projetar a construção mais democrática e participativa do projeto de curso e do percurso a ser seguido com a consecução de seus objetivos. Importante salientar que o processo de autoavaliação é realizado de maneira contínua, não se restringindo apenas ao diagnóstico de fragilidades e à proposição de ações de correção, mas inclui a reflexão sobre práticas consolidadas e sobre a oportunidade de adoção de novas práticas, além do monitoramento de ações levadas a cabo por outras instituições de excelência. Assim, considera-se o processo de autoavaliação uma atividade de natureza também preventiva.

3.14 Atividade de tutoria

A seleção de tutores presenciais e a distância para atuação no Curso de Letras Língua Portuguesa se dá por meio de edital, conduzido pela Coordenadoria Geral de Ensino a Distância (CEAD) e pela Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Educação e Letras (FAELCH). A tutoria no curso de Licenciatura Plena em Letras é um componente fundamental do sistema e tem a função de realizar a mediação entre o estudante e os recursos didáticos do curso. Trata-se de um dos elementos do processo educativo que possibilita a (re)significação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional.

O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único. O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo o discente se encontra? Quais dificuldades apresenta? Em que medida, o discente se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo? Ou apenas reproduz o conhecimento socialmente produzido, necessário para compreensão da realidade? Também analisa se o discente reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se se

relaciona com outros estudantes para estudar e se participa de organizações ligadas à sua formação.

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Após o processo seletivo, a formação é oportunizada pela UFLA antes do início do curso e ao longo do curso. Essa formação ocorre *online* e presencialmente. Os tutores aprendem, em ambientes específicos, a usar as ferramentas disponíveis, a interagir com os outros e a realizar tarefas como correção de prova e de atividades *online*. Os tutores recebem o material preparado pelo professor formador e auxiliam na tarefa de ministrar aulas presenciais, quando há encontros nos polos de apoio. Para tanto, são selecionados tutores com formação na área de atuação.

Como recursos para interlocução tutor-aluno são utilizados:

- Encontros presenciais nos polos;
- Ambiente Virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- Videoconferência;
- Cursos de capacitação presenciais e semipresenciais;
- Videoaula;
- Telefone;
- E-mail.

Os tutores são selecionados em editais específicos e procura-se, por orientação do colegiado, evitar grande rotatividade entre os tutores. Assim, há um conjunto de tutores que respondem por disciplinas na área dos conhecimentos linguísticos e outros pela área dos conhecimentos literários. Os tutores possuem acompanhamento pelo coordenador de tutoria, pelo professor responsável que ministra o componente curricular e pela equipe pedagógica da CEAD.

O acompanhamento e a orientação para o TCC são feitos pelos professores do curso de Letras Língua Portuguesa e por orientadores selecionados em editais específicos. O estágio

obrigatório possui um professor que responde pela coordenação de estágio. Esse professor também é responsável por planejar todas as atividades de estágio e de acompanhar a realização dos estágios pelos discentes. Para isso, ele conta com a mediação de tutores, selecionados em edital e com perfil específico para esse acompanhamento.

3.15 Tecnologias de informação e comunicação – TIC – no processo ensino aprendizagem

A UFLA possui a Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino (DADE) e a Coordenadoria Geral de Ensino a Distância (CEAD), ligadas à PROGRAD, que são responsáveis, entre outras atividades, pelo planejamento e execução do projeto de formação continuada dos docentes da Universidade, através de metodologias de ensino diversificadas. Com o intuito de favorecer a institucionalização de métodos e práticas de ensino-aprendizagem inovadores e promover a integração e a convergência entre as modalidades de educação presencial e a distância (ensino Híbrido), em 2008, por meio da então DIREED, foi elaborado o Projeto Aprender, para os cursos de graduação presencial, sendo a plataforma escolhida o Moodle, software distribuído livremente, conhecido no meio acadêmico simplesmente por AVA. Neste ambiente virtual é disponibilizada uma sala de aula, onde são montadas as interfaces e ferramentas usadas para a construção da interatividade e da aprendizagem, alterando, mesmo que modestamente, o relacionamento professor-estudante, estudante-estudante e estudante-conteúdos.

Em 2016 o projeto Aprender foi transformado em Plataforma Campus Virtual visando reunir todas as iniciativas de uso de AVAs na UFLA. Além das ferramentas disponíveis no próprio sistema, o professor tem à sua disposição uma gama de possibilidades que podem ser incorporadas à sua sala de aula virtual na Plataforma Campus Virtual. O Campus Virtual se caracteriza como um espaço que agrega todas as ações ligadas ao uso de tecnologias aplicadas à educação na UFLA, seja nos cursos presenciais ou a distância, além dos cursos internos de capacitação e de outros oferecidos à comunidade externa. Nos últimos anos verificou-se grande aumento na demanda por esse recurso tecnológico bem como a incorporação de novas funcionalidades em versões mais recentes da plataforma.

Diversos sites disponibilizam recursos, ferramentas e repositórios educacionais com as quais o docente pode incrementar sua sala, usando objetos já prontos ou produzindo seus próprios materiais didáticos para tornar sua sala mais atrativa e interessante, tais como:

histórias em quadrinhos, palavras cruzadas, *webquests* (com uso de imagens), objetos educacionais em diversas áreas do conhecimento, edição de imagens e vídeos, conversão de *Power Point* para *Flash* ou vídeo, entre outros. Para isso, uma equipe de suporte mantém atendimento constante a professores e estudantes, auxiliando no gerenciamento das salas e no uso do ambiente.

Importa destacar, ainda, que a Portaria 2.117/2019 prevê que “as IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.” (exceção aos cursos de medicina). A aprovação da regulamentação sobre a incorporação de metodologias próprias da educação a distância (EaD) em até 40% da carga horária de um curso presencial trouxe novos desafios para a UFLA, que vem contando com os trabalhos da DADE e da CEAD para elaboração de projetos e execução de ações de formação docente para trabalho na perspectiva das novas metodologias ativas de aprendizagem e com estas novas tecnologias aplicadas à educação. Tais desafios propiciam uma maior integração com equipe que compõem o curso a Distância, além de permitir um contato constante dos professores com metodologias específicas, que são aplicadas também no ensino do curso de Letras presencial. Tal diálogo é significativo para a melhoria da atuação dos docentes em ambos os cursos, possibilitando a renovação constante de perspectivas de ensino.

Além dessas possibilidades, a CEAD desenvolve o “Projeto de Fomento ao uso de Tecnologias de Informação e Comunicação nos Cursos de Graduação da UFLA”. O projeto prevê a gestão integrada de três subprojetos: a) Oferta de disciplinas com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação para cursos de graduação presencial; b) Produção de conteúdos educacionais e materiais didáticos; c) Capacitação no uso de Tecnologias de Informação e Comunicação em cursos de graduação presenciais.

Outras iniciativas da PROGRAD para promoção de metodologias inovadoras: 1- oferta de cursos e oficinas de Práticas que tratam de Metodologias Ativas; Elaboração de itens para Avaliação; Ferramentas de acompanhamento / avaliação de ações em AVA; 2- organização de eventos, tais como: a) Fórum de Graduação – Forgrad: trata de temas como a utilização de metodologias ativas de aprendizagem como recurso pedagógico entre outros de interesse da comunidade docente; b) Semana de Planejamento e Formação Docente: o evento envolve discussões de diversas temáticas, como reestruturação curricular e processos avaliativos na UFLA; flexibilização curricular; métodos de avaliação instantânea do aprendizado; estratégias metodológicas para construção de projetos pedagógicos;

planejamento docente nos Departamentos; matriz e Projeto Pedagógico de Curso; elaboração de plano de ensino e plano de trabalho; apoio aos discentes com necessidades educacionais especiais; formação ética, estética e cultural de educadores; formulários Google e os processos de avaliação, entre outros; 3- Núcleo de Estudos em Tecnologias Educacionais, Inovação e Metodologias Ativas - NETEIMA, com uma sala no AVA para partilha de informações, experiências e materiais relacionados à inovação e metodologias Ativas.

3.16 Material didático institucional

A escolha do material didático de cada componente curricular é realizada pelo professor responsável pelo componente, podendo ser atualizada a cada oferta, desde que atenda a ementa formalizada na Instituição. O docente dispõe de materiais e guias produzidos pela Universidade Aberta do Brasil e acessíveis pelo sistema SISUAB, pode produzir material próprio (roteiros de leitura e/os estudos, guias etc.), utilizar materiais disponíveis para consulta pública, como artigos publicados em revistas acadêmicas, e conta ainda com o acervo da Biblioteca Virtual da UFLA. Os referenciais bibliográficos que constam nas ementas de cada componente curricular passam por etapas de avaliação, desde a verificação da biblioteca, sobre a disponibilidade, até a coordenação do curso.

3.17 Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes

Com a transformação em 2016 do projeto Aprender em Plataforma Campus Virtual, visando reunir todas as iniciativas de uso de AVAs na UFLA, os docentes passaram a ter uma variedade de ferramentas disponíveis para o desenvolvimento das disciplinas. Tais ferramentas, além de atenderem a questões metodológicas dos componentes curriculares, também propiciam uma maior interação entre docentes e tutores, com salas virtuais específicas para cada componente curricular e o docente responsável; entre os tutores e os discentes, com acompanhamento constante das atividades realizadas; entre tutores e a coordenação de tutoria que, em contato direto com a coordenação do curso e com a equipe da CEAD, acompanha e orienta na resolução de dúvidas. A equipe CEAD conta com um técnico para a realização do design gráfico das salas virtuais, que também orienta os docentes com

sugestões de ferramentas mais adequadas para o desenvolvimento de atividades e interação. A UFLA também possui uma estrutura de estúdio, onde é possível realizar as gravações de videoaulas, a serem disponibilizadas no Campus Virtual, e também as aulas transmitidas, quando o professor pode desenvolver interação em tempo real com os estudantes de todos os polos atendidos pelo curso.

3.18 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

O sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos cursos a distância é disciplinado pela Resolução CEPE nº 104, de 29 de julho de 2020. De acordo com a Resolução, a verificação do rendimento acadêmico se dará por meio de instrumentos de avaliação da aprendizagem, da frequência aos encontros presenciais e por meio da participação em atividades realizadas a distância, as quais, quando não atingidas, inabilitam o estudante no componente curricular. A avaliação da aprendizagem deverá ser realizada por meio de trabalhos escolares, baseando-se em critérios quantitativos e qualitativos, definidos pelo(s) professor(es) responsável(is) pelo componente curricular, considerado, para tal, o desempenho, interesse e a participação do estudante. Os trabalhos escolares envolvem relatórios, estágios, pesquisas bibliográficas, elaboração de projetos, trabalhos práticos e execução de projetos, provas escritas, testes e outras tarefas presenciais e a distância, executados durante a oferta do componente curricular, bem como outras atividades estabelecidas pelos docentes e registradas no plano de ensino. A utilização de meios não autorizados para a realização de trabalhos escolares, acarretará a atribuição de nota 0 (zero), sem prejuízo das medidas disciplinares cabíveis. Além disso, a participação nas atividades a distância correspondentes a cada componente curricular e que apresentem caráter avaliativo é obrigatória.

Estará automaticamente aprovado em um componente curricular o estudante que obtiver a frequência mínima exigida de 75% (setenta e cinco por cento) nos encontros presenciais, pontuação maior ou igual a 60% (sessenta por cento) no somatório das atividades a distância e nota final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos no somatório de todas as atividades avaliativas.

Aos estudantes que não atingirem 60% (sessenta por cento) dos pontos no conjunto das atividades a distância e/ou na avaliação presencial serão oportunizadas estratégias de recuperação

de estudo complementares e anteriores à realização do exame final. Entre as estratégias possíveis, encontram-se assistência individual por meio da tutoria, atividades e/ou aulas de reforço, provas e trabalhos de recuperação e outras definidas pelo Colegiado de Curso. A avaliação de recuperação é aplicada presencialmente no polo ao qual o estudante está vinculado. As notas dos trabalhos escolares deverão ser divulgadas no máximo 10 (dez) dias úteis após sua realização. Caso o estudante não concorde com sua nota deverá, em primeiro lugar, consultar o professor responsável, por meio do tutor. Poderá, ainda, requerer revisão do trabalho escolar ao Coordenador do Curso, em formulário próprio, preenchido e encaminhado pelo AVA, até 5 (cinco) dias corridos após a divulgação da nota. Essa revisão será realizada por banca revisora, constituída por 3 (três) docentes designados pelo Coordenador do Curso, excetuando-se o docente responsável pelo trabalho escolar em questão.

3.19 Número de vagas

O processo seletivo para turma de ingresso em 2023 será regido por editais próprios. Em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.711, de 29/8/2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824, de 11/10/2012 e pela Portaria Normativa MEC 18/12, do Ministro de Estado da Educação, publicados no Diário Oficial da União de 15/10/2012, a UFLA reservou 50% do total das vagas, por curso e cidade-polo, para os candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

A distribuição das VAGAS RESERVADAS (Lei 12.711), estabelecida pelo edital, foi realizada conforme os grupos abaixo elencados, a saber:

Grupo 1 (VRRRI-PPI): vagas reservadas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

Grupo 2 (VRRRI-NPPI): vagas reservadas para estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

Grupo 3 (VRRS-PPI): vagas reservadas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

Grupo 4 (VRRS-NPPI): vagas reservadas para estudantes que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

DEMAIS VAGAS (Ampla Concorrência): serão destinadas aos estudantes que não se enquadrarem em nenhum dos grupos acima ou àqueles que, mesmo atendendo aos requisitos exigidos na Lei, optarem por não concorrer às vagas reservadas. As vagas foram distribuídas conforme determina a Lei.

3.20 Integração com as redes públicas de ensino

O curso possui uma integração com as redes públicas de ensino da região através de diversas atividades e projetos que desenvolve. Dentre eles, destacam-se:

a- LIFE: garante uma integração entre os licenciandos e alunos e professores da Educação Básica.

b- EVENTOS COMO O I SIMPÓSIO DE LETRAS E ENCONTRO MINEIRO DE ENSINO DE LÍNGUAS - EMEL: tais eventos são planejados e organizados pelo curso e buscam promover a integração entre a Educação básica e a licenciatura. São ofertados minicursos, palestras, apresentação de trabalhos/comunicações orais e relato de experiências inovadoras no ensino e os eventos são amplamente divulgados na comunidade.

c- PROJETOS DE EXTENSÃO: todos os professores podem submeter projetos de extensão a serem desenvolvidos na comunidade e em escolas. Pode-se destacar o desenvolvimento de projetos de leitura em escolas de educação básica.

d- PROJETOS DE PESQUISA: há por parte dos docentes do curso a proposição e desenvolvimento de projetos de pesquisa que versam sobre questões ligadas à educação básica, tais como: o livro didático, as avaliações educacionais, as metodologias de ensino.

e- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO: realizado nas escolas de Educação Básica, o Estágio obrigatório possibilita uma interação e uma integração efetiva entre o curso e as escolas da região.

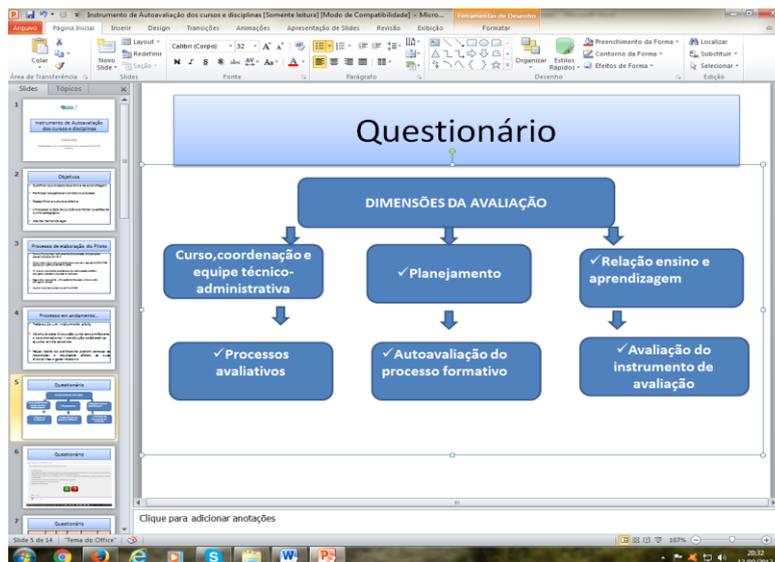
3.21 Atividades práticas de ensino para licenciaturas

A prática como componente curricular permeia toda a matriz curricular do curso de Letras Língua Portuguesa, conforme prevê a resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, evitando sua concentração como uma parte isolado do currículo. Alocadas em componentes curriculares específicos ou integrada a outros, que privilegiam a integração entre prática e teoria, as horas destinadas às atividades práticas como componente curricular podem ser verificadas no quadro que descreve a estrutura curricular do curso de Letras, neste projeto pedagógico.

3.22 Participação dos discentes no acompanhamento e na avaliação do PPC

Atualmente, a Avaliação da Qualidade dos Cursos de Graduação da Universidade é atividade supervisionada, coordenada e executada pela Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino (DADE).

O instrumento de avaliação é composto por número variado de questões fechadas e uma questão aberta, organizados em seis dimensões a fim de abordarem temas sobre conhecimento e adequação do Projeto Pedagógico do Curso, formas de relacionamento com a equipe de coordenação, de professores e técnico-administrativa; formas de planejamento e organização da ação didática e das disciplinas, bem como o uso de recursos e metodologias diversificadas, relação ensino e aprendizagem; usos e formas da avaliação da aprendizagem, participação discente e percepção pelo aluno da sua atuação na disciplina e no curso e até mesmo a apreciação acerca do instrumento de avaliação utilizado, conforme aponta a síntese das dimensões que segue:



Compreende-se que a participação do discente é de suma importância para a qualificação e compreensão dos processos de ensino e de aprendizagem e dos encaminhamentos no que se refere às ações pedagógicas e redirecionamento do processo de formação, considerando ainda todos os envolvidos no processo formativo. Busca-se o entendimento do aluno a respeito da sua implicação e responsabilidade para com o curso e com o seu próprio processo formativo, desmistificando a ideia de punição comumente presente na avaliação e exaltando a corresponsabilidade na busca pela melhoria da formação ofertada. O processo de avaliação é anônimo e *online*, garantindo a preservação dos envolvidos e permitindo a emissão de opiniões livres de qualquer constrangimento ou intimidação.

Ao acessar o questionário, ao aluno são explicitadas as razões e importância da avaliação, reforçando seu compromisso e responsabilidade com o processo formativo. Após os alunos responderem e, encerrado o período da avaliação, os professores têm acesso imediato aos resultados da avaliação por meio do seu login e senha institucional, podendo realizar análises, reflexões e redirecionamentos acerca da ação docente que desenvolvem, bem como a revisão dos conteúdos, procedimentos e condutas para o próximo semestre letivo. Tais informações também são acessíveis aos Coordenadores de Curso e Chefes de Departamento, os quais em conjunto com o Colegiado de Curso e demais professores podem propor novos diálogos na busca pelo aprimoramento do Curso.

Registra-se que, além do uso do sistema de avaliação das disciplinas, há a valorização da participação dos alunos em reuniões colegiadas, bem como do acesso e do

diálogo permanente com professores, coordenação e chefias de departamento, entendendo serem esses também possibilidades de indicador de qualidade e mudanças de rotas.

A avaliação a ser implementada pelo colegiado do curso de Letras Língua Portuguesa deve constituir processo de aperfeiçoamento contínuo e de crescimento qualitativo, devendo pautar-se pela:

- coerência das atividades quanto à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e quanto ao perfil do profissional formado pelo curso de Letras Língua Portuguesa;
- validação das atividades acadêmicas por colegiados competentes;
- orientação acadêmica individualizada;
- adoção de instrumentos variados de avaliação interna;
- disposição permanente de participar de avaliação externa.

4 DIMENSÃO: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

O corpo docente do curso de Letras, da Universidade Federal de Lavras conta com professores com sólida formação acadêmica, experiência profissional variada e elevado grau de comprometimento com o ensino de qualidade. Atualmente, o Curso conta com a participação de professores lotados no Departamento de Estudos da Linguagem (DEL), que atuam em disciplinas específicas do curso, além de professores do Departamento de Educação (DED), que atuam em componentes curriculares específicos da formação pedagógica.

Os quadros abaixo apontam a situação atual do Departamento de Estudos da Linguagem, no que se refere ao corpo docente que atua no Curso de Letras:

Docentes de áreas específicas	Área de Atuação	Titulação	Ano de obtenção do título	Situação Funcional
Aline Barreto Costa Braga	Estudos Linguísticos e Linguística Aplicada – Língua Inglesa	Doutora	2021	Adjunto
Denis Leandro Francisco	Estudos Literários	Doutor	2011	Adjunto
Gasperim Ramalho de Souza	Estudos Linguísticos e Linguística Aplicada – Língua Inglesa	Doutor	2020	Adjunto
Helena Maria Ferreira	Estudos Linguísticos e Linguística Aplicada – Língua Portuguesa	Doutora	2008	Adjunto
Isabel Cristina Rodrigues Ferreira	Estudos Literários – Língua Inglesa	Doutora	2008	Associado
Jamila Viegas Rodrigues	Estudos Linguísticos e Linguística Aplicada – Língua Inglesa	Doutora	2019	Adjunto
Larissa da Silva Lisboa Souza	Estudos Literários	Doutora	2020	Adjunto
Larissa Giacometti Paris	Linguística Aplicada – Língua Portuguesa	Doutora	2021	Adjunto
Márcia Fonseca de Amorim	Estudos Linguísticos, Linguística Aplicada- Língua Portuguesa	Doutora	2009	Adjunto
Márcio Rogério de Oliveira Cano	Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa. Análise do discurso	Doutor	2013	Adjunto

Marco Antônio Villarta-Neder	Estudos Linguísticos, Linguística Aplicada- Língua Portuguesa	Doutor	2002	Adjunto
Mauricéia Silva de Paula Vieira	Estudos Linguísticos e Linguística Aplicada – Língua Portuguesa	Doutora	2009	Adjunto
Patricia Vasconcelos Almeida	Estudos Linguísticos e Linguística Aplicada – Língua Inglesa	Doutora	2006	Adjunto
Raquel Márcia Fontes Martins	Estudos Linguísticos e Linguística Aplicada – Língua Portuguesa	Doutora	2007	Adjunto
Rodrigo Garcia Barbosa	Estudos Literários	Doutor	2013	Adjunto
Sibely Oliveira Silva	Estudos Linguísticos e Linguística Aplicada- Língua Portuguesa	Doutora	2020	Adjunto
Tania Regina de Souza Romero	Estudos Linguísticos e Linguística Aplicada - Língua Inglesa	Doutora	2007	Associada
Thiago da Cunha Nascimento	Estudos Linguísticos - Língua Inglesa	Doutor		Adjunto
Tufi Neder Neto	Estudos Linguísticos e Linguística Aplicada – Língua Inglesa	Doutor	2006	Adjunto

Docentes de áreas complementares	Área de Atuação	Titulação	Ano de obtenção do título	Situação Funcional
---	------------------------	------------------	----------------------------------	---------------------------

Carlos Betlinski	Educação	Doutor	2006	Adjunto
Dalva de Souza Lobo	Educação	Doutora	2013	Adjunto
Giovanna Rodrigues Cabral	Educação	Doutora	2015	Adjunto
Josiane Marques da Costa	Educação	Doutora	2015	Assistente
Josué Humberto Barbosa	Educação	Doutor	2008	Adjunto
Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões	Educação	Doutora	2016	Adjunto
Luciana Azevedo Rodrigues	Educação	Doutora	2017	Adjunto

**a. EXPERIÊNCIA DOS DOCENTES LOTADOS NO
DEL**

Docentes	Tempo de experiência no Magistério Superior (anos)	Tempo de experiência na Educação Básica (anos)	Outras experiências profissionais
Aline Barreto Costa Braga	Iniciante	0	Atuou como tradutora de textos técnicos e gerais com ênfase na tradução do inglês para o português brasileiro por 6 anos.
Denis Leandro Francisco	7	5	Foi Assistant Professor na Hankuk University of Foreign Studies (HUFS), Seul/Coreia do Sul, de 2017 a 2019, onde atuou na área de Português Língua Estrangeira, Literatura e Cultura Brasileira. Nessa universidade, lecionou na Graduação em Estudos Brasileiros e coordenou o Departamento de Estudos Brasileiros. No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), atuou como professor efetivo no Ensino Médio e na Graduação, de 2010 a 2014. Foi consultor selecionado pelo Ministério da Educação do Brasil (SESu/MEC) para coordenar o planejamento e a estruturação da área de Português Língua Estrangeira no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF - Português), de 2014 a 2016. Atuou, como elaborador, avaliador, supervisor e coordenador pedagógico, de diversas avaliações educacionais de larga escala na área de leitura e língua portuguesa, tais como Enem (2006 a 2018), Pisa, Saeb/Prova Brasil, além de exames de proficiência em português como língua estrangeira (Celpe-Bras, 2001 a 2019).

Gasperim Ramalho de Souza	9	15	Atualmente, é Professor Adjunto do Departamento de Estudos da Linguagem (DEL) da Universidade Federal de Lavras (UFLA), membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e da Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB), coordenador do Grupo de Estudos Amefricanos Zacimba Gaba (GEAZ/CNPq) na UFLA. Atualmente, participa como representante de Políticas e Equidade, Diversidade e Inclusão (EDI) no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) na UFLA e Responsável pelo Setor de Diversidade e Diferenças da (SDD/PRAEC) na referida instituição. Além disso, atuou como Coordenador Pedagógico do Programa Inglês Sem Fronteiras (ISF) do Núcleo de Ensino de Idiomas (DRI/ NUCLi) da UFLA e no ensino de inglês em escolas públicas por mais de 15 anos.
Helena Maria Ferreira	19	10	Coordenadora Pedagógica da área de Língua Portuguesa (SEMED/Prefeitura

			Municipal Patos de Minas); Coordenadora de Extensão.
Isabel Cristina Rodrigues Ferreira	21	0	Professora assistente de Português como língua estrangeira e literatura luso-afro-brasileira na Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill, professora e coordenadora do curso de Português como língua estrangeira na Universidade de Oklahoma. Coordenadora do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Curso de Especialização em Ensino de Língua Inglesa na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional. Especialista em tradução - língua inglesa para português brasileiro..

Jamila Viegas Rodrigues	8	0	Atuou como professora de língua inglesa do Instituto Federal de Minas - IFMG, do Centro de Extensão da FALE-UFMG e do Projeto de Ensino de Línguas Estrangeiras do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da UFMG. Atuou como tutora no curso de Graduação em Letras da UFLA.
Larissa da Silva Lisboa Souza	4	5	Atuou como professora no ensino básico, vinculada à Fundação Casa, pela Secretaria do Estado de São Paulo, além da atuação em cursos técnicos e pré-vestibulares nas disciplinas de língua portuguesa. No ensino superior, atuou como tutora na Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR) e na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em cursos de especialização para Formação de Professores de Língua Portuguesa e Literaturas. Também orientou discentes em cursos de Especialização de Língua Portuguesa e Literatura na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Por fim, foi professora substituta na disciplina de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Larissa Giacometti Paris	Iniciante	3	Professora de redação para o Ensino Médio e curso pré-vestibular na rede privada, autora de materiais didáticos de Língua Portuguesa para o ensino fundamental e médio, coordenadora de uma plataforma de correção on-line de redação.
Márcia Fonseca Amorim	13	0,5	Coordenadora Adjunta do Curso de Letras Português - modalidade a distância da UFLA. Professora da Graduação e da Pós-Graduação em Letras na PUC Minas e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco (FASF). Coordenadora do Curso de Letras da FASF. Professora da Faculdade São Camilo e da IBS/FGV. Analista de Redação da PUC MINAS.
Márcio Rogério de Oliveira Cano	15	13	Assessor e formador pedagógico de redes públicas e particulares nas temáticas: Ensino de Língua Portuguesa, Leitura e produção de texto nas diversas áreas, Letramento e Práticas Pedagógicas Inclusivas. Foi professor nas redes

			públicas de ensino do município e do estado de São Paulo, Língua Portuguesa, ciclo II do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Foi Coordenador Pedagógico na Rede Estadual de Ensino de São Paulo. Assessor pedagógico no Instituto Paulo Freire e na ONG Mais Diferenças. Trabalhou em diversos cursos no ensino superior em instituições como Universidade Ibirapuera, Instituto de Ensino Superior de Mairiporã, Faculdade de Caieiras e do Guarujá e no curso de Especialização em Língua Portuguesa da PUC-SP.
Marco Antônio Villarta-Neder	23	4	Escriturário efetivo (servidor público estadual). Operador de microcomputador pelo BANESER (prestando serviço para a Delegacia de Ensino de Jacareí/SP- Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo)
Mauricéia Silva de Paula Vieira	20	24	Avaliadora de livros didáticos de língua portuguesa no PNLD e no PNL-EJA Formadora em cursos de capacitação – CEALE/UFMG/ PAR. Coordenadora geral do BNI UFLA (2012 a 2015). Coordenadora da área de linguagens, códigos e suas tecnologias – BNI UFLA (2012 a 2015). Coordenadora do curso de Letras Português, modalidade a distância. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Leitura e Escrita (GEPL). Subchefia do DEL.
Patricia Vasconcelos Almeida	9	3	Coordenadora do Campus Universitário de Alto Araguaia – UNEMAT; Chefe do Departamento de Letras do Campus de Alto Araguaia – UNEMAT; Avaliadora Ad Hoc de projetos de extensão da Universidade do Estado do Mato Grosso 2007/2008/2009; Membro do grupo de pesquisa “Aprendizagem de Línguas Estrangeiras”; Líder do grupo de pesquisa Grupo de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias para Inovação Pedagógica (CNPq); Coordenadora do curso de Letras - Inglês EAD.
Raquel Márcia Fontes Martins	12	4	Consultoria e assessoria pedagógica na área de alfabetização e língua portuguesa, em escolas públicas e privadas da Educação Básica e em Secretarias de Educação (federal, estaduais e

			municipais).
Rodrigo Garcia Barbosa	7	1,5	Coordenador do Curso de Letras Português/Inglês e suas Literaturas da UFLA; Elaborador de itens de Literatura Brasileira do PAS/UFLA; Músico (compositor, pianista e tecladista); redator, diretor de arte e de criação em agência de publicidade e design gráfico.
Sibely Oliveira	Iniciante	7	Analista Educacional do Órgão Central da SEE/MG, atuando no Programa de Intervenção Pedagógica-PIP Anos Finais do Ensino Fundamental; autora de curso <i>on-line</i> sobre o ensino de gêneros da ordem do argumentar, na perspectiva dos estudos do letramento, voltado para professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
Tania Regina de Souza Romero	28	0	Correspondente Inglês-Português, Tradutora, Secretária Bilingue em multinacionais; Coordenadora Pedagógica Regional na Grande São Paulo (Yázigi). Consultora, formadora de professores de várias áreas para escolas públicas da prefeitura de São Paulo e para escolas particulares. Formadora de professores em cursos e projetos desenvolvidos pela COGAE-PUCSP e Cultura Inglesa-SP. Presidente da APLIESP (Associação dos Professores de Língua Inglesa do Estado de São Paulo). Lecionou mais de 30 anos em Faculdades e Universidades (Faculdade Anhembí-Morumbi, Faculdade Ibero-Americana, Instituto Mackenzie, Faculdade Sumaré, Universidade de Sorocaba, UniSantana, PUC-SP, Universidade de Taubaté) em níveis de graduação e pós-graduação lato e strictu-sensu. Foi Coordenadora Pedagógica na UFLA do Inglês sem Fronteiras. Líder do Grupo de Pesquisa Identidades de Docentes de Línguas (CnPQ). Foi Diretoria da DADP (Diretoria de Apoio e Desenvolvimento de Professores (UFLA). Coordenou os programas institucionais de intercâmbio internacional BRACOL (Brasil-Colômbia), e Intercâmbio Mercosul. Coordena o Projeto de English Teaching Assistantts (ETAs),

			UFLA-Fulbright.
Thiago da Cunha Nascimento	0	0	É subcoordenador do Research Centre Intercultural Communication in Multimodal Interactions (UFMG). É membro do Grupo de Pesquisa inter-institucional do CNPq Linguística (Inter-)Cultural e do grupo de pesquisa Pragmática (inter)linguística, cross-cultural e intercultural, da Universidade de São Paulo.
Tufi Neder Neto	11	15	Coordenador adjunto do Curso de Letras – Inglês, Modalidade a Distância da UFLA; Revisor das provas de Língua Inglesa do PAS-UFLA. Área de Pesquisa: Pronúncia e Aprendizagem Autorregulada. Projetos em andamento: Pesquisa: Pronúncia da Língua Inglesa; Extensão: produção de jogos para o ensino/aprendizagem de pronúncia; A correção reflexiva de avaliações escritas como forma de desenvolvimento da aprendizagem autorregulada.

Observação: os docentes do curso passarão por processo seletivo interno, por meio de Edital específico, devido à exigência da CAPES para pagamento de bolsas de atuação em curso vinculados ao sistema UAB.

O quadro abaixo apresenta a relação de professores vinculados à UFLA que atuam/poderão atuar como corpo docente no Curso de Letras Língua Portuguesa:

Docentes de áreas complementares	Área de Atuação	Titulação	Ano de obtenção do título	Situação Funcional
Josué Humberto Barbosa	Educação	Doutor	2008	Adjunto
Warley Ferreira Sahb	Educação	Doutor	2016	Técnico/UFLA
Elisangela Brum Cardoso Xavier	Educação	Mestre	2017	EBTT
Larissa Figueiredo S S Bulhões	Educação	Doutora	2016	Adjunto

Kátia Batista Martins	Educação	Mestre	2015	EBTT
Adriana Priscilla Duarte de Melo	Educação	Mestre	2013	EBTT

Observação: os docentes do curso passarão por processo seletivo interno no ano, devido à exigência da CAPES para pagamento de bolsas de atuação em curso vinculados ao sistema UAB.

Formação e perfil do corpo docente efetivo da área de Letras com lotação no DEL

Aline Barreto Costa Braga

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2021). Mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Graduação em Letras - Licenciatura em Língua Inglesa pela Universidade Federal de Ouro Preto (2013). Atua nas seguintes áreas de pesquisa: Linguística Aplicada, com ênfase em descrição linguística e modelagem de textos voltada para os Estudos da Tradução e Ensino de Língua Inglesa, tendo como base teórica a Linguística Sistêmico-Funcional.

Currículo Lattes disponível em:

<http://lattes.cnpq.br/7596936501759462>

Débora Racy Soares

Pós-doutora pela Brown University (2011) em Estudos Culturais, Visiting Research Fellow na Brown University (2010) e Visiting Lecturer na University of Toronto (2009). Doutora pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/FAPESP, 2011). Tem vasta experiência no ensino de Português Língua Estrangeira, no Brasil e no exterior. É colaboradora do CELPE-Bras, como aplicadora e corretora, e integra a equipe do Idiomas Sem Fronteiras - PLE, atuando nas seguintes funções: docente orientador, docente autor, docente pesquisador, docente gestor e docente ministrante. Coordena o projeto de extensão "Aquarela Cultural", desde 2008, e o Núcleo de Estudos Internacionais PLE e Multiculturalismo. Participa da diretoria da AMPPLIE desde 2014.

Currículo Lattes disponível em:
<http://lattes.cnpq.br/7804377820138754>

Denis Leandro Francisco

Pós-doutorado em Literatura Comparada e Estudos Culturais pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da Capes, doutor em Literatura Comparada (ênfase em Literatura Portuguesa), mestre em Literatura Brasileira e graduado em Letras (licenciatura plena em Língua portuguesa e suas literaturas), todos os títulos obtidos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor adjunto das áreas de Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa do Departamento de Estudos da Linguagem (DEL) da Universidade Federal de Lavras (UFLA), atuando na graduação e na pós-graduação. É coordenador do curso de graduação “Licenciatura em Letras Português e suas Literaturas” da UFLA desde setembro de 2021. Escritor. Seu primeiro livro de ficção, *Zola e Ana Raio*, foi selecionado pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) para representar o Brasil na Bologna Children's Book Fair 2017 e recebeu o Selo Catálogo Literário Autorias da Diversidade - Bibliotecas Escolas Mineiras concedido pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG). Seu segundo livro de ficção, *O sapo (des) encantado*, foi aprovado no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD 2022) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação do Brasil (MEC).

Currículo Lattes disponível em:
<http://lattes.cnpq.br/8557131761266516>

Gasperim Ramalho de Souza

Gasperim Ramalho de Souza é Doutor em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal e Tecnológico de Minas Gerais (CEFET-MG), Mestre em Estudos Linguísticos pela UFMG (POSLIN /FALE), Especialista em Ensino de Língua Inglesa (UFMG), Especialista em Educação Especial e Inclusiva (UNINTER),

graduado em Letras (Inglês) pela Faculdade de Letras (FALE) da UFMG. Atualmente, é Professor Adjunto do Departamento de Estudos da Linguagem (DEL) da Universidade Federal de Lavras (UFLA), membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e da Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB), coordenador do Grupo de Pesquisa em Estudos Amefricanos Zacimba Gaba (GEAZ) que integra atividades de pesquisa com desdobramentos extensionistas dentro da UFLA. Ainda no âmbito da pesquisa, o docente tem orientado pesquisas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica voltados para a Base Nacional Comum Curricular e o ensino -aprendizagem de inglês na Escola Pública. Essas pesquisas também são englobadas na orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso (que abrangem também outras áreas de atuação elencadas no final desta descrição). Atualmente, participa como representante de Políticas e Equidade, Diversidade e Inclusão (EDI) no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) na UFLA Responsável pelo Setor de Diversidade e Diferenças da (SDD/PRAEC) na referida instituição. Além disso, atuou como Coordenador Pedagógico do Programa Inglês Sem Fronteiras (ISF) do Núcleo de Ensino de Idiomas (DRI/ NUCLi) da UFLA e no ensino de inglês em escolas públicas por mais de 15 anos. Seus principais interesses de pesquisa são: estilos de aprendizagem, inteligências múltiplas, inclusão, complexidade, letramento crítico, políticas linguísticas, relações étnico-raciais e formação de professores de inglês para a escola pública e decolonialidade.

Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7600693416505639>

Helena Maria Ferreira

Possui graduação em Letras pelo Centro Universitário de Patos de Minas (1993), Especialização em Linguística pelo Centro Universitário de Patos de Minas (1994), Mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia (1998) e doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008). É graduada em Letras (Português/Espanhol) pela Universidade de Uberaba (2010). É ainda graduada Pedagogia, pela Universidade Federal de Uberlândia. Atuou como professora na

Educação Básica (1991 a 2000). Foi coordenadora de área de Português pela Prefeitura Municipal de Patos de Minas (1994 a 2000). Atuou como professora (1998 a 2010) e como Coordenadora de Extensão no Centro Universitário de Patos de Minas (2001 a 2010). Atualmente, é professora adjunta da Universidade Federal de Lavras. É coordenadora do Curso de Letras (modalidade presencial) e do Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), pelo Curso de Letras/UFLA. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Aquisição da Linguagem e Ensino de Língua Materna.

Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4670251806372445>

Isabel Cristina Rodrigues Ferreira

Possui graduação em Bacharelado em Matemática pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996), graduação em Licenciatura em Inglês pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999), mestrado em Master of Arts in Romance Languages pela University of North Carolina at Chapel Hill (2003) e doutorado em Doctor of Philosophy in Romance Languages pela University of North Carolina at Chapel Hill (2008), revalidado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010). É Especialista em Tradução Inglês - Português (EaD) pela Universidade Estácio de Sá (2022) e concluiu o curso Educational Technology Collaborative's eTeaching Certificate Program pela University of Tennessee (2008). Atualmente é professora associada em Literaturas de Língua Inglesa da Universidade Federal de Lavras (2010). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literaturas de língua inglesa e portuguesa, coordena o Grupo de estudos Anglophone Culture and Literature Study Group (ACLi) e pesquisa principalmente os aspectos raciais, culturais e de gênero nas literaturas e outras formas artísticas.

Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0480778412538030>

Jamila Viegas Rodrigues

Professora de língua inglesa da Universidade Federal de Lavras. Doutora e Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Faz pesquisas relacionadas ao desenvolvimento do Inglês como segunda língua. Possui graduação em Letras -

Licenciatura em Inglês pela UFMG. Atuou como professora de língua inglesa do Instituto Federal de Minas - IFMG, do Centro de Extensão da FALE-UFMG e do Projeto de Ensino de Línguas Estrangeiras do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da UFMG. Atuou como tutora no curso de Graduação em Letras da UFLA. Fez estágio no Centro Pedagógico da UFMG. Coordena o NEBP (Núcleo de Extensão em Bilinguismo e Psicolinguística).

Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3361317040585633>

Larissa da Silva Lisboa Souza

Doutora em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Estudos Literários pela Universidade de São Carlos (UFSCar). Especialista em Educação para as relações étnico-raciais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora adjunta no Departamento de Estudos da Linguagem, na Universidade Federal de Lavras (UFLA), desenvolvendo o projeto “Cartografias pós-coloniais nas literaturas de língua portuguesa”. Membro dos grupos de pesquisa “Genore: Género, normatividade, representações”, do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa, e “Literatura: intersecções identitárias”, da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área literária, com ênfase em questões voltadas às teorias pós-coloniais e de gênero. Contribui para revistas literárias e editoras, a exemplo do Jornal Rascunho e da editora Kapulana.

Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1461592493980999>

Larissa Giacometti Paris

É doutora em Linguística Aplicada (2021) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mestra em Linguística Aplicada (2016) e licenciada em Letras (2013) pela mesma instituição. Atualmente, é professora (Adjunto) na Universidade Federal de Lavras (UFLA), docente do Departamento de Estudos da Linguagem (DEL), com atuação na graduação em Letras. Tem interesse em pesquisas na área da Linguística Aplicada, especialmente relacionadas às práticas de letramentos e ao

ensino de Língua Portuguesa. É vice-líder do grupo “PeTALA - Pesquisas Transdisciplinares e Acadêmicas em Linguística Aplicada” (UFU/UFLA) e integrante do grupo “Escrita: ensino, práticas, representações e concepções” (UNICAMP). Possui experiência profissional na educação básica como professora e como autora de materiais didáticos de Língua Portuguesa.

Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1653214069292082>

Márcia Amorim Fonseca

Possui graduação em Letras Português/Inglês pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2000), mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2003) e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2009). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Atuou como coordenadora do curso de Letras na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase no estudo do texto e do discurso.

Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7367648122286615>

Márcio Rogério de Oliveira Cano

Doutor e mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP, desenvolve pesquisa sobre Ensino de Língua Portuguesa, Leitura e produção de discursos em uma perspectiva transdisciplinar, tendo a área da Análise do discurso como espaço teórico. Atuou desde o ciclo II do ensino fundamental até à universidade em cursos de Letras, Pedagogia e Comunicação Social, além de cursos de formação de professores nas redes públicas e particulares. É professor do curso de Letras do Departamento de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Lavras. Em sua atuação, destacam-se trabalhos desenvolvidos na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo na formação de professores de Língua Portuguesa e das diversas áreas do ensino. Coordenou o projeto "A Reflexão e Prática no Ensino", que teve por objetivo publicar nove livros focados na prática em sala de aula no Ensino Fundamental e 13 livros para o Ensino Médio, envolvendo pesquisadores, professores e estudantes da PUC-SP, Unicamp, USP, Unifieo. Coordena o grupo de pesquisa Leitura e produção de discursos (GPLPD-CNPq). Atua no Programa de

Pós-Graduação em Letras da UFLA, onde atuou como coordenador entre 10/2018 à 02/2022.

Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4320952131815734>

Marco Antônio Villarta-Neder

Professor Adjunto e Subchefe do Departamento de Ciências Humanas. Exerce a função de Pró-Reitor Adjunto de Graduação e Superintendente de Ensino. Foi Coordenador do Curso de Letras na modalidade a distância na Universidade Federal de Lavras e na modalidade presencial na UFLA e em outras instituições públicas e particulares. Atua na Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Licenciado em Letras (Universidade de Taubaté, 1986), mestrado em Linguística Aplicada (ensino-aprendizagem de língua materna - Unicamp, 1995) e doutorado em Letras (Linguística e Língua Portuguesa - Unesp-Araraquara, 2002). Tem publicações e experiência em projetos na área de Letras, com ênfase em Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso, linguística, leitura, produção escrita e formação de professores. Membro dos Grupos de Pesquisa: GAMPLE - Grupo Acadêmico Multidisciplinar: Pesquisa, Linguística e Ensino (Unesp - São José do Rio Preto); GEPPEP (Grupo de Estudos e Pesquisas Produção Escrita e Psicanálise - USP); LEP (Laboratório de Estudos Polifônicos - Universidade Federal de Uberlândia). Participação em Projetos de Extensão e de Cooperação Internacional. É avaliador do Inep para os Cursos de Graduação na área de Letras.

Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9176879168740586>

Mauricéia Silva de Paula Vieira

É doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais. Concluiu o mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2003), na área de leitura: produção e recepção de textos. Possui especialização em Processo de Ensino e Aprendizagem em Língua Portuguesa e Especialização em Alfabetização. Graduada em Letras e bacharel em Direito. Pesquisadora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita - CEALE/UFMG, possui experiência nas áreas de Linguística (morfofossintaxe) e Alfabetização e Letramento.

Atuou como parecerista no PNLD de Letramento e Alfabetização, de Educação de Jovens e Adultos e coordenou a equipe de Língua Portuguesa em avaliações do PNLD. Coordenou a área de Linguagens, Códigos e suas tecnologias, na Universidade Federal de Lavras, no projeto de elaboração de itens para o BNI. Coordenou o curso de Letras Português, modalidade a distância (2012 a 2017; 2020-atual). Coordena o curso de Letras Português Inglês (2020 - atual). Atua na coordenação do PIBID Letras: língua portuguesa. Docente do curso de Letras, orienta projetos de Iniciação Científica, estágio supervisionado e bolsistas de iniciação à docência. Foi subchefe do Departamento de Estudos da Linguagem (2016 a 2020). Atua no Programa de Pós Graduação em Educação e no Programa de Pós Graduação em Letras. Coordena o GEPLÉ – Grupo de Estudos e Pesquisa em Leitura e Escrita. Suas pesquisas se inserem nas seguintes temáticas: interações mediadas pelo computador, leitura, escrita e morfossintaxe do Português em perspectiva funcionalista.

Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5162301829062052>

Patricia Vasconcelos Almeida

Possui graduação em Letras e mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia. Doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas, com período sanduíche na Inglaterra na Universidade de Bath. Pós doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais em Linguística Aplicada - Estudos Linguísticos - linha: Linguagem e Tecnologias. Atualmente é professora de Língua Inglesa na Universidade Federal de Lavras, no curso de Letras, com ênfase em Língua Inglesa. Professor em dois programas de mestrado na mesma instituição: Mestrado em Letras e Mestrado Profissional em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de professores, ensino-aprendizagem de línguas mediado pelas tecnologias e multiletramentos seguindo basicamente os preceitos da Teoria da Atividade. É líder do grupo de pesquisa em Tecnologias e Práticas Digitais no ensino-aprendizagem de línguas. Filiada a ALAB e membro ativo do International Research Network - Trajectories and Perspectives of Language Teachers in the 21st century, o qual envolve pesquisadores dos mais diversos países (Alemanha, França,

Inglaterra, Itália, Portugal, Austrália etc.). Também é membro do GT da ANPOLL - Formação de Educadores em Linguística Aplicada.

Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3405645093765294>

Raquel Márcia Fontes Martins

Mestre e Doutora em Estudos Linguísticos pela UFMG, apresenta pesquisa principalmente nas áreas de Fonética e Fonologia, Aquisição da Linguagem, e Mudança e Variação Linguística. É líder do Grupo de Pesquisa Sonoridade e Interfaces – Soninter (CNPq), apresentando pesquisas de iniciação científica financiadas por órgãos de fomento (CNPq, FAPEMIG, PRP e PRG/ UFLA). Participa de outros dois grupos de pesquisa (CNPq) que integram pesquisadores de diversas instituições. O primeiro grupo é o “Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale)” que apresenta pesquisa, ação e documentação na área da alfabetização e do ensino de Português. Esse grupo conta com pesquisadores da UFMG, UNICAMP, UFPE, UFOP, PUC-MG entre outros. O segundo grupo é o “Fonologia e Cognição” que visa a investigar relações entre padrões sonoros emergentes e padrões sonoros estáveis nas línguas naturais. Este grupo apresenta pesquisadores da UFMG, UFRJ, UFOP, UERN, PUC-MG entre outros. Com estudiosos deste grupo e alunos de iniciação científica, desenvolve a pesquisa “Mudança e Variação Sonora em Minas Gerais, segundo Teorias Baseadas no Uso”, da qual é coordenadora. Também desenvolve projeto de extensão com bolsista (PROEC-UFLA), na área de formação de professores alfabetizadores e língua portuguesa e de produção de material didático. Além de ter sido professora da Educação Básica, é autora de coleção de livros didáticos de alfabetização e língua portuguesa, aprovada pelo PNLD. Em síntese, suas áreas de interesse e atuação são: Linguística (Fonética e Fonologia, Mudança e Variação Linguística, Aquisição da Linguagem), Linguística Aplicada (Ensino de Língua Portuguesa) e Educação (Avaliação Educacional e Formação Continuada de Professores).

Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3971924930410275>

Rodrigo Garcia Barbosa

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006), mestrado em Letras: Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (2009) e doutorado em Letras: Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (2013). É professor adjunto do Departamento de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Lavras, onde atua na graduação e pós-graduação. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (DEL/FAELCH/UFLA). É líder do Grupo de Pesquisa "Tempo e Literatura: Limiar, Dissonância e Inquietação – LiDii (UFLA/CNPq)" e coordena o Núcleo de Estudos Comparados em Literatura (NECLI/UFLA) e o Núcleo de Estudos sobre Poesia (POIÊN/UFLA). É membro do GT Teoria do Texto Poético da ANPOLL e Editor Associado da revista Texto Poético, vinculada ao mesmo GT. Tem experiência na área de Literatura, com ênfase em Poesia, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura Brasileira do Século XX e XXI; Poesia Brasileira Moderna e Contemporânea; Poesia: Corpo, Imagem e Memória. Foi coordenador do curso de Letras Português-Inglês e suas Literaturas da UFLA entre de 2016 e 2020. Atualmente, é Chefe do Departamento de Estudos da Linguagem (DEL/FAELCH/UFLA).

Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8596235760968637>

Sibely Oliveira Silva

Possui Doutorado (Bolsista CNPq-2020) e Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa (2015- bolsista FAPEMIG) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e também Especialização em Língua Portuguesa pela mesma instituição (PUC Minas - 2012) . Graduação em Letras/Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia e Letras da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha/Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG (2007). Realizou Doutorado-Sanduiche na Université Grenoble Alpes/França em 2018, desenvolvendo pesquisa sobre a relação entre discurso de outrem e a construção da posição autoral, na escrita acadêmica, numa perspectiva discursivo-dialógica, com o apoio de Projeto CAPES/COFECUB. É integrante do Núcleo de Estudos em Letramentos, Linguagem e Formação (NELLF/ PUC Minas), no qual realiza pesquisas com ênfase no domínio da Linguística Aplicada, atuando sobretudo nos seguintes temas: letramentos acadêmicos, escrita acadêmico-científica e ensino-

aprendizagem da escrita na Educação Básica, em diálogo com abordagens interacionistas. É membro do Laboratório de Linguagens: ensino e pesquisa em ensino e aprendizagem (LALIN) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Atualmente, é Professora Adjunto A do Departamento de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Lavras (UFLA), atuando na graduação. Conta também com experiência na Educação Básica, nas Redes Pública Estadual e Municipal de Ensino, onde atuou como professora regente de aulas de Língua Portuguesa/Redação e Analista Educacional do Órgão Central da SEE/MG, no Programa de Intervenção Pedagógica-PIP Anos Finais (2011-2013).

Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4369987789354617>

Tania Regina de Souza Romero

Graduada em Letras Tradutores e Intérpretes pelo Centro Universitário Ibero Americano (Português, Inglês e Alemão, 1978). Tem mestrado e doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1989 e 1998) e pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 2007). Atualmente é membro do Conselho Editorial de 9 Revistas Científicas da área, incluindo Intercâmbio (PUC-SP, 1413-4055), Revista D.E.L.T.A. (PUC-SP, 0102-445) e Revista The ESspecialist (PUC-SP, 0102-7077). É Professora Associada no Departamento de Ciências Humanas e professora permanente e Coordenadora Adjunta do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal de Lavras. Foi vice-coordenadora e coordenadora do Grupo de Trabalho Formação de Educadores na Linguística Aplicada, vinculado à ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística). Pesquisa na área de Linguística Aplicada, com ênfase em Desenvolvimento de Educadores, Educação, Ensino-Aprendizagem de Línguas Adicionais, Avaliação de Aprendizagem, Identidade Docente e Linguística Sistêmico-Funcional.

Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1506847753301598>

Thiago da Cunha Nascimento

Thiago é doutor em Linguística Teórica e Descritiva, com foco em ações metacomunicativas na fala-em-interação à luz da Linguística Cognitiva e Linguística Interacional pela Universidade Federal de Minas Gerais (2020 - Bolsista CAPES). Mestre em Linguística Teórica e Descritiva, com ênfase em estudos da metáfora no pensamento e no discurso sob o foco da Linguística Cognitiva pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016 - Bolsista FAPEMIG). É especialista em Tradução-Interpretação Inglês Português pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia - FIBRA (2014). Possui graduação em Letras - Habilitação em Língua Inglesa pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2012). Atua principalmente nas seguintes áreas: Linguística Cognitiva, Linguística Interacional e Linguística Teórica (Semântica/ Pragmática). É subcoordenador do Research Centre Intercultural Communication in Multimodal Interactions (UFMG). É membro do Grupo de Pesquisa inter-institucional do CNPq Linguística (Inter-)Cultural e do grupo de pesquisa Pragmática (inter)linguística, cross-cultural e intercultural, da Universidade de São Paulo.

Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2096512967080243>

Tufi Neder Neto

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992), graduação em Administração de Empresas com Ênfase em Comércio Exterior, pela Faculdade de Ciências Gerenciais - Una (1991), mestrado (2001) e doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006). Foi coordenador do curso de Licenciatura em Letras, Habilitação em Língua Inglesa, Modalidade a Distância, na Universidade Federal de Lavras. Foi também avaliador de livros didáticos na área de Língua Inglesa do PNL D. É revisor das provas de Língua Inglesa do PAS-UFLA. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Ensino de Língua Estrangeira, atuando principalmente nos seguintes temas: pronúncia, linguística de corpus, autonomia e aprendizagem autorregulada.

Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4267967851236150>

4.1 Política institucional de formação docente

Com vistas a cumprir as diretrizes estabelecidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a UFLA tem buscado investir na qualificação dos professores por meio de incentivos para obtenção de titulação (Lei 12.772/2012 de 1º janeiro. 2013), participação em eventos, publicações, criação de grupos e núcleos de pesquisa, etc. Além de estimular a formação docente no âmbito dos próprios departamentos e cursos, a UFLA conta com instâncias formativas institucionalizadas:

a) Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino (DADE), que articula propostas para a efetivação das políticas institucionais de formação docente, a partir de demandas advindas da comunidade acadêmica e dos processos de avaliação. Entre as ações desenvolvidas, merecem destaque os cursos de formação continuada, mais notadamente as atividades promovidas pelo evento semestral, intitulado Semana de Planejamento e Formação Docente, que contemplam temas ligados ao currículo, às metodologias de ensino, ao uso de tecnologias, aos projetos pedagógicos, às exigências do mercado de trabalho, à diversidade, à formação humana, etc;

b) Setor de Capacitação e Avaliação pertencente à Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PRGDP), que promove continuamente ações estratégicas de capacitação e aprendizagem capazes de estimular o aprimoramento e a maior qualificação docente, nas dimensões da gestão administrativa, pedagógica e humana;

c) Coordenadoria de Educação a Distância (CEAD), que dinamiza a formação de tutores e professores para a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação nos processos educativos, com o uso do campus virtual (Ambiente Virtual de Aprendizagem);

d) Pró-Reitoria de Extensão, que dinamiza a realização de eventos de formação, incentiva a criação/consolidação dos grupos de estudos e de pesquisa e mobiliza ações de articulação com a sociedade. Desse modo, a política de formação docente busca contemplar as habilidades e competências definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação, propiciando possibilidades de crescimento na capacidade crítica, na visão humanística da sociedade e na responsabilidade social. Assim, a UFLA prima pela realização de momentos de formação que abarquem a gestão acadêmica (coordenações, comissões), a melhoria dos processos administrativos e de rotina universitária, o aperfeiçoamento das ações de inclusão, o respeito à diversidade, a diversificação de metodologias, a implementação de processos de avaliação, ao aprimoramento dos currículos de formação e dos projetos pedagógicos dos cursos; a transversalidade e a interdisciplinaridade, etc.

Nessa perspectiva, a política institucional de formação docente tem buscado conciliar as peculiaridades inerentes às diversas áreas do saber, bem como a necessidade de se repensar continuamente a formação pedagógica para o exercício da docência. Desse modo, as ações de formação têm por objetivo precípua a construção de uma identidade docente, que se circunscreve em três processos: desenvolvimento pessoal (humano), desenvolvimento profissional (professor de ensino superior) e organizacional (institucional), em uma perspectiva da inovação pedagógica e da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No âmbito do Curso de Letras Língua Portuguesa, as ações de formação docente se efetivam por meio das atividades de pesquisa e extensão e, conseqüentemente, pela participação em encontros, seminários, jornadas, congressos e outros eventos afins, no âmbito regional, nacional e internacional, o que permite o aprimoramento e a atualização dos conhecimentos que são aplicados no desenvolvimento das atividades docentes no curso de graduação.

4.2 Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante é um órgão consultivo do Colegiado de Curso e da Pró-Reitoria de Graduação para a elaboração, atualização, acompanhamento e gestão do Projeto Pedagógico do Curso, pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Projeto Pedagógico Institucional. O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso. Seus membros devem se reunir ordinariamente uma vez por semestre e será composto por, no mínimo, 30% dos docentes que participam do Curso de Graduação, devendo ser observado o mínimo de 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, preferencialmente doutorado, 60% de graduados na área do curso e 20% de docentes contratados em regime de dedicação exclusiva. São membros natos do NDE o coordenador do curso, como seu presidente, os docentes membros do colegiado do curso e os ex coordenadores do curso, em atividade na UFLA.

O NDE do Curso de Letras Língua Portuguesa, modalidade a distância, apresenta a seguinte composição, conforme Portaria FAELCH N° 99, de 15 de agosto de 2023:

- Larissa Giacometti Paris – coordenadora do curso / presidente (DEL)
- Márcia Fonseca de Amorim – representante docente (DEL)
- Marco Antonio Villarta Neder – representante docente (DEL)
- Mauriceia Silva de Paula Vieira – representante docente (DEL)
- Patricia Vasconcelos de Almeida – representante docente (DEL)
- Sibely Oliveira Silva – representante docente (DEL)
- Josué Humberto Barbosa – representante docente (DED)

Todos os professores que compõem o Núcleo Docente Estruturante possuem título de doutorado e são nomeados em regime de dedicação exclusiva.

4.3 Administração acadêmica

O Curso de Letras Língua Portuguesa conta com uma estrutura de apoio administrativo para a organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio da Coordenadoria de Secretaria Integrada da FAELCH. Além disso, há o apoio das Pró-Reitorias de Graduação, de Pesquisa e de Extensão.

Além do Colegiado do Curso, cuja composição é descrita à frente, também compõem a administração acadêmica a coordenação dos estágios supervisionados obrigatório e a coordenação de TCC.

4.4 Atuação da coordenação

A coordenação do Curso atua, junto com o Colegiado, no atendimento às necessidades dos docentes, dos técnico-administrativos e dos discentes para a execução das atividades previstas no Projeto Pedagógico do Curso, garantindo que as condições de trabalho sejam asseguradas e que as ações previstas sejam constantemente avaliadas. Desse modo, são disponibilizados horários específicos para atendimento aos professores e aos alunos. Para tal, a Coordenação conta com gabinete de atendimento privativa nas dependências do Departamento de Estudos da Linguagem, onde dúvidas, sugestões e discussões sobre o funcionamento das atividades do curso podem ser analisadas, além do ambiente de secretaria sediado nas dependências FAELCH. A coordenação também atua orientando os estudantes quanto à matrícula nas disciplinas, à participação em eventos da área, às atividades de estágio

(atividade desenvolvida conjuntamente com os professores responsáveis), bem como na resolução de dúvidas em relação às atividades de ensino, pesquisa e extensão apresentadas pelos discentes. Além disso, é realizado, também, um trabalho de orientação dos alunos, com vistas a contribuir para a adaptação deles ao Curso e à Universidade e para ampliar as possibilidades de permanência na graduação escolhida. À coordenação do curso a distância também cabe a participação no Colegiado UAB da UFLA, bem como atividades referentes a questões orçamentárias do curso. Para isso, são disponibilizadas 20 horas semanais, distribuídas em quatro horas diárias durante a semana. Além disso, o coordenador também se dedica às atividades de aproveitamento de componentes curriculares cursados, à solicitação de convênios (junto a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura) para a realização de estágios, à participação em reuniões propostas por órgãos superiores (Colegiado da Pró-Reitoria de Graduação e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) e comissões específicas para discussão de assuntos de interesse dos cursos de graduação. Além das 20 horas semanais disponibilizadas para atendimento, os estudantes e os professores do curso podem contatar o coordenador em outros momentos, seja pessoalmente em seu gabinete, seja virtualmente, pelo campus virtual, por telefone ou e-mail.

4.5 Formação, titulação e experiência do coordenador do curso

O curso de Letras Língua Portuguesa, na modalidade a distância, é coordenado pela professora Larissa Giacometti Paris, que é licenciada em Letras/Português (Unicamp), além ser mestra e doutora em Linguística Aplicada (Unicamp). Desde janeiro de 2022, atua como docente do Departamento de Estudos da Linguagem (DEL) da Universidade Federal de Lavras, além de possuir experiência como professora da educação básica e autora de materiais didáticos de Língua Portuguesa. Orienta iniciações científicas, TCC, estágios supervisionados. Tem pesquisado na área do ensino de Língua Portuguesa, além dos estudos socioculturais dos letramentos e, mais especificamente, dos letramentos acadêmicos.

4.6 Funcionamento do Colegiado de curso ou equivalente

O Colegiado de Curso é responsável pela supervisão das atividades didáticas e pedagógicas do curso, no cumprimento de suas obrigações. O Colegiado de Curso é composto de sete membros em cursos presenciais e por oito membros no caso dos cursos ofertado na

modalidade a distância. A composição é que segue: I. um Coordenador eleito pela comunidade acadêmica diretamente relacionada com o curso, nos termos estabelecidos pela Congregação da Unidade, obedecidas as diretrizes gerais da Pró- Reitoria respectiva; II. quatro representantes dos docentes envolvidos no curso, escolhidos pelo Coordenador e homologados pelo Diretor da Unidade Acadêmica; III. um representante discente, de graduação ou de programa de pós-graduação, regularmente matriculado no curso, eleito pelos seus pares, com mandato de um ano, permitida uma recondução; IV. um representante dos técnico-administrativos, eleito pelos seus pares diretamente relacionados com o curso, nos termos estabelecidos pela Congregação da Unidade, obedecidas as diretrizes gerais da Pró-Reitoria respectiva.

É importante destacar que nos casos dos cursos à distância o colegiado ainda contará com um tutor do curso, eleito por seus pares diretamente relacionados com o curso, com mandato de um ano, permitida uma recondução e um dos representantes docentes deverá ser indicado pelo setor responsável pela Educação a Distância. São atribuições do colegiado de curso, dentre outras: I. elaborar o Projeto Pedagógico do Curso em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com o Plano de Desenvolvimento Institucional e com o Projeto Pedagógico Institucional e submetê-lo à aprovação da Congregação da Unidade, para posterior homologação da Pró- Reitoria de Graduação, no caso de cursos de Graduação, e Pró- Reitoria de Pós-Graduação, no caso de cursos de Pós-Graduação; II. manter atualizado e gerir o Projeto Pedagógico do Curso, coordenando e supervisionando o funcionamento do curso, nos casos dos Colegiados de Cursos de Graduação; III. executar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e pelas Pró- Reitorias de Graduação e de Pós-Graduação; IV. exercer a coordenação interdisciplinar, visando a conciliar os interesses de ordem didática, científica e estratégica dos Departamentos com os do curso; V. promover continuamente ações de correção das deficiências e fragilidades do curso, especialmente em razão dos processos de auto avaliação e de avaliação externa; VI. emitir parecer sobre assuntos de interesse do curso; VII. eleger, entre os membros docentes, um Coordenador Adjunto; VIII. julgar, em grau de recurso, as decisões do Coordenador de Curso; IX. estabelecer mecanismos de orientação acadêmica aos estudantes do curso; X. elaborar, em colaboração com a pró- reitoria respectiva, o horário das atividades letivas.

O Colegiado do Curso de Letras Língua Portuguesa apresenta a seguinte composição, instituída pela Portaria FAELCH nº 081 de 19 de julho de 2023:

- Larissa Giacometti Paris – Presidente (DEL)
- Márcia Fonseca de Amorim – Representante docente (DEL)
- Marco Antonio Villarta Neder – Representante docente (DEL)
- Sibely Oliveira Silva – Representante docente (DEL)
- Josué Humberto Barbosa – Representante docente (DED)
- Natalino da Silva de Oliveira – Representante dos Tutores
- Alexandre José de Carvalho Silva – Representante técnico-administrativo (CEAD)
- A ser preenchido por meio de votação dos discentes - Representante discente

5. DIMENSÃO: INFRAESTRUTURA

5.1 Gabinete de trabalho para professores em tempo integral – TI

Todos os professores envolvidos com o curso de Letras Língua Portuguesa têm a sua disposição gabinetes individuais com instalações elétrica, telefônica e de internet. Os professores lotados no DEL e no DED têm, em seu espaço, materiais que compõem o “kit professor” (mesa, poltrona, cadeiras, computador, impressora e arquivo de aço) e que garantem conforto e condições apropriadas para o planejamento, a organização e o acompanhamento das atividades acadêmicas sob sua responsabilidade. Os gabinetes estão localizados no prédio do Departamento de Estudos da Linguagem, que conta também com lavabo, 2 sanitários para docentes, 2 sanitários públicos (com estrutura de acessibilidade), secretaria, copa e sala da chefia. O acesso ao prédio conta com a construção de rampas para garantia de acessibilidade.

5.2 Espaço de trabalho para a coordenação do curso e para os serviços acadêmicos

As atividades de coordenação do curso são realizadas no gabinete individual, no Departamento de Estudos da Linguagem, contando também com a estrutura física do referido departamento (auditório, salas de reunião, secretaria do departamento), bem como com a estrutura física FAELCH, onde está situada a secretaria do curso, e que também dispõe de sala

para reuniões. Além disso, a coordenação do curso conta com o apoio da DPGA – Diretoria de Planejamento e Gestão Acadêmica vinculada à mesma Pró-Reitoria.

5.3 Sala de professores e sala de Reuniões

O Departamento de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Lavras conta com estrutura física apropriada para a interlocução dos docentes, discentes e técnico-administrativos envolvidos com os cursos de graduação, facilitando o contato destes para o planejamento, a discussão, a organização e a implementação das ações previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Possui anfiteatro e sala de reuniões, onde são disponibilizados mesa, cadeiras, armários e arquivos. Os espaços possuem ventilação e iluminação adequadas para a realização das atividades e são utilizados para reuniões dos colegiados dos cursos de Letras, assembleia departamental e reuniões de planejamento interno e externo à Universidade. Não há uma sala específica para professores, uma vez que cada docente possui gabinete individual.

5.4 Salas de aula

A Universidade Federal de Lavras conta com salas de aula que comportam disciplinas com diferentes características. Com relação às aulas teóricas, a instituição disponibiliza pavilhões de salas, salões e anfiteatros que são utilizados de acordo com o número de estudantes de cada turma e as necessidades próprias de cada disciplina. Alguns espaços contam, inclusive, com elevador e rampas para facilitar o acesso de cadeirantes e outros indivíduos com necessidades especiais. Atualmente, são nove pavilhões de aula. As salas de aula contam com lousa, retroprojektor e data-show. Algumas salas (do Pavilhão 5) contam com lousas virtuais, possibilitando aos estudantes oportunidade de participação em aulas que utilizam os mais recentes e modernos recursos tecnológicos e visuais.

As salas de aula disponíveis no Campus são utilizadas pelos discentes do curso quando há previsão de encontro ou atividade presencial no campus.

Além disso, em cada polo de apoio presencial há salas de aulas e equipamentos disponíveis, sendo que o credenciamento de cada polo para funcionamento depende da comprovação de infraestrutura. Tal comprovação é feita junto à DED/CAPES.

5.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

A Universidade Federal de Lavras, por intermédio de ações de sua Diretoria Executiva, nomeadamente pela Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI) – órgão vinculado a Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão (PROPLAG) - disponibiliza e mantém em funcionamento um sistema de acesso à internet por meio de rede Wi-fi gratuita por toda extensão do campus universitário. A DGTI tem por objetivo desenvolver as atividades de gestão da tecnologia da informação no âmbito da UFLA. Gerir a Tecnologia da Informação significa atuar em questões relativas às soluções e serviços de TI, de forma a contribuir com o planejamento, organização, mapeamento dos processos, controle e avaliação de atividades, a fim de alinhar as ações, metas e objetivos de TI da DGTI às estratégias traçadas no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFLA. É responsável ainda pela elaboração e execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI/UFLA).

É importante destacar ainda que a UFLA conta com laboratórios de informática abertos aos discentes nos três turnos de funcionamento da universidade, além de diversos outros espaços instalados nos diversos departamentos didático-científicos da universidade, tais como: laboratórios de tecnologias educacionais, laboratórios de computação científica, laboratório de educação continuada, laboratório de programação aplicada, entre outros. Também vale destacar a política de empréstimo de computadores portáteis aos discentes dos cursos de graduação e pós-graduação que é administrada pela Biblioteca Universitária, que atende considerável número de discentes que não possuem computadores próprios.

Por fim, considerando o contexto deste curso de Letras – Língua Portuguesa, isto é, a modalidade à distância, vale ainda ressaltar que todos os polos de apoio presencial contam com laboratórios de informática com acesso gratuito à internet.

5.6 Bibliografia básica, bibliografia complementar e periódicos especializados

A Biblioteca Universitária da UFLA possui uma Política de Formação e Desenvolvimento do Acervo, que é o conjunto de princípios que norteiam os parâmetros e as responsabilidades para a formação e o desenvolvimento do acervo bibliográfico, busca a compreensão mais exata sobre as áreas, profundidade e utilização da coleção, obtendo subsídios e justificativa para a aplicação anual de recursos financeiros. No período de 7 de abril a 30 de maio de cada ano, os professores responsáveis pelas disciplinas indicam, por meio do Pergamum (sistema de gerenciamento de informação da biblioteca), os títulos das

bibliografias a serem adquiridos. As aquisições têm como premissas básicas atender as necessidades das disciplinas e as exigências do Instrumento de Avaliação do INEP/MEC, no que tange à qualidade dos cursos de graduação.

O Portal de Periódicos da Capes pode ser acessado de qualquer computador da UFLA ou remoto, através de configuração do Proxy dos computadores particulares e *login* (utilizando o e-mail institucional) disponibilizados para todos os alunos, incluindo os matriculados em cursos à distância. O Portal conta com mais de 37 mil periódicos disponíveis em texto completo, 126 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias, obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. A Biblioteca oferece também o recurso eletrônico “ABNT Coleção”, através desse serviço é possível gerenciar e consultar as normas técnicas atualizadas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A BU disponibiliza à comunidade acadêmica as seguintes fontes de pesquisa:

Fontes de Informações para pesquisadores

- Portal de Periódicos Capes
- Biblioteca do Senado
- BDTD/Ibict
- Bireme
- BVS-VET
- CCN – Catálogo Coletivo Nacional
- Portal Domínio Público
- Scielo
- Infoteca - Embrapa
- Repositório Alice - Embrapa
- Revista Fórum de Direito Tributário - RFDT

Fontes de informações para bibliotecários

- Biblioteca Nacional
- Dedalus/USP
- Library of Congress
- Pergamum

5.7 Laboratórios didáticos

A qualidade das atividades práticas do curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa é garantida pela estrutura física adequada às necessidades e características do curso, utilizada, sobretudo, nos encontros presenciais na Instituição. A Instituição tem investido massivamente para o melhoramento das atividades previstas no Projeto Pedagógico do Curso, ampliando e renovando espaços, comprando materiais, construindo novos prédios e aumentando as possibilidades para a realização de atividades específicas. O curso utiliza os seguintes laboratórios específicos para a realização de suas aulas práticas:

5.7.1 Laboratório de Ensino de Língua Portuguesa

O Laboratório de Ensino de Língua Portuguesa destina-se à melhoria e à otimização da atuação dos professores das áreas ligadas ao ensino de Português como Língua Materna ou como Língua Estrangeira e sua reflexão teórico-crítica. Existe o envolvimento em Projetos de Ensino, Extensão e Pesquisa. Pelo fato de o Curso de Letras Língua Portuguesa se configurar como uma licenciatura, o caráter reflexivo sobre o ensino-aprendizagem da língua e da literatura, sobre as condições socioculturais e históricas de sua circulação constituem uma necessidade imperativa. Nesse momento histórico, as sociedades humanas passam por processos tecnológicos que reinscrevem as funções da leitura, da escrita e da produção/circulação do conhecimento. Nesse sentido, as experiências vivenciadas em Laboratório poderão trazer um impacto fundamental para a formação reflexiva dos licenciandos ou para os beneficiários das ações de extensão. O caráter inovador poderá ser evidenciado pelo uso de ferramentas tecnológicas (hardware: filmadora, máquina fotográfica, gravador de áudio, tablets, projetor multimídia, notebook, netbooks), software (edição de filmes para recorte de trechos, com o intuito de utilização em situações de ensino e pesquisa), mobiliário, acervo bibliográfico de ponta (obras de referência importadas e de estudo altamente especializado); acervo bibliográfico de aprofundamento e de consulta (dicionários, obras de aplicação). Com tais equipamentos e materiais é possível produzir *corpora* e materiais didáticos e levá-los à discussão em sala de aula e em reuniões de grupos de estudo e projetos de extensão e em reuniões de grupos de pesquisa. Além disso, vários desses materiais possibilitarão o deslocamento dos licenciandos de Letras da UFLA para as escolas com condição de acesso à comunidade das escolas públicas.

Com o Laboratório, garante-se ainda o acesso e a vivência dos professores da equipe com relação ao uso de novos suportes tecnológicos. Além disso, viabiliza-se o acesso à bibliografia de ponta tanto para professores quanto para alunos, em sala de aula, bem como em projetos e grupos de estudo e/ou pesquisa. Soma-se a isso a diminuição das dificuldades operacionais com relação a mecanismos de integração entre ensino, pesquisa e extensão nas condições de produção/circulação do conhecimento e sua materialização em textos multissemióticos e multimodais, característicos do nosso momento histórico.

Nesse sentido, a organização física de um espaço que se ocupa com as questões de ensino tem favorecido a preparação de aulas, eventos, discussões e atividades em projetos de pesquisa e extensão e em grupos de estudo e de pesquisa de forma mais crítica e mais reflexiva, garantindo uma maior interação entre os participantes. Além disso, tem propiciado uma maior interação dos participantes de projetos e dos licenciandos em atividades que utilizam tecnologias, suportes e formas de produção e circulação da leitura e de textos em múltiplas linguagens e múltiplas modalidades. Dessa forma, o Laboratório se prestará à organização de registro de dados de áudio e vídeo para desenvolvimento de atividades e para a constituição de *corpora* de pesquisa, bem como de um acervo bibliográfico especializado para dar apoio à preparação e à execução de atividades de ensino, pesquisa e extensão tanto aos professores, quanto aos alunos.

O Laboratório encontra-se localizado na sala 28, do prédio da FAELCH. Esse Laboratório será vinculado ao Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – LIFE/Capes, que viabilizou a construção de um Centro de Formação de Educadores. Com isso, pretende-se promover a interação entre diferentes cursos de formação de professores, desenvolver metodologias voltadas para a inovação das práticas pedagógicas; elaborar materiais didáticos de caráter interdisciplinar; viabilizar o uso de tecnologias da informação e comunicação – TIC's, etc. O ambiente do Laboratório de Ensino de Língua Portuguesa conta, atualmente, com: 1 estante de aço, 1 armário, 1 máquina fotográfica, 1 filmadora, 1 gravador de áudio, 6 tablets, 6 ipads, 6 notebooks, 6 netbooks, 1 software profissional de edição de filmes, 1 projetor multimídia, 1 computador, 1 impressora multifuncional, 1 scanner; 1 lousa digital portátil, além de acervo bibliográfico.

5.7.2 Laboratório de Estudos da Fala

O Laboratório de Estudos da Fala – Labefala surge para atender principalmente ao Curso de Graduação em Letras Português e suas Literaturas (DEL/UFLA). Nesse curso, disciplinas como Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa necessitam fundamentalmente desse espaço para aulas, estudos e pesquisas que já existem no Departamento de Estudos da Linguagem (DEL). O Labefala é essencial para investigações em diferentes campos da Fonética e Fonologia: Fonologia de Laboratório – *Lab Phon*, Fonética Articulatória, Fonética Auditiva, Fonética Acústica e Fonética Instrumental. Pelo fato de a área de Fonética e Fonologia servir de base para várias disciplinas do Curso de Graduação em Letras - Português e suas Literaturas, ressalta-se a importância desse Laboratório para a melhoria e consolidação desse curso na UFLA. Atualmente, o Labefala é o espaço físico onde se desenvolvem atividades relacionadas a dois Grupos de Pesquisas: o Soninter, Grupo de Pesquisas de Sonoridades e Interfaces e o GPGeSMig, Grupo de Pesquisas Geolinguísticas e Sociodialetoológicas de Minas Gerais, e os respectivos projetos de pesquisas vinculados a eles. O ambiente do Laboratório de Estudos da Fala conta, atualmente, com: 1 armário, 6 cadeiras, 3 pufs, 3 mesas, 1 impressora multifuncional, 2 computadores Desktop, 1 projetor multimídia.

5.7.3 Laboratório presente nos polos de apoio presencial

Em cada polo de apoio presencial há a instalação de laboratórios de informática, com computadores com acesso à internet disponíveis aos alunos. O credenciamento de cada polo para a oferta do curso é feito junto à DED/CAPES, após comprovação das exigências para funcionamento.

5.8 Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (Logística)

O controle da produção e distribuição do material didático é realizado por comissões da Universidade Aberta do Brasil e Coordenação do Curso na UFLA. Os guias podem ser produzidos pelos professores da UFLA e/ou professores de outras instituições, que possuem o guia disponibilizado no sistema SISUAB. A produção envolve uma equipe composta por: coordenador de curso, revisor, designer instrucional, secretárias e professor elaborador. Toda e qualquer escolha de material didático tem como ponto de partida a facilidade de acesso em iguais condições para todos os alunos do curso.

5.9 Comitê de Ética em Pesquisa (COEP)

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) é uma instituição centenária localizada no sul do Estado de Minas Gerais. Consolidou-se como reconhecido centro de excelência no ensino superior, estando atenta a seu papel social e a qualidade da formação profissional e cidadã de seus alunos. Apesar de seu histórico internacionalmente reconhecido nas áreas agrárias, nos últimos anos observou-se uma expansão da Universidade nos campos da saúde e das ciências sociais aplicadas em virtude do plano de expansão das Universidades Federais (REUNI), criando benefícios diretos à sociedade.

Desde então, compreende-se frente a esses adventos de expansão envolvendo Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes a necessidade da criação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos COEP. Assim procedeu-se com a composição dos 10 membros (Port. n. 729/10), indicados pelo Pró-Reitor de Pesquisa e designados pelo Reitor, sendo 6 (seis) membros efetivos, especialistas nas áreas de saúde, ciências exatas, sociais e humanas, pertencentes ao quadro de servidores efetivos da UFLA; 1 (um) leigo representante da comunidade (membro dos usuários) e 3(três) suplentes, os quais serão convidados para substituir membros efetivos no caso de ausência, com base nas resoluções CNS n° 466/12 e CNS n° 240/97.

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos é um órgão colegiado interdisciplinar e independente de caráter público, consultivo, deliberativo e educativo. O Comitê está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Lavras, constituída nos termos de designação do Reitor em Portaria própria. Tem por missão defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O Comitê destina-se a fazer a revisão ética de toda e qualquer proposta de pesquisa que envolva seres humanos, sob a responsabilidade da instituição, segundo as normativas envolvendo a esse tipo de pesquisa.

Entende-se por pesquisa com seres humanos as realizadas em qualquer área do conhecimento e que, de modo direto ou indireto, envolvam indivíduos ou coletividades, em sua totalidade ou partes, incluindo o manejo de informações e materiais. Também são consideradas pesquisas com seres humanos as entrevistas, aplicações de questionários, utilização de banco de dados e revisões de prontuários (Res. CNS n° 466/2012).

A submissão do protocolo a um COEP depende do nível da pesquisa: se um trabalho de conclusão de curso de graduação, se de iniciação científica ou de doutorado, seja de interesse acadêmico ou operacional, desde que dentro da definição de “pesquisas envolvendo seres humanos”.

6 – REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

6.1 Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

A UFLA, por intermédio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), faz o tratamento e acompanhamentos destas questões relacionadas à acessibilidade e inclusão de discentes. Atualmente a PRAEC conta com os seguintes programas de apoio estudantil: Núcleo de Acessibilidade – NAUFLA; Programa de Apoio a Discentes com Necessidades Educacionais Especiais – PADNEE; Programa de Acessibilidade Linguística e Comunicacional – PALCo que atende a toda comunidade universitária e visitantes; Programa de atendimento psicossocial individual; Programa “Qualidade de Vida no Campus”; Programa de Saúde Comunitária; Programa de Saúde Mental.

Tratando especificamente das atribuições da Coordenadoria de Acessibilidade e Esportes, podemos destacar as seguintes : garantir a inclusão de pessoas com deficiência e /ou com necessidades educacionais especiais à vida acadêmica na UFLA , eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas, programáticas, atitudinais e na comunicação e informação , promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade ; consolidar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiv a a transversalidade da educação especial no ensino superior por meio de ações que promovam o acesso , a permanência e a participação dos discentes em todos os espaços acadêmicos da UFLA.

Ademais vale destacar que o campus da UFLA já conta em quase toda sua área (pavilhões de aulas e demais espaços de uso comum) com banheiros adaptados, rampas de acesso, elevadores; pisos táteis. Também estão disponíveis para a comunidade servidores técnicos administrativos tradutores em libras, serviços de comunicação adaptados, acessibilidade de veículos individuais e em coletivos, etc. em conformidade com o decreto 5.296/2004.

6.2 Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena

Quando falamos de uma sociedade marcada por um processo colonial que ajudou na construção de conteúdos que, até hoje, estão presentes nos nossos currículos sem que haja um debate necessário sobre relações de poder e criação de imaginários, falsamente alçados como verdades absolutas, a inclusão de discussões sobre as matrizes africanas e indígenas que constituem o nosso país são urgentes.

Nesse sentido, e entendendo que tais debates precisam perpassar diversos componentes curriculares, e não permanecerem restritos a espaços específicos, a matriz curricular do curso de Letras Língua Portuguesa atende às Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais ao longo da formação discente. Destacam-se as disciplinas de História, Sociologia e Filosofia da Educação, as Atividades Curriculares de Extensão (ACE), as disciplinas de Literatura Brasileira e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, a de Estudos Discursivos, Tópicos de Inclusão Escolar, bem como as disciplinas de Metodologia de Ensino e os Estágios Supervisionados Obrigatórios.

6.3 Diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos

Nas últimas décadas, observa-se que, cada vez mais, a noção de que o ensino superior estaria voltado quase unicamente para uma questão profissionalizante vem sendo revista e problematizada. O compromisso ético do cidadão na atuação profissional não pode estar pautado unicamente na aprendizagem de conhecimentos historicamente reconhecidos no âmbito de disciplinas também consolidadas historicamente. Nesse sentido, quando falamos da atuação de um profissional formado em licenciatura, o compromisso ético se estende também à formação de outros cidadãos, formação que deve ir além de uma noção rasa de “disciplina”. Sendo assim, este projeto pedagógico prevê, tendo em vista proposta pedagógica dos Temas Transversais a partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em dezembro de 2017, e na etapa do Ensino Médio, em dezembro de 2018, as noções ligadas à área de Direitos Humanos deve acompanhar todas as atividades do curso de Letras. Se levarmos em consideração a intrínseca relação entre a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o que prevê a Constituição brasileira de 1988, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1989, o

direito à educação passa necessariamente pela preparação para um exercício pleno da cidadania. Assim, o respeito à diversidade, ao princípio da igualdade são discutidos em diversos componentes curriculares da matriz do curso de Letras Língua Portuguesa, não só naquelas voltadas para a dimensão pedagógica. Destacam-se as disciplinas de História, Sociologia e Filosofia da Educação, os Seminários Integradores, a disciplina de Tópicos de inclusão escolar, as disciplinas de Metodologia de Ensino, as de Literatura, bem como os estágios supervisionados obrigatórios.

6.4 Proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista

No rol das políticas de assistência estudantil, as ações que visam dar acessibilidade aos ambientes físicos e virtuais, além do amparo às necessidades especiais dos integrantes da comunidade acadêmica da Universidade são geridas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários/Núcleo de acessibilidade da UFLA (PRAEC/NAUFLA). Compete ao NAUFLA assessorar a tomada de decisões sobre a execução de políticas e diretrizes para a inclusão da pessoa com deficiência e para a acessibilidade ao ensino superior estabelecidas na Universidade, apoiando, por intermédio de pareceres e orientações, a concretização das posições de planejamento estratégico para essas ações. Além do Núcleo, a atenção aos estudantes com deficiência é feita por intermédio de estratégias de ensino e aprendizagem viabilizadas com a institucionalização da Resolução CEPE nº 448 de dezembro de 2015 e atualmente institucionalizada por meio da Resolução CEPE nº 118 de junho de 2017, que dispõe sobre o Programa de Apoio a Discentes com Necessidades Educacionais Especiais (PADNEE). O Programa de Apoio a Discentes com Necessidades Educacionais Especiais (PADNEE) é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários/Núcleo de acessibilidade da UFLA (PRAEC/NAUFLA) em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), que segundo o art. 2 da Resolução CEPE nº 118 de junho de 2017, são atribuições do programa:

I- Oferecer aos discentes dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação, regularmente matriculados na Universidade Federal de Lavras e que possuam necessidades educacionais especiais (NEE), condições de permanência, participação e de aprendizagem nessa instituição de ensino;

II- Propor ações e recursos que contribuam para o processo de inclusão desses discentes com NEE;

III- Orientar coordenadores e professores em relação a estratégias pedagógicas inclusivas;

IV- Acompanhar o desempenho acadêmico dos discentes com NEE;

V- Encaminhar discentes com NEE aos recursos disponíveis na rede pública, sempre que necessário.

6.5 Disciplina de Libras

Atendendo ao disposto no Decreto N° 5.626/2005, a disciplina de Libras é contemplada na estrutura curricular do curso de Letras Língua Portuguesa, sendo oferecida como componente curricular obrigatório no 8º período do curso.

6.6 Políticas de Educação Ambiental

A Educação Ambiental no curso de Letras Língua Portuguesa

Na contemporaneidade, é necessário propiciar ao graduando uma formação mais ampla e cidadã, capacitando-o a atuar de maneira crítica, reflexiva e consciente das questões sociais mais amplas. A questão ambiental e a sustentabilidade são temas necessários para que o professor possa formar as futuras gerações.

Como a língua/linguagem possui um caráter transdisciplinar e perpassa as demais disciplinas do currículo, a temática ambiental pode ser explorada de diversas maneiras. No curso, a temática é contemplada por meio das seguintes atividades e disciplinas:

a) **Gêneros textuais e discursivos:** a disciplina discute a questão das formações ideológicas e das formações discursivas e possibilita uma análise dos gêneros textuais diversos gêneros textuais (charges, hqs, cartuns, cartazes, folhetos, etc.), aos diferentes suportes (texto impresso, digital, televisivo, etc.) e articulando-se as diferentes linguagens e semioses (filmes, fotografias, textos impressos, vídeos, etc.). Explora gêneros diversos e temáticas relevantes e, dentre elas, a temática ambiental.

b) **Atividades Curriculares de Extensão:** As ACE objetivam articular ensino, pesquisa e extensão e abordam diversos temas e dentre eles os temas transversais. O tema Educação

Ambiental é explorado por meio do projeto Discurso Ambiental e Cidadania, que trata de questões relativas à formação do professor para trabalhar os temas ambientais e busca atender à Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. O Referido projeto articula o ensino e a extensão, ao propor ao licenciando a elaboração e a aplicação de um projeto em escolas de educação básica. Ao final, os graduandos fazem a socialização das atividades por meio de pôsteres.

6.7 Atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais relativas aos conteúdos transversais

As Atividades Curriculares de Extensão visam, ainda, articular os conteúdos transversais indispensáveis à formação de professores da educação básica (direitos humanos, ecologia e meio-ambiente, culturas indígena e afro-brasileira, inclusão escolar, prevenção e combate ao bullying etc.) com os demais componentes curriculares obrigatórios e eletivos da matriz curricular, permitindo a integração entre os conhecimentos específicos da área de Letras, os conhecimentos relativos às dimensões pedagógicas, a prática docente e a inserção desses saberes e conhecimentos na comunidade, a partir de questões relacionadas ao seu cotidiano. Nesse sentido, o desenvolvimento e a socialização desses projetos e de seus resultados (apresentação de pôster, seminários, palestras, intervenções etc.) reforçam seu caráter de atividade de extensão, que busca inserir como componente curricular obrigatório a interação entre a Universidade e a sociedade.

Assim, as ACE buscam atender à legislação vigente que versa sobre a preparação de professores para o desenvolvimento das seguintes questões:

- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999; Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002; Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012: que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012; Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012: que estabelecem Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução CNE/CP Nº 1/2004; Parecer CNE/CP 003/2004: que apresentam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Lei Nº 9.394/96; Lei Nº 10.630/03; Lei Nº 11.645/08: que incluem no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;

- Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
- Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018: que inclui a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

7 - DOCENTES POR COMPONENTES CURRICULARES

Para vinculação dos docentes com os componentes curriculares, são consideradas a área de especialização, a experiência profissional de cada professor e a participação aos Editais internos para recebimento de bolsa ou compromisso de atuação voluntária/sem recebimento de bolsa CAPES/UAB.

DOCENTES POR COMPONENTES CURRICULARES

Código/Nome do Componente Curricular	Período	Professor
DGDE106 História da Educação	1º	Josué Humberto Barbosa
DGEL113 Leitura e Produção de Texto I	1º	Marco Antonio Villarta-Neder
DGEL119 Teoria Literária I	1º	Rodrigo Garcia Barbosa
DGEL142 Introdução a EAD	1º	Patricia Vasconcelos Almeida
DGEL147 Estudos sobre a Linguagem	1º	Mauriceia Silva de Paula Vieira
DGEL179 Concepções de Linguagem	1º	Marco Antonio Villarta-Neder
DGCH157 Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	2º	Elisangela Brum Cardoso Xavier
DGDE101 Sociologia da Educação	2º	Letícia Silva Ferreira
DGEL114 Leitura e Produção de Texto II	2º	Marco Antonio Villarta-Neder
DGEL120 Teoria Literária II	2º	Rodrigo Garcia Barbosa
DGEL148 Estudos sobre a Linguagem II	2º	Mauriceia Silva de Paula Vieira
DGEL162 Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	2º	Jamila Viegas Rodrigues
DNEL0462 Atividades Curriculares de Extensão I	2º	Helena Maria Ferreira
DGDE175 Filosofia da Educação	3º	Não houve candidatos inscritos
DGEL199 Práticas Pedagógicas com Tecnologias Digitais I	3º	Patricia Vasconcelos Almeida

DGEL133 Literatura Portuguesa I	3º	Denis Leandro Francisco
DGEL145 Estudos Diacrônicos do Português	3º	Mauriceia Silva de Paula Vieira
DGEL163 Linguística do Texto	3º	Helena Maria Ferreira
DGEL165 Morfossintaxe do Português I	3º	Mauriceia Silva de Paula Vieira
DGEL180 Sociolinguística	3º	Jamila Viegas Rodrigues
DGDE107 Didática	4º	Elisangela Brum Cardoso Xavier
DGEL134 Literatura Portuguesa II	4º	Denis Leandro Francisco
DGEL166 Morfossintaxe do Português II	4º	Mauriceia Silva de Paula Vieira
DGEL181 Estudos Discursivos	4º	Marco Antonio Villarta-Neder
DGEL182 Práticas Pedagógicas com Tecnologias Digitais II	4º	Patricia Vasconcelos Almeida
DNEL0463 Atividades Curriculares de Extensão II	4º	Helena Maria Ferreira
DGEL115 Literatura Brasileira I	5º	Rodrigo Garcia Barbosa
DGEL137 Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	5º	Larissa da Silva Lisboa Souza
DGEL150 Metodologia e Prática de Ensino de Língua Portuguesa	5º	Marco Antonio Villarta-Neder
DGEL167 Morfossintaxe do Português III	5º	Mauriceia Silva de Paula Vieira
DEEL0485 Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e suas Literaturas I	5º	Márcia Fonseca de Amorim
DGEL116 Literatura Brasileira II	6º	Rodrigo Garcia Barbosa
DGEL149 Metodologia de Pesquisa em Letras	6º	Marco Antonio Villarta-Neder
DGEL151 Metodologia e Prática de Ensino de Língua Portuguesa II	6º	Larissa Giacometti Paris
DGEL168 Semântica e Pragmática	6º	Marco Antonio Villarta-Neder
DGEL 184 Escola e Currículo: Avaliação, Currículo e Planejamento educacional	6º	Adriana Pryscilla Duarte de Melo
DEEL0486 Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e suas Literaturas II	6º	Márcia Fonseca de Amorim
DNEL0464 Atividades Curriculares de Extensão III	7º	Helena Maria Ferreira
DGEL117 Literatura Brasileira III	7º	Rodrigo Garcia Barbosa
DGEL152 Metodologia e Prática de Ensino de Língua Portuguesa III	7º	Andrea Portolomeos
DEEL0487 Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e suas Literaturas III	7º	Márcia Fonseca de Amorim
DPRG114 Trabalho de Conclusão de Curso I	7º	Mauriceia Silva de Paula Vieira
DGDE105 Língua Brasileira de Sinais	8º	Adriana Pryscilla Duarte de Melo
DGEL118 Literatura Brasileira IV	8º	Rodrigo Garcia Barbosa
DGEL185 Tópicos sobre Inclusão Escolar	8º	Adriana Pryscilla Duarte de Melo
DPRG124 Trabalho de Conclusão de Curso II	8º	Mauriceia Silva de Paula Vieira
DEEL0488 Estágio Supervisionado em Língua	8º	Márcia Fonseca de Amorim

Portuguesa e suas Literaturas IV		
DNEL0465 Atividades Curriculares de Extensão IV	8°	Helena Maria Ferreira
ELETIVA 1 – Língua Portuguesa e Estudos Linguísticos		Helena Maria Ferreira
ELETIVA 2 – Estudos Literários		Rodrigo Garcia Barbosa
ELETIVA 3 – Formação ou conhecimentos Pedagógicos		Gasperim Ramalho de Souza
COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES		

Observação: a indicação dos docentes foi preenchida de acordo com processo seletivo interno. Foi publicado o Edital nº 005/2022/FAELCH/UFLA, de 20 de outubro de 2022, com a finalidade de atender a dispositivos legais orientados por Portarias CAPES, para processo seletivo interno para professores formadores bolsistas do curso de licenciatura em letras/português na modalidade a distância.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Parecer CNE/CES 492/2001, Diretrizes Curriculares de vários cursos, entre os quais, Letras.

BRASIL. Resolução CNE/CES 03/2007, de 02/07/2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº1/2012 que trata da Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016. Define as Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Brasília: Diário Oficial da União, 11/mar, 2016. Disponível em: www.mec.gov.br.

BRASIL. Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que define diretrizes para a Extensão na Educação Superior.

MOITA LOPES, L. P. (1996) Oficina de linguística aplicada. Campinas: Mercado de Letras

UFLA. Resolução CEPE nº 473, de 12 de dezembro de 2018, com alterações.

UFLA. Resolução CEPE Nº 104, de 29 de julho de 2020, da Universidade Federal de Lavras que versa sobre a graduação a distância

UFLA. Resolução Normativa CEPE 015, de 14 de março de 2022, que dispõe sobre atividades de extensão.



9. ANEXOS

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
COLEGIADO DO CURSO DE LETRAS**

RESOLUÇÃO CGLET Nº XX, DE XX DE XXXXXX DE XXXX.

**Estabelece o regulamento para a
integralização dos Componentes
Curriculares Complementares no curso
de Letras Língua Portuguesa,
modalidade EAD.**

O COLEGIADO DO CURSO DE LETRAS, no uso de suas atribuições regimentais, considerando a Resolução CNE nº 7 de 2018 e a RESOLUÇÃO NORMATIVA CEPE Nº 015, DE 14 DE MARÇO DE 2022 e tendo em vista o que foi deliberado em sua reunião de 05/09/2023, aprova a presente Resolução.

Art. 1º Entende-se por Componentes Curriculares Complementares (CCC) atividades de enriquecimento da formação integral do estudante permeadas pelo relacionamento com a ética, a realidade social, econômica, cultural e profissional, bem como com a iniciação ao ensino, à pesquisa e à extensão.

§ 1º Podem ser incluídos como componentes curriculares complementares (CCC):

- I. atividade de iniciação à docência;
- II. atividade de iniciação à pesquisa;
- III. atividade de extensão;
- IV. atividade não obrigatória de iniciação profissional, incluindo o estágio não obrigatório;
- V. produção técnica, científica ou artística;
- VI. participação em núcleo de estudos;
- VII. participação em Programa de Educação Tutorial;
- VIII. participação em evento ou seminário técnico, científico, artístico e/ou esportivo; ou
- IX. outras atividades específicas, após análise pelo Colegiado do Curso.

§ 2º Somente serão computadas, para integralização do curso, a carga horária de CCC realizada pelo estudante após o seu ingresso no Curso de Letras.

§ 3º A carga horária mínima, obrigatória, referente aos CCC é de 50 (cinquenta) horas, conforme Projeto Pedagógico do Curso, sendo desejável a participação do discente em mais de um grupo de atividades.

Art. 2º A solicitação de registro e contabilização deverá ser entregue uma única vez na Secretaria do Curso de Graduação, observados os prazos definidos no Cronograma Acadêmico. São documentos que acompanham a solicitação:

- I. requerimento específico, disponível no sítio da PROGRAD e
- II. cópia dos documentos comprobatórios.

Art. 3º. As atividades poderão ser desenvolvidas na própria Instituição, promovidas pela Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Educação e Letras – FAELCH – ou por outra Unidade Acadêmica da UFLA, pelos Departamentos e/ou Coordenações de Curso, pelos Núcleos cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) ou por outras instituições de ensino, empresas, instituições públicas ou privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno.

Art. 4º. Compete ao Colegiado de Curso:

- I. analisar as documentações referentes aos CCC apresentadas pelo aluno;
- II. emitir parecer sobre a solicitação, validando as horas desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos neste Regulamento. Em caso de recusa de reconhecimento de algum certificado, será necessário emitir justificativa.
- III. definir a carga horária que será aproveitada em cada um dos grupos em que forem apresentados comprovantes, caso o aluno apresente maior carga horária em relação ao mínimo exigido.
- IV. orientar os alunos sobre a realização dos CCC.

Art. 5º. Compete ao aluno:

- I. informar-se sobre as atividades oferecidas dentro ou fora da Instituição;

II. cumprir a carga horária mínima obrigatória de 50 (cinquenta) horas referente aos Componentes Curriculares Complementares;

III. providenciar a documentação que comprove a sua participação nas atividades;

IV. apresentar requerimento padrão preenchido e documentação comprobatória das atividades realizadas, dentro do prazo estabelecido no Cronograma Acadêmico;

Art. 6º São condições para que o Colegiado do Curso avalie e determine a equivalência:

- I. apresentação de documentos legíveis, íntegros, sem rasuras;
- II. solicitação estar dentro do prazo previsto no Cronograma Acadêmico;
- III. o estudante atingir o total de horas determinado na matriz curricular;
- IV. a compatibilidade das atividades desenvolvidas com os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;
- V. a qualidade do atendimento aos critérios pertinentes à realização das atividades;
- VI. o total de horas dedicadas à atividade.

Art. 7º Do resultado preliminar caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da divulgação do resultado. Para interpor recurso, deverão ser observados os seguintes passos:

- I. apresentação de novo requerimento e
- II. fundamentação de recurso, em formulário próprio e, caso necessário, com apresentação de novos documentos que sustentem a justificativa.

§ 1º O recurso será avaliado pelo Colegiado dos Cursos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento do recurso.

§ 2º Após a avaliação do recurso, o resultado final deverá ser publicado no sistema integrado de gestão, ou outro sistema integrado de gestão que venha substituí-lo, em 2 (dois) dias úteis.

§ 3º Da decisão final do Colegiado do Curso não cabe recurso.

Art. 8º Finalizado o processo, caso seja deferido, a Secretaria do Curso procederá o lançamento no SIG.

Art. 9º Os alunos que ingressarem nos cursos da Instituição por intermédio do disposto nos incisos II, III, IV, V e VI do art. 17 da Resolução CEPE nº 473 de 12 de dezembro de 2018 ficam, também, sujeitos ao cumprimento da carga horária de CCC.

Art. 10. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Letras.

Aprovado
05 de setembro de 2023

em



LARISSA
Coordenadora do

reunião do Colegiado do Curso, em

GIACOMETTI PARIS
Curso de Letras Língua Portuguesa

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
COLEGIADO DO CURSO DE LETRAS**

RESOLUÇÃO CGLET Nº XX, DE XX DE XXXXXX DE XXXX.

**Estabelece o regulamento para o
Estágio obrigatório no curso de Letras
Língua Portuguesa, modalidade EAD.**

O COLEGIADO DO CURSO DE LETRAS, modalidade EAD, no uso de suas atribuições regimentais, considerando a RESOLUÇÃO CNE/CP no 2, de 20 de dezembro de 2019 a RESOLUÇÃO NORMATIVA CEPE Nº 015, DE 14 DE MARÇO DE 2022, a RESOLUÇÃO CEPE Nº 104, DE 29 DE JULHO DE 2020 e tendo em vista o que foi deliberado em sua reunião de 05/09/2023, aprova a presente Resolução.

Art. 1º O Estágio Obrigatório do curso de Letras Língua Portuguesa é um processo educativo escolar supervisionado, que consiste na participação do discente em atividades educativas que articulem ensino, pesquisa e extensão, a fim de proporcionar ao discente a prática, a vivência e a reflexão no e do exercício da profissão.

Parágrafo único: O Estágio Obrigatório deve totalizar 400 horas.

Art. 2º São objetivos do estágio obrigatório no curso de Letras:

I. produzir e aprofundar os conhecimentos teórico-práticos no campo específico de trabalho;

- II. oportunizar a produção de materiais didáticos, mediados por diferentes recursos tecnológicos;
- III. estimular a pesquisa bibliográfica, seleção e análise de material pedagógico;
- IV. propiciar a atuação democrática e inovadora, respeitando as diferenças ideológicas e culturais;
- V. oportunizar a vivência da prática pedagógica com base na observação e reflexão de situações de ensino aprendizagem;
- VI. oportunizar a participação na elaboração, realização e avaliação de planejamentos e de projetos escolares;
- VII. pesquisar e analisar situações de ensino aprendizagem;
- VIII. refletir sobre a prática docente;
- IX. implementar o uso de tecnologias no processo de ensino aprendizagem;
- X. incentivar o trabalho interdisciplinar;
- XI. propiciar o envolvimento ligados à cidadania, à sustentabilidade, à inclusão social;
- XII. estabelecer diálogos e aproximações com docentes da educação básica para interlocução com os profissionais da área/estágio específico.

Art. 3º O Estágio Obrigatório será realizado a partir do início da segunda metade do curso e poderá abranger atividades de:

- I. observação de atividades no contexto escolar;
- II. orientação teórico-metodológica;
- III. pesquisas sobre as práticas do trabalho escolar;
- IV. planejamento e execução de atividades de docência na escola;
- V. elaboração de relatório.

Parágrafo único: Ao final de cada etapa de estágio, o estagiário deverá entregar os relatórios referentes às etapas cumpridas.

Art. 3º A gestão do Estágio Obrigatório envolve, no âmbito do Curso:

- I. O Coordenador de Estágio;
- II. O(s) Professor(es) Orientadores de estágio;
- III. Tutores de Estágio;
- IV. Professor Formador de estágio;
- V. Professores Supervisores de estágio;
- VII. Secretaria dos Cursos.

Art. 4º O Coordenador de Estágio deverá ser docente vinculado ao curso de Letras Língua Portuguesa.

§ 1º O Coordenador de Estágio será indicado pelo coordenador de curso, dentre os participantes no processo seletivo, por meio de edital, e referendado pelo Colegiado de Curso.

§ 2º O Coordenador de Estágio deverá possuir formação em áreas específicas ligadas ao campo de conhecimento do respectivo curso de Licenciatura.

Art. 5º São competências do Coordenador de Estágio:

I. Compatibilizar e respeitar a política, a organização e o desenvolvimento dos estágios curriculares supervisionados da licenciatura juntamente com os professores orientadores, os supervisores de estágio e tutores de estágio;

II. Elaborar o plano de estágio do Estágio Curricular Supervisionado;

III. Planejar e coordenar, com o apoio dos orientadores de estágio e tutores, a execução e a avaliação das atividades pertinentes à prática de estágio;

IV. Promover reuniões com os professores de Estágio (supervisores, orientadores e tutores) para discutir questões relativas ao planejamento, execução e avaliação das atividades, bem como, análise dos métodos, critérios e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento;

V. Organizar, a cada período de estágio, os grupos de estagiários e distribuí-los entre os professores orientadores e/ou tutores;

VI. Propor e divulgar o plano de desenvolvimento do estágio;

VII. Articular ações e projetos entre o estágio da licenciatura a que está ligado e estágio de outras licenciaturas da UFLA.

Art. 6º Os Professores Orientadores de Estágio deverão ser docentes vinculados ao curso e serão selecionados em edital público.

Art. 7º São competências dos Professores Orientadores de Estágio dos cursos de licenciatura a distância:

I. Participar das reuniões da coordenação do estágio;

II. Auxiliar o Coordenador de Estágio na elaboração e revisão dos processos que envolvem o estágio;

III. Orientar os tutores sobre os procedimentos e acompanhamento do estágio;

IV. Acompanhar os estagiários, com o apoio dos tutores, na elaboração dos planos de estágio;

V. Acompanhar os estagiários, com o apoio dos tutores, nas diferentes fases do estágio no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA;

VI. Orientar os estagiários, com o apoio do tutor e por intermédio do AVA, com relação às situações vivenciadas na sala de aula, no espaço escolar e/ou em outros contextos educativos;

VII. Reunir-se regularmente com os tutores para orientar o acompanhamento das atividades de estágio;

VIII. Informar oficialmente a coordenação do curso sobre os processos no decorrer do estágio.

Parágrafo único. A carga horária do componente curricular de Estágio Supervisionado poderá ser distribuída entre os Professores Orientadores do curso para efeito de preenchimento do Relatório de Atividades Docentes - RAD.

Art. 8º. Os Tutores de estágio deverão ser profissionais licenciados na área do curso, professores em atuação na área, especialistas, mestres e doutores da área ou discentes vinculados a programas de pós-graduação. Serão selecionados por meio de edital.

Art. 9º. São competências do Tutor de estágio dos cursos de licenciatura a distância:

- I. Auxiliar o discente nos trâmites para a realização do estágio;
- II. Manter contato em relação aos processos educacionais desenvolvidos no campo de estágio e informá-los ao Professor Supervisor e ao Professor Orientador de campos;
- VII. Realizar reuniões presenciais ou *on-line*, uma vez por mês, com os estagiários sob sua responsabilidade para a realização de estudos e orientações;
- VIII. Acompanhar e orientar a realização das atividades de estágio, bem como sua postagem pelos estudantes no AVA;
- IX. Participar da avaliação de desempenho do estagiário no que se refere ao desenvolvimento das atividades de estágio;
- X. Manter a coordenação do curso e do estágio informada sobre o desenvolvimento das atividades de estágio;
- XI. Participar da avaliação dos relatórios de estágio.

Art. 10. O Professor Formador de Estágio deverá ser docente vinculado ao curso e será selecionado por meio de edital.

Art. 11 São competências do Professor Formador de estágio planejar e elaborar as atividades a serem disponibilizadas no AVA, junto com o Coordenador de Estágio e com os Professores Orientadores de Estágio.

Parágrafo único: O estágio obrigatório é realizado sob a supervisão do professor orientador e do tutor que acompanharão as atividades de estágio, por meio de reuniões presenciais nos polos de apoio presencial, por meio do AVA ou por outros meios de comunicação virtual que se fizerem necessários.

Art. 12. Os Professores Supervisores deverão ser professores das instituições concedentes para a execução do estágio.

Art. 13. São competências dos Professores Supervisores de estágio:

- I. Prestar acompanhamento pedagógico no local de estágio;
- II. Orientar o estagiário na elaboração e execução das atividades que atendam ao plano de trabalho proposto;
- III. Analisar e discutir com o estagiário as atividades a serem cumpridas;
- IV. Construir, com o estagiário, possibilidades de intervenção que contribuam para a superação de dificuldades encontradas;
- V. Assegurar o processo de autoaprendizagem em um sistema de corresponsabilidade;
- VI. Assinar as fichas de frequência dos estagiários sob sua supervisão, ao certificar-se de que as atividades foram realizadas;
- VII. Observar e analisar a prática pedagógica dos estagiários nas atividades didáticas;
- VIII. Participar da avaliação dos estagiários.

Art. 15. São competências da Secretaria dos Cursos de Licenciaturas EaD:

- I. Manter atualizada no AVA a lista de escolas conveniadas;
- II. Disponibilizar ao estudante, no AVA, as informações necessárias para a solicitação de estágio;
- IV. Protocolar o recebimento dos documentos finais de estágio e encaminhá-los à secretaria dos colegiados de curso.

Art. 16. São competências do discente estagiário:

- I. Cumprir o previsto neste Regulamento e as normas definidas no Plano de Curso do componente curricular específico de sua série de matrícula;
- II. Efetuar matrícula no Estágio Obrigatório, segundo orientações da secretaria do curso;
- III. Entrar em contato com a instituição que pretende estagiar e formalizar sua solicitação de estágio na PROEC;
- IV. Solicitar à PROEC a confecção do Termo de Compromisso em 3 (três) vias, sendo uma cópia para a instituição concedente, uma para o estagiário e a outra para a PROEC;
- V. Solicitar, caso não haja, a celebração de convênio entre a UFLA e a instituição que pretende realizar estágio. Tal solicitação fica sujeita à avaliação e à aprovação dos órgãos competentes da UFLA;
- VI. Entrar em contato com a PROEC para qual solicitou estágio e verificar a aprovação ou não de sua solicitação;
- VII. Retirar no site da PROEC as cópias dos documentos de estágio, tanto gerais como específicos do seu curso;
- VIII. Apresentar-se em instituição, devidamente conveniada com a UFLA, para a realização do Estágio Obrigatório, após indicação ou consentimento do supervisor de estágio;
- IX. Entregar, na secretaria da escola, a carta de apresentação devidamente preenchida e assinada pelo coordenador de Estágio;
- X. Cumprir as exigências estabelecidas pelo(s) supervisor(es) de campo, tutor(es), e pelo(s) orientador(es) de estágio, e com o plano e cronograma de atividades estabelecidas pelo supervisor;
- XI. Assinar, diariamente, a ficha de frequência com vistas a viabilizar a contagem da carga horária do estágio. A ficha de frequência deverá ser encaminhada à Secretaria do Curso, juntamente com a ficha de avaliação de estágio;
- XII. Participar das reuniões de orientação de estágio;
- XIII. Realizar as atividades de estágio e entregar os relatórios e documentos necessários conforme cronograma de estágio;
- XIV. Cumprir as instruções e ou normas relacionadas ao estágio, bem como as normas internas da concedente.
- XV. Manter uma postura compromissada, crítica e responsável no campo de estágio;
- XVI. Efetuar a entrega dos seguintes documentos na secretaria do polo, antes do início de estágio, observando o prazo definido pela secretaria do curso:
 - a. Cópia da Carta de apresentação devidamente preenchida;
 - b. Cópia dos documentos de identidade - RG e CPF;
 - c. Autorização de estágio e Termo de compromisso devidamente assinado.
- XVII. Entregar na secretaria dos colegiados de curso, ao final do estágio, os seguintes documentos:

- a. Comprovação do cumprimento da carga horária obrigatória de estágio, por meio da entrega das fichas de acompanhamento das atividades;
- b. Relatório semestral final no prazo determinado;
- c. Carta de avaliação do professor supervisor do local de estágio em envelope lacrado.

Art. 17 O estágio obrigatório deverá ser cumprido em instituições de ensino conveniadas com a UFLA, preferencialmente nas escolas da rede pública de ensino.

§ 1º Somente poderão ser considerados, para fins de integralização curricular, estágios realizados decorrentes de termo de compromisso e convênios ou instrumentos congêneres vigentes, firmados com a UFLA.

§ 2º Na impossibilidade de firmar convênio, o estudante poderá realizar o estágio mediante assinatura do termo de compromisso, desde que haja a aprovação do colegiado do curso.

Art. 18 A avaliação do estágio assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica.

Art. 19 A avaliação será realizada:

- I. pelo professor orientador, que deverá manifestar-se em relação à aprovação do estagiário;
- II. pelo tutor, mediante a apreciação do cumprimento das atividades prescritas ao licenciando, enviadas para o AVA;
- III. pelo professor supervisor, mediante o envio de documentos necessários;
- IV. pelo coordenador de estágio;

Art. 20 O resultado final do componente curricular será expresso por valor numérico e pela seguinte notação:

AA - aprovado por nota ou por conceito Suficiente e por frequência;

RN - reprovado por nota;

TG - trancamento geral de matrícula;

XE - atribuído ao estudante que, por motivo de força maior, sob análise do professor, estiver impedido de completar as atividades de Estágio.

§ 1º A atribuição da notação XE é de responsabilidade do professor do componente curricular.

§ 2º A atribuição da notação XE implica na necessidade de renovação de matrícula do estudante no componente curricular, no semestre letivo subsequente à ocorrência.

Art. 21. O aluno estagiário deve cumprir integralmente a carga horária prevista e todas as atividades de Estágio.

Parágrafo único: A carga horária realizada em outro curso de licenciatura não será considerada como carga horária de estágio para os fins desta Resolução.

Art. 22. O estagiário será desligado do Estágio nas seguintes situações:

I. Ao término do estágio;

II. Se comprovada insuficiência na avaliação de desempenho;

III. A pedido do próprio;

IV. Em decorrência do descumprimento do Termo de Compromisso, por parte do estagiário ou da parte concedente do campo de estágio.

Parágrafo único: Caso o estagiário deixe de executar as atividades de estágio, sem motivo justificado, será considerado inabilitado e terá que realizar todas as atividades novamente.

Art. 23. Os casos omissos neste regulamento serão decididos pelo Colegiado de Curso e pela Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Educação e Letras.

Aprovado em reunião do Colegiado do Curso, em 05 de setembro de 2023.

LARISSA GIACOMETTI PARIS
Coordenadora do Curso de Letras Língua Portuguesa



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
COLEGIADO DO CURSO DE LETRAS**

RESOLUÇÃO CGLET Nº XX, DE XX DE XXXXXX DE 202X.

Dispõe sobre regulamento
para o Trabalho de Conclusão de
Curso.

O COLEGIADO DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS, modalidade EAD, no uso de suas atribuições regimentais e

a) Considerando o disposto no artigo 114, da Resolução CEPE Nº 473, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Lavras;

b) Considerando o que foi deliberado na reunião do Colegiado realizada no dia 05/09/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer normas para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Letras Português, modalidade EAD

CAPÍTULO I

Da caracterização

Art. 2º – O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste na produção de um trabalho acadêmico no formato de monografia, artigo científico ou ensaio, ou na confecção de outro produto artístico-cultural ou didático-pedagógico, com o uso de diferentes plataformas e tecnologias, vinculado às especificidades das áreas do curso de Letras.

§ 1º Caso o discente opte por desenvolver um TCC que envolva a confecção de outros produtos artístico-culturais ou didático-pedagógicos, será necessária a anuência do orientador e a aprovação do colegiado do curso mediante a apresentação de um projeto.

§ 2º O projeto a que se refere o parágrafo primeiro deverá ser submetido pelo orientador ao colegiado no prazo de 30 (trinta) dias antes do término do período letivo que antecede o início do TCC I.

Art. 3º – O TCC consistirá em trabalho individual ou em dupla, sob a supervisão de um orientador, sobre tema definido de comum acordo, relativo a assunto vinculado à área do Curso.

Art. 4º – O trabalho a ser desenvolvido deverá apresentar o mínimo de 15 (quinze) e o máximo de 30 (trinta) páginas, excluídos os elementos pré-textuais e os anexos, considerando-se o gênero textual a ser desenvolvido.

Parágrafo único: O trabalho deverá ser formatado de acordo com as especificações técnicas do Manual de Normalização da UFLA e seguir rigorosamente os prazos estabelecidos pelo docente responsável pela condução do componente curricular, bem como o número de páginas.

Art. 5º – O TCC encontra-se articulado aos componentes curriculares Metodologia de Pesquisa em Letras e Trabalho de Conclusão de Curso I e II, sendo parte integral destes últimos.

CAPÍTULO II

Sobre a Orientação

Art. 6º – A elaboração do TCC deverá ser orientada por um docente da área de Letras do Departamento de Estudos da Linguagem da UFLA, que ofereça possibilidades de desenvolvimento de projetos de pesquisa na área de interesse escolhida pelo discente, ou por orientadores, com formação na área de Letras, selecionados em edital específico.

Art. 7º - Será admitida a coorientação do TCC por docentes de outros departamentos da UFLA ou de outras instituições de ensino superior, desde que a área de atuação do profissional seja compatível com a natureza do trabalho do discente, cabendo, porém, a responsabilidade formal apenas ao orientador principal.

Art. 8º – A escolha do tema do projeto do TCC e do orientador principal será feita ao longo do período em que o discente irá cursar a disciplina Metodologia de Pesquisa em Letras.

Art. 9º - Todo discente tem direito a um orientador, sendo a escolha, a princípio, do próprio estudante em concordância com o orientador indicado. Casos que não ocorram desta maneira serão decididos pelo professor coordenador do TCC, ouvido o Colegiado do Curso de Letras, se for necessário.

§1º- A formalização da orientação e do tema da pesquisa serão realizadas por meio do cadastro, no sistema institucional vigente, pelo discente, durante o TCC I.

§ 2º- No caso de impossibilidade de continuidade da orientação por motivos de qualquer natureza, o fato deve ser comunicado por escrito pelo orientador ou pelo discente ao professor coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso em que o discente estiver matriculado, com a devida justificativa. Caberá ao coordenador, em conjunto com o estudante, proceder à substituição do orientador e encaminhar as definições ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Letras.

§ 3º- A troca de orientador somente poderá ocorrer se autorizada pelo colegiado do curso, a partir de solicitação fundamentada encaminhada pelo orientador ou pelo discente.

Art. 10 - O desempenho acadêmico do discente no componente curricular “Trabalho de Conclusão de Curso” será aferido por meio de avaliação processual, sob a responsabilidade do orientador no TCC. Ao final do TCC II, o desempenho acadêmico será avaliado pela Banca Examinadora, mediante defesa pública do trabalho.

Parágrafo único: Para fins de registro do acompanhamento e da avaliação do TCC, o professor orientador deverá preencher uma ficha avaliativa (anexo I deste regulamento) e encaminhar o conceito final (suficiente ou insuficiente) para o coordenador de TCC, por meio de canais institucionais.

Art. 11 - Compete ao professor coordenador de TCC:

- I. cumprir e fazer cumprir, no que lhe compete, este Regulamento;
- II. divulgar as disposições deste Regulamento e das normas que o complementam, esclarecendo aos professores orientadores e aos discentes sob a sua forma de execução;
- III. acompanhar o desenvolvimento do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso, mantendo registro de todas as informações necessárias e comprobatórias do atendimento a este regulamento;
- IV. sugerir Professores Orientadores no caso em que o discente enfrentar dificuldades de encontrar orientador;
- V. informar aos orientandos e aos orientadores os prazos relativos ao cumprimento do TCC.
- VI. Manter arquivada a Ata de Defesa e também a ficha avaliativa do trabalho,

- devidamente assinada pelos membros componentes da banca examinadora por, no mínimo, um ano, conforme disposto na Resolução CEPE nº 216/2016.
- VII. aprovar, ao término da revisão, a versão final do texto, a ata e a folha de notas inseridas, pelo discente, no sistema institucional vigente.

Art. 12 - Compete ao orientador:

- I. acompanhar a elaboração do plano e o desenvolvimento da pesquisa realizada pelo aluno;
- II. submeter, quando necessário, o protocolo de pesquisa à avaliação do COEP/UFLA antes do início das atividades de pesquisa de campo;
- III. orientar os discentes nas práticas investigativas e nas técnicas de elaboração de um trabalho técnico/científico, disponibilizando-se a realizar a quantidade de encontros mínimos necessários para atendimento de alunos sob sua orientação;
- IV. estabelecer, com o discente, o plano de estudo, o respectivo cronograma, os locais, os horários de atendimento e outras providências necessárias;
- V. definir, ao final do processo de elaboração do TCC II, se o trabalho está em condições de ser apreciado pela banca examinadora;
- VI. aprovar as submissões de cadastros do discente orientando no sistema institucional vigente;
- VII. agendar, juntamente com o discente, a apresentação do TCC II, proceder à divulgação e providenciar locais, materiais e equipamentos necessários.
- VIII. aprovar, ao término da revisão, a versão final do texto, a ata e a folha de notas inseridas, pelo discente, no sistema institucional vigente

Art. 13 - Compete ao discente:

- I. desenvolver as atividades de elaboração do TCC de acordo com o plano e agenda estabelecidos com o orientador, observando os prazos relativos ao cumprimento do TCC;
- II. elaborar o produto final do TCC com clareza, coerência, linguagem adequada e correção ortográfica ou outros critérios que serão avaliados pela banca examinadora;
- III. observar rigorosamente os prazos estabelecidos por este regulamento de TCC;
- IV. cadastrar, no sistema institucional vigente, as etapas necessárias para a defesa com, no mínimo, 05 (cinco) dias de antecedência da data agendada para a defesa;
- V. encaminhar, para os membros da banca examinadora, uma cópia digitalizada do trabalho no prazo previsto neste regulamento;
- VI. finalizar, em até 10 (dez) dias corridos após a apreciação da banca avaliadora, a versão final do TCC II, e fazer o upload, no sistema institucional vigente, do texto com as devidas correções a partir das sugestões da banca examinadora, da ata e da folha de notas. Os documentos devem ser acompanhados de autorização, assinada pelo discente, para publicação no repositório institucional;
- VII. encaminhar para o coordenador de TCC as atas da banca de defesa do TCC, o resultado final e a versão final do trabalho.

Parágrafo único: O discente que não concluir a atividade, ou não puder realizar a apresentação e defesa do TCC em tempo, deverá solicitar a notação "XE", por meio do sistema institucional vigente, que deverá ser avaliada pelo orientador e pelo

coordenador de TCC, sendo submetida no mínimo 15 (quinze) dias corridos antes do término do semestre letivo. Caberá ao orientador deferir ou indeferir a solicitação do discente.

CAPÍTULO III *Sobre a Avaliação*

Art. 14 - Para a realização do TCC II, o discente deverá ter cursado com aprovação o componente curricular TCC I. Em casos excepcionais, mediante solicitação do discente e autorizado pelo Colegiado do Curso, o discente poderá cursá-los com correquisito.

Art. 15 - O TCC II será entregue/enviado pelo aluno para a banca examinadora, observando-se a antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos da data da defesa.

Art. 16 - A banca avaliadora do TCC estará composta pelo orientador, como seu presidente, e mais dois membros titulares, escolhidos dentre os docentes da área de Letras, docentes de outras áreas que possuam afinidades com a temática do trabalho ou por profissionais que desenvolvam atividades relevantes na área de conhecimento relativa à pesquisa apresentada no TCC. Se houver coorientador, ele também poderá compor a banca, totalizando 4 (quatro) membros titulares.

Parágrafo único: Nos casos em que o orientador não pertencer ao quadro de servidores da UFLA, é necessária a participação na Banca Examinadora de, pelo menos, um professor vinculado ao DEL ou que atue em cursos presenciais ofertados pelo DEL.

Art. 17 - O TCC II será julgado pela banca examinadora mediante defesa oral pública, presencialmente ou de forma remota, por meio de recursos digitais - videoconferência ou outros meios que possibilitem a interação síncrona.

§ 1º Caso o trabalho seja produzido em dupla, todos os discentes deverão participar da apresentação. A não participação injustificada acarreta a reprovação, no TCC II, do discente ausente.

§ 2º Em caso de falta justificada, o discente deverá preencher o requerimento padrão na secretaria do curso e solicitar nova data para a defesa e, após análise e aprovação do colegiado, nova data será agendada pelo orientador.

Art. 18 - O TCC II será avaliado pela banca examinadora, considerando-se os seguintes aspectos: texto escrito, apresentação oral e defesa e receberá uma das seguintes menções, durante a defesa: aprovado, aprovado com correções ou reprovado.

Parágrafo único - O discente será aprovado no componente curricular TCC se obtiver o conceito “suficiente”

Art. 19 - Em caso de plágio total ou parcial, verificada a cópia, será atribuída nota zero ao discente ou discentes envolvidos, o que acarretará a reprovação no componente curricular TCC em que o aluno estiver matriculado.

Art. 20 - As atas da banca de defesa do TCC, o resultado final e a versão final do trabalho deverão ser encaminhados ao coordenador de TCC em até 10 (dez) dias corridos antes da data de encerramento do semestre letivo.

CAPÍTULO IV
Disposições finais

Art. 20 - Os casos omissos neste Regulamento serão apreciados pelo Colegiado de Curso de Letras.

Art. 21 - O presente Regulamento poderá ser alterado no todo ou em suas partes mediante aprovação dessa alteração pelo Colegiado do Curso.

Art. 22- Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de fevereiro de 2024.

Aprovado em reunião do Colegiado do Curso, em 05 de setembro de 2023

LARISSA GIACOMETTI PARIS
Coordenadora do Curso de Letras Língua Portuguesa

ANEXO I
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Caro/a Professor/a,

Para a avaliação do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, será atribuído o conceito suficiente (S) ou insuficiente (I); deste modo, apontamos alguns critérios/aspectos que podem nortear a avaliação dos/as discentes:

S – SUFICIENTE: atende aos critérios de orientação do TCC.

I – INSUFICIENTE: não atende aos critérios de orientação do TCC.

Orientador/a:
Orientando/a:

Critérios de Orientação TCC	Atribuição	
<ul style="list-style-type: none"> • Comprometimento com os horários de orientações (pontualidade, assiduidade, responsabilidade); 		
<ul style="list-style-type: none"> • Comprometimento com as leituras combinadas (leituras realizadas, fichamento, compreensão); 		
<ul style="list-style-type: none"> • Empenho na escrita do TCC (atendimento às orientações normativas); 		
<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento com a pesquisa (dedicação ao desenvolvimento da proposta/projeto) 		
<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de articulação das ideias (coerência e coesão na escrita); autoria/escrita autoral (não plágio). 		
CONCEITO FINAL		

Observações:

Assinatura:

Lavras, ____/____/____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
COLEGIADO DO CURSO DE LETRAS

RESOLUÇÃO CGLET Nº XX, DE XX DE XXXXXX DE XXXX.

**Estabelece o regulamento para
as Atividades Curriculares de Extensão
no curso de Letras Língua Portuguesa,
modalidade EAD.**

O COLEGIADO DO CURSO DE LETRAS, no uso de suas atribuições regimentais, considerando a Resolução CNE nº 7 de 2018 e a RESOLUÇÃO NORMATIVA CEPE Nº 015, DE 14 DE MARÇO DE 2022 e tendo em vista o que foi deliberado em sua reunião de 05/09/2023, aprova a presente Resolução.

TÍTULO I

DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 1º As “Atividades de Extensão” constituem-se como um processo educacional que se integra ao ensino e à pesquisa, de natureza interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico e que constitui espaço de trocas entre a instituição de ensino superior e a comunidade externa à UFLA.

Parágrafo único Para ser caracterizada como atividade de extensão a ser desenvolvida no currículo, a ação planejada deve envolver diretamente comunidades externas à UFLA.

Art. 2º A integração de atividades de extensão aos currículos do curso de Letras, se dará por meio de Atividades Curriculares de Extensão (ACE), que são atividades de extensão necessariamente vinculadas à formação ampla dos estudantes, participantes ativos e protagonistas das ações nelas inseridas, conforme o Projeto Pedagógico dos Curso (PPC).

Art. 3º As ACE podem ser organizadas nas seguintes modalidades

I- Programa de extensão: conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino, com caráter orgânico-institucional, integração no território, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo;

II- Projeto de extensão: ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, registrado, preferencialmente, vinculado a um Programa de extensão ou como projeto isolado;

III- Curso e oficina de extensão: ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, planejada e organizada de modo sistemático, e critérios de avaliação definidos;

IV- Evento de extensão: ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com público específico, de conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade; e

V- Prestação de serviços: realização de ações em interação com a comunidade para desenvolvimento conjunto de soluções visando ao atendimento de demandas oriundas de setores da sociedade.

Parágrafo único: As ACE poderão ser desenvolvidas nas cidades em que há polo de apoio presencial ou nas cidades de residência do discente, considerando-se a natureza da atividade.

TÍTULO II

DA CREDITAÇÃO E CÔMPUTO DE HORAS DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Art. 4º As ACE serão ofertadas como componentes curriculares previstos na matriz do curso e estarão vinculadas ao ensino e à pesquisa na área de Letras, conforme descrição:

- I- ACE I – Conteúdos Transversais – 80 horas
- II- ACE II – Conteúdos Interdisciplinares – 80 horas
- III- ACE III - Conteúdos Transversais – 90 horas
- IV- ACE IV - Conteúdos Interdisciplinares – 90 horas

§ 1º Para efeito de integralização da matriz curricular, requisito mínimo para obtenção da conclusão do curso, o estudante deverá cumprir, pelo menos, 10% (dez por cento) da carga horária do curso em ACE.

§ 2º O discente deverá solicitar matrícula no componente ACE, de acordo com o cronograma de matrícula.

§ 3º O resultado final do CC ACE será registrado no diário final como Suficiente ou Insuficiente.

Art. 5º Além dos componentes curriculares previstos na matriz curricular destinados às ACE, o discente poderá participar de outras modalidades de atividades de extensão, elencadas no artigo 3º, ofertadas pela UFLA ou por outra instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

Parágrafo único: O aproveitamento de outras atividades de extensão previstas neste artigo passará por avaliação e validação do colegiado do curso, tanto em relação ao conteúdo quanto à carga horária da atividade.

Art. 6º Para fins de validação das horas desenvolvidas em outras atividades de extensão, o discente deverá:

- I- Participar ativamente como membro do projeto, da atividade de extensão (curso, evento ou prestação de serviço);
- II- solicitar ao colegiado de Curso a validação das horas, por meio de requerimento específico protocolado na Coordenadoria da Secretaria Integrada da FAELCH.
- III- manter consigo os comprovantes de realização dessas atividades, tais como certificados e declarações;
- IV- apresentar o relatório das atividades desenvolvidas, em consonância com as diretrizes elencadas no artigo 7º.

Art. 7º Para fins de validação de atividades de extensão realizadas pelo discente, o Colegiado de Curso deverá observar as seguintes diretrizes:

- I- atuação baseada na equidade, diversidade e inclusão;
- II- interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- III- indissociabilidade ensino/extensão/pesquisa, com articulação ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico;

IV- impacto na formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

V- impacto e transformação social na própria instituição e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais, para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira;

VI- iniciativas que expressem o compromisso social da instituição com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, arte, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos, políticas de equidade, diversidade e inclusão, educação indígena;

VII- promoção de reflexão filosófica, ética e estética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa na área de Letras;

XI- incentivo à atuação da comunidade acadêmica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural.

Art. 8º O registro acadêmico do total de horas de ACE cumpridas pelo estudante será realizado no histórico escolar, no mesmo formato adotado para registro da carga horária de estágios e de CCC. Além da totalização de horas, deve ser apresentado o percentual correspondente à carga horária total do curso.

Parágrafo único: Não será permitido exame de suficiência para fins de integralização das horas de ACE.

Art. 8º Compete ao Colegiado de Curso, observando os prazos regimentais:

I- Analisar o requerimento de validação de ACE e emitir o parecer, acatando parcial ou totalmente a solicitação, ou indeferindo-a. Em caso de indeferimento, deverá ser apresentada a justificativa;

II- Analisar os pedidos de reconsideração apresentados.

Parágrafo único. Caso haja a manutenção do parecer, o discente poderá entrar com recurso da decisão, que será analisado pela Congregação da FAELCH.

Art. 9º Na análise realizada sobre o pedido de validação de ACE, o colegiado de curso deverá considerar a ementa cadastrada para o CC e poderá solicitar ao professor responsável pela oferta do componente curricular parecer sobre a solicitação, a fim de embasar a decisão.

TÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor para os discentes que ingressarem vinculados à matriz de 2023/1.

Art. 11. Todos os aspectos referentes às ACE não previstos nesta Resolução seguem as determinações do Regulamento dos Cursos de Graduação da UFLA e eventuais casos omissos serão avaliados pelo Colegiado de Curso e em grau de recurso pela Congregação da FAELCH.

Aprovado em reunião do Colegiado do Curso, em 05 de setembro de 2023

LARISSA GIACOMETTI PARIS
Coordenadora do Curso de Letras Língua Portuguesa

**MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA
(MODALIDADE A DISTÂNCIA)**

Código/Nome do Componente Curricular	Período	Hora-aula	Carga Horária teórica	Carga horária prática	Carga horária de Extensão
DGDE106 História da Educação	1º	60	60	0	0
DGEL113 Leitura e Produção de Texto I	1º	60	30	30	0
DGEL119 Teoria Literária I	1º	60	60		
DGEL142 Introdução a EAD	1º	60	0	0	0
DGEL147 Estudos sobre a Linguagem	1º	60	0	0	0
DGEL179 Concepções de Linguagem	1º	60	0	0	0
DGCH157 Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	2º	60	0	0	
DGDE101 Sociologia da Educação	2º	60	0	0	
DGEL114 Leitura e Produção de Texto II	2º	60	30	30	0
DGEL120 Teoria Literária II	2º	60	60	0	0
DGEL148 Estudos sobre a Linguagem II	2º	60	60	0	0
DGEL162 Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	2º	60	60	0	0
DNEL0462 Atividades Curriculares de Extensão I	2º	90	0	0	90
DGDE175 Filosofia da Educação	3º	60	60	0	0
DGEL199 Práticas Pedagógicas com Tecnologias Digitais I	3º	60	30	30	0

DGEL133 Literatura Portuguesa I	3º	60	60	0	0
DGEL145 Estudos Diacrônicos do Português	3º	60	60	0	0
DGEL163 Linguística do Texto	3º	60	30	30	0
DGEL165 Morfossintaxe do Português I	3º	60	45	15	0
DGEL180 Sociolinguística	3º	60	60	0	0
DGDE107 Didática	4º	60	60	0	0
DGEL134 Literatura Portuguesa II	4º	60	60	0	0
DGEL166 Morfossintaxe do Português II	4º	60	45	15	
DGEL181 Estudos Discursivos	4º	60	60	0	0
DGEL182 Práticas Pedagógicas com Tecnologias Digitais II	4º	60	30	30	0
DNEL0463 Atividades Curriculares de Extensão II	4º	90	0	0	90
DGEL115 Literatura Brasileira I	5º	60	60	0	0
DGEL137 Literaturas Africanas de Língua Portuguesa	5º	60	60	0	0
DGEL150 Metodologia e Prática de Ensino de Língua Portuguesa	5º	60	15	45	0
DGEL167 Morfossintaxe do Português III	5º	60	45	14	0
DEEL0485 Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e suas Literaturas I	5º	100	0	0	0
DGEL116 Literatura Brasileira II	6º	60	60	0	0
DGEL149 Metodologia de Pesquisa em Letras	6º	60	30	30	0
DGEL151 Metodologia e Prática de Ensino de Língua Portuguesa II	6º	60	30	30	0
DGEL168 Semântica e Pragmática	6º	60	60	0	0
DGEL 184 Escola e Currículo: Avaliação, Currículo e Planejamento educacional	6º	60	60	0	0
DEEL0486 Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e suas Literaturas II	6º	100	0	0	0
DNEL0464 Atividades Curriculares de Extensão III	7º	80	0	0	80
DGEL117 Literatura Brasileira III	7º	60	60	0	0
DGEL152 Metodologia e Prática de Ensino de Língua Portuguesa III	7º	60	30	30	0
DEEL0487 Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e suas Literaturas III	7º	100			
DPRG114 Trabalho de Conclusão de Curso I	7º	60	0	60	0
DGDE105 Língua Brasileira de Sinais	8º	60	60	0	0
DGEL118 Literatura Brasileira IV	8º	60	60	0	0
DGEL185 Tópicos sobre Inclusão Escolar	8º	60	30	30	0

DPRG124 Trabalho de Conclusão de Curso II	8º	60	0	60	
DEEL0488 Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e suas Literaturas IV	8º	100	0	0	0
DNEL0465 Atividades Curriculares de Extensão IV		80	0	0	80
ELETIVA 1		30	15	15	0
ELETIVA 2		30	15	15	0
ELETIVA 3		30	15	15	0
COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES		50			
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		3280			

COMPONENTES CURRICULARES POR GRUPOS DA BNC FORMAÇÃO

GRUPO 1 106;142;157;101;175;107;182;150;151;184;152;185 = 720 + 90h de eletivas = 810h
GRUPO 2 113;119;147;179;114;120;148;162;133;145;163;165;180;134;166;181;115;137;167;116;149;168;117;118; DPRG114; DPRG124 = 1560 + 60 H = 1620h
GRUPO 3 400H ESTÁGIO + 400H PRÁTICA (dessas 400h, 340h serão desenvolvidas por meio de ACE) = 800h ACE I, II, III e IV, totalizando 340h que serão destinados à prática. Assim, das 400 horas de prática, 340h serão por meio de ACE.
ELETIVAS = 90h eletivas, será preciso que o aluno curse 03 eletivas para o grupo 01.
TOTAL GERAL DO CURSO = 3280 horas, sendo 340h destinadas à extensão por meio de ACE.

EMENTÁRIO ATUALIZADO PELOS PROFESSORES

Módulo 1

DGDE106 - História da Educação
<p>Ementa: Retrospectiva histórico-sociológica do desenvolvimento da educação, visando a interpretar a sua função social e ideológica no Brasil e no mundo ocidental em diferentes contextos da formação cultural. Busca identificar o valor dos estudos históricos da educação a partir de sua origem e desenvolvimento (Grécia e Roma) com ênfase na historiografia da educação brasileira e seus aspectos atuais.</p>
<p>Bibliografia Básica: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. <i>O que é educação</i>. 1. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2007, c1981. 116 p. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. <i>História da Educação Brasileira - A organização escola</i>.</p>

São Paulo: Cortez Editora, 9a ed. 1987.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do Pensamento Grego*. São Paulo: Difel.

Bibliografia Complementar:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Moderna, 2010. 384 p.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. *A educação negada: Introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. São Paulo: Cortez, 1991 200 p. (Biblioteca da Educação. Serie 1. Escola ; v.17).

GILSON, Etienne. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

REALE, Giovanni. *História da Filosofia na Antiguidade e Idade Média*. São Paulo: Paulinas, 1990.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e Pensamento entre os Gregos*. São Paulo: DIFEL/EDUSP, 1973.

DGEL113 - Leitura e Produção de Textos I

Ementa:

A leitura e a escrita no ensino superior. Pressupostos básicos: concepções de linguagem, texto, língua, leitura e produção de textos. Gêneros e tipos textuais. Estudo dos fatores linguísticos e extralinguísticos envolvidos no processo de produção de texto: coerência e coesão, objetivos, conhecimentos prévios, condições de produção. Textualidade e fatores de textualização.

Processo de produção textual: Planejamento, escrita, revisão e reescrita como etapas necessárias à escrita como atividade processual. Processo de leitura e interpretação.

Bibliografia Básica:

DELL'ISOLA, R. L. P. *Retextualização de gêneros escritos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 1. 96 p.

FERREIRA, H. et al. *Leitura e produção de textos I*. Lavras: UFLA, 2012. GUIA DE ESTUDOS

KOCH, Ingedore G. V. & ELIAS, Vanda M. *Ler & Compreender os sentidos do texto*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2008.

MEURER, J. L. *Gêneros textuais e práticas discursivas*. Bauru: Edusc, 2002.

Bibliografia Complementar:

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2010. 318 p. (Ensaio ; 144)

KOCH, I. G. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, I. *Argumentação e linguagem*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

KOCH, I. *A coesão textual*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 1992.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 1. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2008. 295 p. (Educação linguística)

DGEL119 - Teoria Literária I

Ementa:

O que é a Teoria Literária. Conceito de Literatura. Conceitos de *mimesis*, verossimilhança e catarse. Gêneros literários. Gêneros épico, lírico e dramático. Leitura e análise de textos literários. O ensino da literatura na escola.

Bibliografia Básica:

ARISTÓTELES. Poética. Tradução de Eudoro de Souza. 2ª ed. bilíngue. São Paulo: Ars Poética, 1993.

CANDIDO, Antônio. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária . 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ouro sobre Azul, 2010. 201 p.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. São Paulo: Melhoramentos, 1982.

MORALES BARCO, Frieda Liliana; FICHTNER, Marília (Coord.). *Era uma vez na escola: formando educadores para formar leitores*. Belo Horizonte, MG: Formato, 2009. 186 p

Bibliografia Complementar:

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2005. 431p.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. 292 p. (Humanitas)

ECO, Umberto. *Sobre a literatura/ Umberto Eco; tradução de Eliana Aguiar*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ:Record, 2003. 305 p.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo*. 11. ed. Ática 2007. 96 p. (Princípios)

GONÇALVES, Maria Magaly Trindade; BELLODI, Zina M. *Teoria da literatura revisitada*. Petrópolis, RJ: Vozes, c2005. 231p.

DGEL143 - Introdução a EAD

Ementa:

Introdução do/a estudante ao curso superior que inicia e à sistemática e meios e recursos de educação a distância que serão usados nele: o ambiente virtual de aprendizagem (pelo computador ligado à internet) e suas ferramentas de comunicação e de envio e organização de trabalhos em documentos textuais e multimídicos. Conceitos estruturais e pedagógicos da EAD, e relação destes com a aprendizagem. Reflexões sobre o papel e atitude do/a estudante diante da docência e dos colegas de turma na relação de estudo e aprendizagem. Reflexões sobre a autoria e o plágio. Informações sobre como fazer citações e referências dentro da norma acadêmica.

Bibliografia Básica:

PEREIRA, Alice T. Cybis (Org) (Org.). *Ambientes virtuais de aprendizagem: em diferentes contextos* . Rio de Janeiro, RJ: Ciência Moderna, 2007.

MARTINS, R.; FERRARI, F. B.; VALLIN, C. *Introdução a educação à distância*. Lavras: UFLA, 2012. GUIA DE ESTUDOS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUAREZI, Rita de Cássia Menegaz; MATOS, Márcia Maria de. *Educação a distância sem segredos*. Curitiba, PR: Ibpex, 2009. 145 p

Bibliografia Complementar:

BERBEL, Neusi Aparecida Navas; GIANNASI, Maria Julia. *A metodologia da problematização aplicada em curso de educação continuada e a distancia*. Londrina, PR: UEL, 1999. 166 p.

BORBA, Marcelo de Carvalho; MALHEIROS, Ana Paula dos Santos; ZULATTO, Rúbia Barcelos Amaral. *Educação a distância online*. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008. 157 p.

CAMPOS, Fernanda C. A. et al. *Cooperação e aprendizagem on-line*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003. 167 p. (Educação a distância;).

PALLOFF, Rena M.; PRATT, Keith. *Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço: estratégias eficientes para a sala de aula on-line*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002. 248 p.
EAD, cultura e produção de subjetividade. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF, 2012. 190 p.
MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. *Educação a distância: uma visão integrada*. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2007. xxi, 398 p.

DGEL147 - Estudos sobre a linguagem

Ementa:

A disciplina propõe uma análise dos pressupostos básicos da ciência linguística: conceito, objeto, evolução e relações com outras ciências. Além disso, busca caracterizar os estudos linguísticos do século XIX, sistematizar os princípios/conceitos basilares das ideias de Saussure e delinear os dois grandes paradigmas da tradição linguística: o formalismo e o funcionalismo. Busca-se, também analisar as influências dessas teorizações para o ensino de línguas na escola.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Castelar de. *Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica*. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 174 p. (Para compreender a linguística).
SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 28. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 2012. 312p.
SAUSSURE, Ferdinand de. *Escritos de linguística geral*. 12. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 2012. 296 p.

Bibliografia Complementar:

BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. 9. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 2004. 317p.
FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à linguística: 1. objetos teóricos*. 6. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2014. 227 p.
MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna C. (org). *Introdução à Linguística 1: domínios e fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos, volume 3*. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 480 p.
ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Cáceres, MT: Unemat, São Paulo, SP: Pontes, 2001. 307 p

DGEL179 - Concepções de linguagem

Ementa:

A disciplina desenvolve uma discussão crítica sobre a trajetória histórica dos estudos sobre linguagem, desde os gregos até a linguística pré-saussureana, passando pela gramática, filologia, gramática comparada e neogramática. Nesse percurso são objetos de discussão as concepções de linguagem e os propósitos de cada um desses vieses. Além disso, estende-se a discussão para as implicações no ensino de português em sala de aula.

Bibliografia Básica:

LYONS, John. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro, RJ: LTC, c1987. 269p.
MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna C. (org). *Introdução à Linguística 1: domínios e fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
NEVES, Maria Helena. *A vertente grega da gramática tradicional*. . São Paulo: UNESP, 2005.

Bibliografia Complementar:

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *História da linguística*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 238p.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). Manual de linguística. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2008. 254 p.

FIORIN, José Luiz (Org.). Introdução à linguística: 1. objetos teóricos. 6. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2014. 227 p.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos, volume 3. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 480 p.

WEEDWOOD, Barbara; BAGNO, Marcos. História concisa da linguística. 6. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2008. 165 p.

Módulo 2

DGCH175 - Psicologia do desenvolvimento e aprendizagem
<p>Ementa: Fundamentação da Psicologia e Educação. Processos de Desenvolvimento Humano. Caracterização da Infância, adolescência. Contexto social. As teorias do desenvolvimento. A atuação docente no desenvolvimento de crianças e adolescente.</p>
<p>Bibliografia Básica: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, M. Graça M.; FURTADO, Odair (Org.). Psicologia sócio-histórica: (uma perspectiva crítica em psicologia) . 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil . 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Pedagogia dos projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. 7. ed. São Paulo, SP: Érica, 2007.</p>
<p>Bibliografia Complementar: ANTUNES, Celso. Vygotsky, quem diria?!: em minha sala de aula. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 54 p. COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004. PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social. São Paulo: Plexus, 1994. PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano. 10. ed. São Paulo, SP: McGraw-Hill, 2009. COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004. VIGOTSKY, L. S.; LURIIA, A. R.; LEONT'EV, Aleksei Nikolaevich. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 11. ed. São Paulo, SP: Ícone, c2010.</p>

DGDE101 - Sociologia da Educação
<p>Ementa: A Sociologia da Educação como disciplina. A Sociologia da Educação no Brasil. Educação na perspectiva das teorias sociológicas clássicas. Educação e teorias sociológicas contemporâneas. Teorias da reprodução social e cultural. Democratização do ensino. Diversidade e desigualdades sociais. Novas desigualdades sociais e educação.</p>
<p>Bibliografia Básica: BOURDIEU, Pierre. <i>Escritos de educação</i>. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 251 p FREIRE, Paulo. <i>Educação e mudança</i>. 14. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1979. 79 p.</p>

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995 231 p
GONÇALVES, D. N.; FURTADO, E.; MOURA, E. M. *Sociologia da educação*. Fortaleza: SEAD/UECE, 2010. GUIA DE ESTUDOS
KRUPPA, Sonia M. Portella. *Sociologia da educação*. São Paulo, SP: Cortez, 2005. 157 p.

Bibliografia Complementar:

DURKHEIM, Emile. *Educação e sociologia*. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
FREITAG, Barbara. *Escola, estado e sociedade*. 6. ed. rev. São Paulo: Editora Moraes, 1986.
FRIGOTTO, Gaudêncio. *A Produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução a pedagogia do conflito*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
MELLO, Guiomar Namó de. *Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio*. 10. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005. 204 p.
SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 243 p.

DGEL114 - Leitura e Produção de Textos II

Ementa:

Leitura e produção de gêneros textuais do domínio acadêmico. Planejamento, produção e revisão/reescrita de: esquemas, resumos, resenhas, artigos científicos e seminários. Estudo da gramática aplicada ao discurso acadêmico. Análise crítica de textos produzidos pelos próprios alunos.

Bibliografia Básica:

DELL'ISOLA, R. L. P. *Retextualização de gêneros escritos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 1. 96 p.
FERREIRA, H.M.; VILLARTA-NEDER, M.A.; VIEIRA, M.S.P. *Leitura e Produção de textos*. Guia de estudos. UFLA, 2012.
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: o sentidos do texto*. 3. ed.; São Paulo, SP: Contexto, 2006. 216 p.
LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. *Resumo*. 7. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2008. 69 p. (Leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos).

Bibliografia Complementar:

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 10. ed. São Paulo, SP: 2010. 134 p.
KOCH, I. G. *Argumentação e linguagem*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo, SP: Contexto, 2009. 118 p.
MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 1. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2008. 295 p. (Educação linguística)
MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 321 p.

DGEL120 - Teoria Literária II
<p>Ementa: Aspectos intrínsecos e extrínsecos do texto literário. A crítica extrínseca e intrínseca. A crítica marxista. A escola de Frankfurt. Sociologia e literatura. O Formalismo Russo. O Círculo Linguístico de Praga. A estética da recepção. A Teoria do efeito estético. Os estudos culturais e pós-coloniais. Leitura e análise de textos literários. O ensino da literatura na universidade.</p>
<p>Bibliografia Básica: BOSI, Alfredo. <i>Literatura e resistência</i>. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002. 297 p. CANDIDO, Antonio. <i>Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária</i>. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ouro sobre Azul, 2010. 201 p. GONÇALVES, Maria Magaly Trindade; BELLODI, Zina M. <i>Teoria da literatura revisitada</i>. Petrópolis, RJ: Vozes, c2005 231p. KAMITA, R. <i>Teoria Literária V</i>. Florianópolis: LLV/CCE/USFC, 2010. GUIA DE ESTUDOS</p>
<p>Bibliografia Complementar: ADORNO, Theodor W. <i>Notas de literatura</i>. São Paulo, SP: Duas cidades; Ed. 34, 2003. 173 p. (Coleção Espírito crítico) ARANTES, Otília Beatriz Fiori; ARANTES, Paulo Eduardo. <i>Sentido da formação: três estudos sobre Antônio Cândido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa</i>. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1997. 135 p. ARRIGUCCI JUNIOR, Davi. <i>Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência</i>. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001, c1987. 238 p. EAGLETON, Terry. <i>Teoria da literatura: uma introdução</i>. 6. ed. São Paulo, SP: M. Fontes, 2006. MONTEIRO, José Lemos. <i>A estilística: manual de análise e criação do estilo literário</i>. 2. ed., rev. e atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 269 p.</p>

DGEL148 - Estudos sobre a linguagem II
<p>Ementa: Língua e enunciação. Linguagem e subjetividade. O aparelho formal da enunciação. Enunciação e categorias linguísticas. Círculo de Bakhtin. Interação verbal: aspectos histórico-sociais, ideológicos e dialógicos da linguagem. Linguística aplicada: fundamentos, objetos e metodologias. Implicações para o ensino das línguas na escola.</p>
<p>Bibliografia Básica: BAKHTIN, M. M. <i>Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem</i>. 14. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2010. 203 p. BENVENISTE, Émile. <i>Problemas de linguística geral I</i>. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005, c1966. 387 LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). <i>Por uma linguística aplicada indisciplinar</i>. 1. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2006. 279 p.</p>
<p>Bibliografia Complementar: BENVENISTE, Émile. <i>Problemas de linguística geral II</i>. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 1989. CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. <i>A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão de discursos</i>. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. 173 p. (Coleção linguagens e sociedade). MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna C. (org). <i>Introdução à Linguística 1: domínios e fronteiras</i>.</p>

2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*, volume 3. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. 480 p

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Caceres, MT: Unemat, São Paulo, SP: Pontes, 2001. 307 p

DGEL162 - Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa

Ementa:

Fonética; Fonologia. Definições. Fonética articulatória; fonemas orais e nasais; classificação dos fonemas do português; sistema oclusivo do português; traços distintivos dos fonemas; entonação, tons e acento; fonema e alofone; função distintiva e opositiva; noção de marca; função contrastiva e a sílaba.

Bibliografia Básica:

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *A língua falada no ensino de português*. 7. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2009. 158 p. (Caminhos da linguística)

GUIMARÃES, D. M. L. O. *Fonética e fonologia*. Lavras: UFLA, 2012.

HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Fonética, fonologia e ortografia*. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

SILVA, Thais Cristóforo. *Fonética e fonologia do português*. São Paulo: Contexto, 2007.

Bibliografia Complementar:

ALBANO, Eleonora Cavalcante. *Gestos e suas bordas: esboço de fonologia acústico-articulatório do português brasileiro*. São Paulo: Mercado das Letras, 2001.

BYBEE, Joan L. *Phonology and language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. xviii, 238 p

CRYSTAL, David. *Dicionário de linguística e fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LEITE, Yonne e CALLOU, Dinah. *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística 1. Domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.

DNEL0462 - Atividades Curriculares de Extensão I

Ementa:

Integração com a comunidade e com escolas de Educação Básica para o desenvolvimento de ações extensionistas que articulem os conteúdos transversais que compõem a formação de professores da educação básica (inclusão escolar, direitos humanos, ecologia e meio-ambiente, multiculturalismo e questões étnico-raciais, prevenção e combate ao bullying, inserção das tecnologias digitais nas práticas docentes etc.) com os conhecimentos específicos da formação em Letras. Integração entre tais conteúdos e conhecimentos com as dimensões pedagógicas, a prática docente e a inserção de saberes na comunidade, a partir de questões vinculadas ao cotidiano.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Ulisses F. *Temas transversais, pedagogia de projetos e mudanças na educação*. São Paulo, SP: Grupo Summus, 2014. ISBN 9788532309679. E-book. Disponível em:

<https://bv4.digitalpages.com.br/#/legacy/epub/42255>. Acesso em: 27 set. 2019.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 11. ed. Rio de

Janeiro, RJ: Ouro sobre Azul, 2010. 201 p. ISBN 9788588777347.
MELLO, Cleyson de Moraes; ALMEIDA NETO, José Rogério Moura, PETRILLO, Regina Pentagna. Curricularização da extensão universitária: teoria, pratica. Rio de Janeiro, RJ: Processo, 2020. ISBN 9786589351955. E-book. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/198121/pdf/>. Acesso em: 13 fev. 2022.

Bibliografia Complementar:

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas, SP: Papirus, 2015. ISBN 9788544900468. E-book. Disponível em:
http://bv4.digitalpages.com.br/?page=_2§ion=0#/legacy/9788544900468. Acesso em: 27 set. 2019.

CHICARINO, Tathiana (org.). Educação das relações étnico-raciais. São Paulo, SP: Pearson, 2016. ISBN 9788543017013. E-book. Disponível em: <http://bv4.digitalpages.com.br/?page=10§ion=0#/legacy/9788543017013>. Acesso em: 27 set. 2019.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 12 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2018. ISBN 9788553607884. E-book. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553607884/cfi/0!/4/4@0.00:43.7>. Acesso em: 27 set. 2019. LUZ, Nanci Stanckida;

CARVALHO, Marília Gomes de; CASAGRANDE, Lindamir S. (Org.). Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola. Curitiba, PR: Ed. UTFPR, 2009. 285 p. ISBN 9788570140555.

LUZZI, Daniel. Educação e meio ambiente: uma relação intrínseca. São Paulo, SP: Manole, 2012. (Série sustentabilidade). ISBN 9788520432075. E-book. Disponível em:
<http://bv4.digitalpages.com.br/#/legacy/9788520432075>. Acesso em: 27 set. 2019.

Módulo 3

DGDE175 - Filosofia da Educação

Ementa:

A educação enquanto objeto da filosofia. Concepções de filosofia da educação. Fins e valores educacionais. Concepções educacionais clássicas. Tendências educacionais. Filosofia, educação na contemporaneidade. Filosofia, educação e cidadania. As referências filosóficas e o debate educativo no Brasil contemporâneo.

Bibliografia Básica:

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; MARIGUELA, Márcio (Org.). Cotidiano escolar: emergência e invenção. São Paulo, SP: Jacintha, 2007. 182 p

ELIAS, Marisa del Cioppo. Célestin Freinet: uma pedagogia de atividade e cooperação . 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 108 p.

YAZBEK, André Constantino. 10 lições sobre Foucault. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 133 p. (Coleção 10 lições)

Bibliografia Complementar:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da educação*. 2ª ed., São Paulo: Moderna, 1996.

BRANDÃO, Zaia. A crise dos paradigmas e a educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995 104 p.

COLOMBO, Luis Augusto Beraldi. Comenius, a educação e o ciberespaço. 1. ed. Bragança

Paulista, SP: Comenius, 2006. 229 p.

FREIRE, Paulo. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*, em coautoria com Ira Shor. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

VASQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DGEL133 - Literatura Portuguesa I

Ementa: A Literatura Portuguesa da Idade Média: a lírica trovadoresca. O Humanismo português: a poesia palaciana e o teatro medieval. O Classicismo: Camões lírico e épico. O Barroco português. A poesia Arcade e pré-romântica.

Bibliografia Básica:

AMORA, Antônio Soares. *Era clássica*. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2008. 384 p. (Presença da literatura portuguesa)

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa através dos textos*. 32. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 2010. 686 p.

SPINA, Segismundo. *Era medieval*. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: DIFEL, 2006. 288 p. (Presença da literatura portuguesa)

Bibliografia complementar:

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. São Paulo: M. Claret, 2010, c2000. 279 p.

CORREIA, Natália. *Antologia da poesia do período barroco*. Lisboa: Moraes Editores, 1982.

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira*, volume I : das origens ao romantismo. 7. ed., rev. e atua. São Paulo, SP: Cultrix, 2012.

SARAIVA, Antônio José; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. Porto: Ed. Porto, 1993.

VIEIRA, Antonio. *Sermões escolhidos*. 2. ed. São Paulo, SP: M. Claret, 2003. 221 p.

DGEL145 - Estudos Diacrônicos do Português

Ementa:

Introdução aos estudos diacrônicos das línguas românicas, primando, sobretudo, pela observação da história e formação da Língua Portuguesa.

Bibliografia Básica:

BASSETO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica*. 2 volumes. São Paulo: Edusp, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Ática, 1999.

Bibliografia Complementar:

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *História da linguística*. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

SILVA, Rosa Virginia Mattos e. *O Português Arcaico: fonologia, morfologia, sintaxe*. São Paulo: Contexto: 2006.

SPINA, Segismundo et al. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

NARO, Anthony Julius. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007

DGEL163 - Linguística do Texto

Ementa:

Trajatória da Linguística Textual. Referenciação. Formas de articulação textual. Estratégias textual-discursivas de construção do sentido. Intertextualidade. Gêneros e tipos textuais.

Bibliografia Básica:

BAZERMAN, C. 2009. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. In: Dionísio, A. P.; Hoffnagel, J. C. (orgs.). São Paulo: Cortez.

FÁVERO, L. L. 1999. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática.

GUIMARÃES, R. V. M. *Linguística do texto*. Lavras: UFLA, 2013. GUIA DE ESTUDOS

KOCH, I. G. V. 2009. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. 1. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2005. 199 p.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo, SP: Contexto, 2009. 118 p.

KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. 2007. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez.

_____. 2000. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto.

MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée (Org.). *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. 316 p. (Signum)

DGEL165 - Morfossintaxe do Português I

Ementa:

Conceitos de Morfologia, Sintaxe e Morfossintaxe. Morfe, Morfema e Alomorfe. Formação de Palavras. Limites entre morfologia e sintaxe. Revisão dos critérios de classificação morfossintáticos: semântico, mórfico e sintático. Classes de palavras. Categorias gramaticais: adjetivo, advérbio, verbo e seus processos morfossintáticos. Formação de palavras: limites entre o morfológico e o léxico. Discussão crítica dos processos de derivação e composição.

Bibliografia Básica:

AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à Sintaxe do Português*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 124

SOUZA E SILVA, Maria C. P. & KOCH, Ingedore G. V. *Linguística Aplicada ao Português: Morfologia*. São Paulo: Cortez, 1992.

VIEIRA, M. S. P. *Morfossintaxe I*. Lavras: UFLA, 2013. GUIA DE ESTUDOS

Bibliografia Complementar:

BASILIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2009. 93 [2] p. ISBN 9788572442718

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *Problemas de linguística descritiva*. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 91

FREITAS, Horácio Rolim de. *Princípios de morfologia: visão sincrônica*. 5. ed., rev. ampl. com exercícios e respostas. Rio de Janeiro, RJ: Lucerna, 2007. 223 p. (Pontos essenciais ;)

SOUZA E SILVA, Maria C. P. & KOCH, Ingedore G. V. *Linguística Aplicada ao Português: Sintaxe*. São Paulo: Cortez, 1992.

KEHDI, Valter. *Morfemas do português*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2007. 72 p. (Princípios ; 188)

DGEL180 - Sociolinguística

Ementa:

Noções básicas da sociolinguística variacionista, antecedentes históricos e sociais. Estudo da variação e da mudança linguística e os fatores condicionantes. Normas linguísticas e as implicações no ensino de língua materna.

Bibliografia Básica:

FARACO, C. A. Norma culta brasileira: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

HERZOG, M. I.; LABOV, W.; WEINRICH, U. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. São Paulo: Parábola, 2006.

LEMOS, J. M. Para compreender Labov. Petrópolis: Vozes, 2008.

Bibliografia Complementar:

ALKIMIN, T. Sociolinguística I. In.: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. Introdução à Linguística: domínios e fronteiras. V. 1. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 20-47.

BAGNO, M. Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. (orgs.) Ensino de português e sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2014.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.) Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, C. M. N. de.; Görski, E. M.; MAY, G. H.; COELHO, I. L. Para conhecer sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2015.

DGEL199 - Práticas Pedagógicas com Tecnologias Digitais I

Ementa:

Histórico da tecnologia na educação; Ampliação da prática pedagógica diante das possibilidades de interfaces online, recursos multimídia, aplicativos móveis, redes sociais e tecnologias emergentes; Ferramentas digitais.

Bibliografia Básica:

BARTON, David; LEE, Carmen. Linguagem online: textos e práticas digitais. São Paulo, SP: Parábola, 2015. 270 p. (Coleção linguagens e tecnologias, 1). ISBN 9788579340888.

JESUS, Dánie Marcelo de; MACIEL, Ruberval Franco (Org.). Olhares sobre tecnologias digitais: linguagens, ensino, formação e prática docente. Campinas, SP: Pontes, 2015. 387 p. (Coleção novas perspectivas em linguística aplicada, v. 44). ISBN 9788571136120.

RIBEIRO, Ana Elisa. Escrever, hoje: palavra, imagem e tecnologias digitais na educação. São Paulo, SP: Parábola, 2018. 126 p. (Linguagens e tecnologias, 6). ISBN 9788579341465.

Bibliografia Complementar:

CHAPELLE, Carol. *Computer applications in second language acquisition: foundations for teaching, testing and research*. Cambridge, GB: Cambridge University Press, 2001. 215 p. (Cambridge applied linguistics). ISBN 9780521626460.

COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa (Org.). *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. 2. ed. Belo Horizonte, MG: UFMG, Autêntica, 2007. 244 p. (Coleção linguagem e educação). ISBN 9788575261705.

RAPAPORT, Ruth. *Comunicação e tecnologias no ensino de línguas*. Curitiba, PR: Intersaberes, 2012. ISBN 9788582121283. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/6171/pdf/1>. Acesso em: 27 abr. 2021.

SAMPAIO, Marisa Narcizo; LEITE, Lígia Silva. *Alfabetização tecnológica do professor*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 110 p. ISBN 9788532622686.

TAJRA, Sanmya Feitosa. *Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade*. 9. ed. São Paulo, SP: Érica, 2008. ISBN 9788536522265. E-book.

Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522265/cfi/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

Módulo 4

DGDE107 - Didática

Ementa:

O fenômeno educativo e suas relações com o contexto cultural, histórico e social. A didática, o seu objeto de estudo e o seu papel na formação de professores. As principais tendências pedagógicas do pensamento educacional brasileiro e suas influências no processo ensino-aprendizagem no cotidiano da escola. As questões teóricas e práticas relacionadas ao planejamento do ensino e considerações sobre a sala como espaço de produção do conhecimento. Reflexões sobre a avaliação como ato educativo, cujo principal papel consiste na construção da efetiva aprendizagem escolar.

Bibliografia Básica:

BUNZEN, Clecio ; MENDONÇA, Márcia (Org.). *Português no ensino médio e formação do professor*. 2. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2007. 255 p.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

XIMENES-ROCHA, S. H.; COLARES, M. L. I. S.; ALVARENGA, C. T. *Didática*. Porto Velho: UNIR, 2010. GUIA DE ESTUDOS

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. 2. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2009. 238

p. (Estratégias de ensino ; 10).

CORACINI, Maria José; BERTOLDO, Ernesto (orgs). *O desejo da teoria e a contingência da prática: discurso sobre língua materna e língua estrangeira na sala de aula*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

KLEIMAN, Angela (Org.). *A formação do professor: perspectivas da linguística aplicada*.

Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001. 342 p.

ROJO, R. (org.) *A Prática de Linguagem em Sala de Aula: praticando os PCNs*. Campinas: Mercado de Letras. 2000

VALENTE, André (Org.). *Aulas de português: perspectivas inovadoras*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, c1999. 268 p.

DGEL134 - Literatura Portuguesa II

Ementa:

O Romantismo português: as obras e os autores representativos. A estética Realista: a prosa e a poesia. A poesia simbolista. A prosa e a poesia Modernista. Panorama da Literatura Contemporânea.

Bibliografia Básica:

FURLAN, S. *Literatura portuguesa II*. Florianópolis: LLV/CCE/USFC, 2012. GUIA DE ESTUDOS
OLIVEIRA, S. A. *Literatura portuguesa III*. Florianópolis: LLV/CCE/USFC, 2010. GUIA DE ESTUDOS
MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa através dos textos*. 33. ed., rev. e ampl. São Paulo, SP: Cultrix, 2012. 740 p
MOISÉS, Massaud. *Modernismo*. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2006. 330 p. (Presença da literatura portuguesa ;
MOISÉS, Massaud. *Romantismo-realismo*. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: DIFEL, 2006. 356 p. (Presença da literatura portuguesa ;

Bibliografia Complementar:

DUARTE, Isabel Margarida Ribeiro de Oliveira. *O relato de discurso na ficção narrativa: contributos para a análise da construção polifónica de Os Maias de Eça de Queirós*. Lisboa, PO: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 517 p.
QUEIROZ, Eça de. *A cidade e as serras*. Lisboa, PO: Lello, 1932 371 p
SANTILLI, Maria Aparecida. *Paralelas e tangentes: entre literaturas de língua portuguesa*. São Paulo, SP: Arte & Ciência, 2003. 339 p
SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 17 ed., corr. e actual. Porto, PO: Porto Editora, 2008.
SARAIVA, António José. *Iniciação à literatura portuguesa*. 1. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010, 1999. 170 p

DGEL166 - Morfossintaxe do Português II

Ementa:

Funções sintáticas e sua relação com processos morfológicos e semânticos. Estrutura de superfície e estrutura profunda. Conceito de Sintagma. Conceito de oração e período. Período simples. Funções do vocábulo no período simples. Termos essenciais, integrantes e acessórios. Implicações na sala de aula.

Bibliografia Básica:

AMORIM, M. F. *Morfossintaxe do português II*. Lavras: UFLA, 2013. GUIA DE ESTUDOS
AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. [2. ed.]. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2009.
AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe do português*. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 2007. 172 p.
SOUZA E SILVA, Maria C. P. & KOCH, Ingedore G. V. *Linguística Aplicada ao Português: Sintaxe*.

São Paulo: Cortez, 1992.

Bibliografia Complementar:

CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. 6. ed. São Paulo, SP: Ática, 2006. 86 p.

PERINI, Mário. *Gramática Descritiva do Português*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 4 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2000. 68 p.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo, SP: Contexto, 2006. 203 p.

SAUTCHUK, Inez. *Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática*. 2. ed. São Paulo, SP: Manole, 2010. 250p

DGEL181 - Estudos discursivos

Ementa: Enunciação e discurso. Texto e discurso. Sujeito, história e linguagem. Condições de produção. Memória e interdiscurso. Esquecimentos. Paráfrase e polissemia. Relações de força e relações de sentido. Formações imaginárias. Formações ideológicas e formações discursivas. Ideologia e sujeito. Incompletude: movimento, deslocamento e ruptura. Polifonia. Silêncio e sentido.

Bibliografia Básica:

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. *Análise automática do discurso*. In: GADET, F, HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

POSSENTI, Sírio. *Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas*. In: MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar:

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

_____. *Questões de estilística no ensino da língua*. São Paulo: Editora 34, 2013.

CORACINI, Maria José (org.). *O jogo discursivo na aula de leitura*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Interpretação, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4.ed. Campinas, SP: Pontes 1996a.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: EDUCAMP, 1993

VOLÓCHINOV, Valentin N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2017.

DGEL200 - Práticas Pedagógicas com Tecnologias Digitais II

Ementa:

Objetos de aprendizagem; diferentes abordagens e técnicas para utilização de recursos tecnológicos digitais na prática pedagógica; Mudança de papéis para professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem mediado pela tecnologia.

Bibliografia Básica:

BARTON, David; LEE, Carmen. Linguagem online: textos e práticas digitais. São Paulo, SP: Parábola, 2015. 270 p. (Coleção linguagens e tecnologias, 1). ISBN 9788579340888.

JESUS, Dánie Marcelo de; MACIEL, Ruberval Franco (Org.). Olhares sobre tecnologias digitais: linguagens, ensino, formação e prática docente. Campinas, SP: Pontes, 2015. 387 p. (Coleção novas perspectivas em linguística aplicada, v. 44). ISBN 9788571136120.

RIBEIRO, Ana Elisa. Escrever, hoje: palavra, imagem e tecnologias digitais na educação. São Paulo, SP: Parábola, 2018. 126 p. (Linguagens e tecnologias, 6). ISBN 9788579341465.

Bibliografia Complementar:

CHAPELLE, Carol. Computer applications in second language acquisition: foundations for teaching, testing and research. Cambridge, GB: Cambridge University Press, 2001. 215 p. (Cambridge applied linguistics). ISBN 9780521626460.

COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa (Org.). Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 2. ed. Belo Horizonte, MG: UFMG, Autêntica, 2007. 244 p. (Coleção linguagem e educação). ISBN 9788575261705.

RAPAPORT, Ruth. Comunicação e tecnologias no ensino de línguas. Curitiba, PR: Intersaberes, 2012. ISBN 9788582121283. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/6171/pdf/1>. Acesso em: 27 abr. 2021.

SAMPAIO, Marisa Narcizo; LEITE, Lígia Silva. Alfabetização tecnológica do professor. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 110 p. ISBN 9788532622686.

TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. 9. ed. São Paulo, SP: Érica, 2008. ISBN 9788536522265. E-book.

Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522265/cfi/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

DNEL0463 - Atividades Curriculares de Extensão II

Ementa:

Integração com a comunidade e com escolas de Educação Básica para o desenvolvimento de ações extensionistas que articulem os diferentes conhecimentos que compõem os saberes da área de Letras com a prática profissional, com vistas a qualificar o exercício da docência na educação básica. Elaboração e execução de propostas de atividades de extensão que proporcionem o trabalho interdisciplinar em sala de aula e em outros espaços comunitários/ambientes de aprendizagem, de modo a estabelecer um diálogo com a comunidade.

Bibliografia Básica:

BENDER, William N. Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre, RS: Penso, 2014. 159 p. ISBN 9788584290017.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). Didática e interdisciplinaridade. 17. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. 192 p. (Coleção Praxis). ISBN 9788530805029.

NEVES, Adriana Freitas et al. (Org.). Estudos interdisciplinares em humanidades e letras. São Paulo, SP: Editora Blucher, 2016. ISBN 9788580391664. E-book. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580391664/cfi/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

Bibliografia Complementar:

NASCIMENTO, Jarbas Vargas; FERREIRA, Anderson. (Org.). Discurso e cultura. São Paulo, SP: Editora Blucher, 2018. ISBN 9788580393668. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/171164/pdf/>. Acesso em: 27 abr. 2021.
MARKHAM, Thom; LARMER, John; RAVITZ, Jason (Org.). *Aprendizagem baseada em projetos: guia para professores de ensino fundamental e médio*. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008. 200 p. (Biblioteca Artmed. Prática pedagógica). ISBN 9788536311081.

NOGUEIRA, Adriano (Org.). *Contribuições da interdisciplinaridade: para a ciência, para a educação, para o trabalho sindical*. Petropolis, RJ: Vozes, APP-Sindicato, 1994. 102 p. ISBN 8532612806.

PESSOA, Valda Inês Fontenele. *Currículo e interdisciplinaridade na formação de professores*. Rio Branco, AC: Edufac, 2018. 150 p. ISBN 9788582360774.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. FERNANDES, Valdir; PACHECO, Roberto C. S. (Ed.). *Ensino, pesquisa e inovação: desenvolvendo a interdisciplinaridade*. Barueri, SP: Manole, 2017. ISBN 9788520455371. E-book. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520455371/cfi/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

Módulo 5

DGEL115 - Literatura Brasileira I

Ementa:

Reflexão sobre o conceito de Literatura Brasileira e as relações entre literatura e dependência cultural. Estudo das manifestações literárias brasileiras do período colonial, tais como as crônicas dos viajantes europeus, o teatro dos jesuítas, os sermões de Antônio Vieira, a poesia de Gregório de Matos e as obras dos poetas árcades, como Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Basílio da Gama, entre outros. Apresentação de abordagens voltadas para o ensino de literatura.

Bibliografia Básica:

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4. ed., acrescida de posfácio São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2012.

COUTINHO, Afrânio. *Conceito de literatura brasileira*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

Bibliografia Complementar:

ÁVILA, Affonso. *O poeta e a consciência crítica: uma linha de tradição, uma atitude de vanguarda*. [3. ed. rev. e ampl.]. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura Brasileira*. 46. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

CANDIDO, Antonio; CASTELLO, J. Aderaldo. *Presença da literatura brasileira: história e antologia I : das origens ao realismo*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 7. ed. São Paulo: global, 2004. 6 v.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O espírito e a letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 2 v.

DGEL137 - Literaturas Africanas de Língua Portuguesa

Ementa:

Presença da língua portuguesa na África. Contexto sócio histórico e cultural dos países africanos de língua portuguesa. Etnia e nacionalidade. Usos e costumes dos povos africanos de língua

portuguesa. Origens da Literatura Africana de língua portuguesa. A literatura colonial. O movimento “Negritude”. A literatura dos movimentos nacionais de independência. A literatura pós-colonial. Literatura e História.

Bibliografia Básica:

SECCO, Carmen Lúcia Tindó; SALGADO, Maria Teresa; JORGE, Silvio Renato (Org.). *Pensando África: literatura, arte, cultura e ensino*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. 255 p

COUTO, Mia. *Antes de nascer o mundo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, [2010]. 277 p

SANTILLI, Maria Aparecida. *Paralelas e tangentes: entre literaturas de língua portuguesa*. São Paulo, SP: Arte & Ciência, 2003. 339 p. (Via Atlântica ; 4).

Bibliografia Complementar:

APA, Lúvia; BARBEITOS, Arlindo; DÁSKALOS, Maria Alexandre. *Poesia Africana de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lacerda editores, 2000.

HAMILTON, Russel G. *Literatura africana literatura necessária I: Angola*. Lisboa: Edições 70, 1981.

HAMILTON, Russel G. *Literatura africana literatura necessária II: Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições 70, 1984.

LARANJEIRA, Pires. *De letra em riste. Identidade, autonomia e outras questões nas literaturas de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe*. Porto: Afrontamento, 1992.

COUTO, Mia. *O fio das missangas: contos*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, [2010]. 147 p

SANTILLI, Maria Aparecida. *Africanidade*. São Paulo: Ática, 1985.

DGEL150 - Metodologia e Prática de Ensino de Língua Portuguesa

Ementa:

Concepções de ensino de língua (prescritivo, descritivo e produtivo). Abordagens interacionais e sua relação com encaminhamentos teórico-metodológicos voltados ao ensino-aprendizagem da oralidade, leitura e da produção de textos na Educação Básica. Ensino de gramática: a prática de análise e reflexão linguísticas. Planejamento de aulas e avaliação da aprendizagem. Função do professor de língua materna. Uso do livro didático na sala de aula. Produção de materiais didáticos. Utilização de ferramentas tecnológicas no ensino de Língua Portuguesa.

Bibliografia Básica:

BRITTO, Luiz Percival Leme. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

BUNZEN, Clecio ; MENDONÇA, Márcia (Org.). *Português no ensino médio e formação do professor*. 2. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2007. 255 p. (Estratégias de ensino)

CANO, M. R. O. *Metodologia e prática de ensino de língua portuguesa*. Lavras: UFLA, 2014. GUIA DE ESTUDOS

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée (Org.). *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro & interação*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2010.

ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. *Língua materna: letramento, variação & ensino*. 4.ed. São Paulo: Parábola, 2007.

CORREA, Djane Antonucci (Org) (Org.). *A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino*. São Paulo: Parábola, 2007.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2008.

KLEIMAN, Ângela (Org.). *A formação do professor: perspectivas da linguística aplicada*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001. 342 p. (Ideias sobre linguagem) -

MENDES, Edleise; CASTRO, Maria Lúcia Souza (Org.). *Saberes em português: ensino e formação docente*. Campinas: Pontes, 2008.

DGEL167 - Morfossintaxe do português III

Ementa:

Processos de articulação sintática: estudo do período composto por coordenação, por subordinação e correlação sintática. Perspectiva tradicional e sintaxe funcionalista: implicação dos estudos sintáticos na sala de aula. Estudo da textualidade.

Bibliografia Básica:

AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à Sintaxe do Português*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BECHARA, Evanildo. *Lições de Português pela análise sintática*. 16 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2014.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004.

SOUZA E SILVA, Maria C. P. & KOCH, Ingedore G. V. *Linguística Aplicada ao Português: Sintaxe*. São Paulo: Cortez, 1992.

Bibliografia Complementar:

BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. 5. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2010.

CUNHA, Angélica F. Funcionalismo. In: MARTELOTA, Mário Eduardo (Org.) *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2010, p.157-176.

CARONE, Flávia B. *Subordinação e Coordenação. Confrontos e contrastes* 3. ed. São Paulo: Ática, 1993.

PERINI, Mário. *Gramática Descritiva do Português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2011.

SAUTCHUK, Inez. *Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática*. 2. ed. São Paulo, SP: Manole, 2010.

DEEL0485 - Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e suas literaturas I

Ementa:

Estudo, observação e investigação da realidade escolar. Pesquisa bibliográfica e discussões que enriqueçam reflexões críticas sobre os fatos observados na escola. Elaboração e execução de projetos didáticos que contribuam para a aprendizagem dos alunos, formação inicial e iniciação a pesquisa. Discussão sobre a realidade observada na escola, os assuntos estudados sobre o ensino de língua portuguesa e a realidade da dinâmica do espaço escolar.

Bibliografia Básica:

FONSECA, M. F. Estágio supervisionado. Lavras: UFLA, 2014. GUIA DE ESTUDOS

MEURER, José Luiz; MOTTA-ROTH, Désirée (Org.). Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem. Bauru, SP: EDUSC, 2002. 316 p.

NEVES, Maria Helena de Moura. Que gramática estudar na escola?: norma e uso na língua portuguesa. 4. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2011. 174 p.

SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 1998. 194 p. (Biblioteca Artmed).

Bibliografia Complementar:

ANDRÉ, Marli (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 5. ed. Campinas: Papirus, 2006.

CARDOSO, Cancionila Janzkovski. Da oralidade a escrita: a produção do texto narrativo no contexto escolar. Cuiabá, MT: UFMT/INEP/MEC, 2000 284 p.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008. 296 p. (Coleção docência em formação. Saberes pedagógicos).

ROJO, Roxane (Org.). A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs. São Paulo: EDUC, 2000 247 p. (As faces da linguística aplicada).

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autentica, 2012. 124 p. (Linguagem & educação).

VALENTE, André (Org.). Aulas de português: perspectivas inovadoras. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, c1999. 268p.

Módulo 6

DGEL116 - Literatura Brasileira II
<p>Ementa: Estudo do contexto cultural, social e político do Romantismo brasileiro e das principais vertentes de sua literatura: a poesia de Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo e Castro Alves; a narrativa de José de Alencar. Apresentação da Literatura Brasileira pós-romântica e de seus principais autores: Realismo e Naturalismo – as narrativas de Aluísio Azevedo e Machado de Assis; Parnasianismo e Simbolismo – a poesia de Olavo Bilac e Cruz e Sousa. Introdução às produções literárias brasileiras das primeiras décadas do século XX: Euclides da Cunha, Lima Barreto e Augusto dos Anjos. Apresentação de abordagens voltadas para o ensino de literatura.</p>
<p>Bibliografia Básica: BOSI, Alfredo. História concisa da literatura Brasileira. 46. ed. São Paulo: Cultrix, 2010. CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2012. SCHWARZ, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis . 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2008.</p>
<p>Bibliografia Complementar: CANDIDO, Antonio. A educação pela noite. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. CANDIDO, Antonio; CASTELLO, J. Aderaldo. Presença da literatura brasileira: história e antologia II : Modernismo. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. SCHWARZ, Roberto. Que horas são?: ensaios . 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República . 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. SÜSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem . São Paulo: Companhia das Letras, 2008.</p>
DGEL 149 - Metodologia de Pesquisa em Letras
<p>Ementa: O método científico. Natureza das questões epistemológicas na área de Letras. Pesquisa Quantitativa em Letras. Pesquisa Qualitativa em Letras. Pesquisa-participante. Relações interdisciplinares da pesquisa em Letras. O artigo científico.</p>
<p>Bibliografia Básica: NINIM, O. Metodologia de Pesquisa em Letras. UFLA, 2014 (Guia de estudos). GUIA DE ESTUDOS SEVERINO, Antônio J. <i>Metodologia do trabalho científico</i>. 20. ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez, 1996.</p>

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 23 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996.

Bibliografia Complementar:

ANDRÉ, Marli E. D. *Etnografia da prática escolar*. Papirus, Campinas, SP, 1995.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: Informação e documentação, referências, elaboração*. Rio de Janeiro, 2002.
BASTOS, Lília da Rocha et al. *Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias*. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2003.
BATISTA, Orlando Antunes. *Problemas lingüísticos na escritura do discurso científico*. 1. ed. Adamantina, SP: Omnia, 2002. 169 p.
CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (Org.). *Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas*. 23. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010. 224 p.

DGEL151 - Metodologia e prática de ensino de língua portuguesa II

Ementa:

Gêneros textuais e ensino da leitura e da produção escrita. Sequência didática. Práticas de Letramentos mediadas por tecnologias digitais. Letramento multimodal e práticas de leitura e escrita. A escrita colaborativa. Estudo do léxico em sala de aula. A produção do gênero memorial.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo, SP: Parábola, 2003. 181 p. (Aula, 1). ISBN 9788588456150.
BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (Org.). *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo, SP: Parábola, 2006. 255 p. (Estratégias de ensino, 2). ISBN 9788588456518.
CANO, Márcio Rogério de Oliveira (Org.). *Língua portuguesa: sujeito, leitura e produção*. São Paulo, SP: Blucher, 2016. 163 p. (Coleção a reflexão e a prática no ensino médio, 1). ISBN 9788521210450.

Bibliografia Complementar:

MARCONDES, Beatriz; MENEZES, Gilda; TOSHIMITSU, Tahís. *Como usar outras linguagens na sala de aula*. São Paulo, SP: Contexto, 2011. 151 p. (Como usar na sala de aula). ISBN 9788572441241.
PEREIRA, Regina Celi (Org.). *Ações de linguagem: da formação continuada à sala de aula*. João Pessoa, PB: Ed. da UFPB, 2010. 199 p. ISBN 9788577454907.
RIOLFI, Claudia Rosa et al. *Ensino de língua portuguesa*. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2008. 232 p. (Coleção ideias em ação.). ISBN 9788522116324.
SANTOS, Leonor Werneck dos; RICHE, Rosa Cuba; TEIXEIRA, Claudia Souza. *Análise e produção de textos*. São Paulo, SP: Contexto, 2012. (Linguagem ensino). ISBN 9788572447188. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3466/pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.
VALENTE, André (Org.). *Aulas de português: perspectivas inovadoras*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, c1999. 268 p. ISBN 8532622399.

DGEL168 - Semântica e Pragmática

Ementa:

Breve histórico da semântica. Definição de significado linguístico. Homonímia, polissemia, sinonímia. Sentido e referência. Implicaturas, acarretamento e pressuposição. Sinonímia, paráfrase, antonímia, contradição e anomalia. Dêixis e anáfora. Papéis Temáticos. Ambiguidade

e vagueza. A linguagem em uso. Significado do falante/significado contextual. Enunciado e enunciação: pessoa, espaço, tempo. Sentido literal e sentido comunicado. Atos de fala. Máximas conversacionais. Implicaturas: subentendidos. Pragmática e ensino de língua materna.

Bibliografia Básica:

ARMENGAUD, F. *A Pragmática*. São Paulo: Parábola, 2006.

PLAZA-PINTO, J. Pragmática. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A.C. *Introdução à linguística II: Domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. p.47-68.

SEARLE, John R. *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos da fala*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Bibliografia Complementar:

DIJK, Teun A. Van. *Cognição, discurso e interação*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

FIORIN, J.L. A linguagem em uso. In: _____. *Introdução à linguística*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 165-186.

ILARI, Rodolfo, GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. São Paulo: Ática, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DGEL184 - Escola e Currículo: Avaliação, Currículo e Planejamento Educacional

Ementa:

Determinações histórica, cultural, epistemológica, social e ideológica do currículo. Paradigmas técnico, prático e crítico e suas implicações para o processo de desenvolvimento curricular. Pós-modernidade e suas implicações no currículo escolar. Perspectivas construtivistas, pós-construtivista e sociointeracionista do currículo escolar. Pressupostos sócio-filosóficos de propostas curriculares de diferentes sistemas de educação, níveis de ensino e escolas. O currículo no cotidiano da escola pública.

Bibliografia Básica:

DEMO, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. 12. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

GIMENO SACRISTÁN, José. *O Currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2000.

LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 22. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011

Bibliografia Complementar:

APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro. *Currículo e epistemologia*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2007.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Org.). *Currículo: debates contemporâneos*. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 19. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.). *Currículo: questões atuais*. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

DEEL0486 - Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e suas Literaturas II**Ementa:**

Continuidade do estudo e investigação sobre a escola e, contribuição na produção de materiais relevantes para as atividades que se realizam nela em coparticipação com os professores regentes de Língua Portuguesa. Estudo e observação de aulas teóricas e práticas. Análise de documentos escolares. Preparo e correção de avaliações e exercícios. Planejamento e regência de aulas/ atividades (teóricas e práticas). Elaboração e execução de projetos didáticos que contribuam para a aprendizagem dos alunos, formação inicial e iniciação à pesquisa.

Bibliografia Básica:

FRANCHI, Eglê. *E as crianças eram difíceis...: a redação na escola*. 2. ed. São Paulo, SP: M. Fontes, 2002. xv, 244 p

FONSECA, M. F. *Estágio supervisionado*. Lavras: UFLA, 2014. GUIA DE ESTUDOS

GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto na sala de aula*. 5. ed. São Paulo, SP: Ática, 2011. 136 p. (Na sala de aula).

GERALDI, João Wanderley. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. 2. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009. 142 p. (Leituras no Brasil).

Bibliografia Complementar:

BRITTO, Luiz Percival Leme. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas/SP: ALB/Mercado de Letras, 1997.

PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). *a prática de ensino e o estágio supervisionado*. 24. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012. 128 p. (Magistério: formação e trabalho pedagógico) ISBN 9788530801595 (broch.) 05 EXE

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e docência*. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008. 296 p. (Coleção docência em formação. Saberes pedagógicos).

VAL, Maria da Graça Costa (Org.); MARCUSCHI, Beth (Org.). UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Centro de Alfabetização, *Leitura escrita. Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania*. 1. ed. Belo Horizonte, MG: UFMG, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita: Autêntica, 2005. 266 p. (Linguagem e educação).

NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola?* São Paulo: Contexto, 2004.

DNEL0464 - Atividades Curriculares de Extensão III**Ementa:**

Integração com a comunidade e com escolas de Educação Básica para o desenvolvimento de ações extensionistas que articulem os conteúdos transversais que compõem a formação de professores da educação básica (inclusão escolar, direitos humanos, ecologia e meio-ambiente, multiculturalismo e questões étnico-raciais, prevenção e combate ao bullying, inserção das tecnologias digitais nas práticas docentes etc.) com os conhecimentos específicos da formação em Letras. Integração entre tais conteúdos e conhecimentos com as dimensões pedagógicas, a prática docente e a inserção de saberes na comunidade, a partir de questões vinculadas ao cotidiano.

Bibliografia Básica:

Laura Monte Serrat. *Temas transversais: como utilizá-los na prática educativa?*. Curitiba, PR: Ibpex, 2014. ISBN 9788582126233. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6197/epub/>. Acesso em: 08 mar. 2023.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo, SP: Ed. da UNESP, 1999. 159 p. (Coleção prismas). ISBN 8571392234.

CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. 5. ed. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 2011. 266 p. ISBN 9788585865146.

CHARTIER, Roger (Org.). Práticas da leitura. 5. ed. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 2011. 266 p. ISBN 9788585865146.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 6. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1996. 840 p. ISBN 8571081441.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1988. 244 p. (Memória e Sociedade).

RIBEIRO, Ana Elisa. Escrever, hoje: palavra, imagem e tecnologias digitais na educação. São Paulo, SP: Parábola, 2018. 126 p. (Linguagens e tecnologias, 6). ISBN 9788579341465.

ROJO, Roxane (Org.). A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs. São Paulo, SP: Mercado das Letras, 2000. 247 p. (Coleção as faces da linguística aplicada). ISBN 9788585725655.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. 146 p.

Módulo 7

DGEL117 - Literatura Brasileira III

Ementa:

Análise dos pressupostos críticos e realizações literárias do Modernismo brasileiro. A Semana de Arte moderna e o Modernismo de 1920: tendências e divisões. O Modernismo de 1930: poesia e romance. Desdobramentos do Modernismo: poesia e prosa nas décadas de 1940 a 1960. Apresentação de abordagens voltadas para o ensino de literatura.

Bibliografia Básica:

ARRIGUCCI JUNIOR, Davi. Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOSI, Alfredo. História concisa da literatura Brasileira. 46. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação crítica dos principais poemas metalinguísticos, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972. 19. ed., rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2009.

Bibliografia Complementar:

ÁVILA, Affonso. O poeta e a consciência crítica: uma linha de tradição, uma atitude de vanguarda. [3. ed. rev. e ampl.]. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BARBOSA, João Alexandre. As ilusões da modernidade/ notas sobre a historicidade da lírica moderna. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. (Coleção Debates)

CANDIDO, Antonio. A Educação pela Noite. [5. ed. rev.]. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

LAFETÁ, João Luiz. A dimensão da noite e outros ensaios. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2004.

WERKEMA, Andréa Sirihal [et al.] (org.). Literatura brasileira: 1930. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

DGEL152 - Metodologia e prática de ensino de língua portuguesa III

Ementa:

Esta disciplina tem por objetivo discutir encaminhamentos metodológicos para o ensino de literatura tendo em vista uma grande dificuldade dos docentes do ensino básico no trabalho com esse conteúdo escolar seja pelo pouco tempo destinado a ele, seja pela necessidade de uma formação continuada que capacite o professor para questões teóricas que precisam estar claras para a compreensão e discussão da BNCC (Base Nacional Curricular Comum) - documento

oficial que regulamenta o ensino no país - e para uma prática de ensino emancipadora. Nesse sentido, esta disciplina explora e analisa com base na Teoria Literária as orientações da BNCC para o ensino de literatura.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2019. E-book. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

Acesso em: 01 jul. 2020.

EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução. 6. ed. São Paulo, SP: M. Fontes, 2006. 387 p. (Biblioteca universal). ISBN 8533622953.

CANO, Márcio Rogério de Oliveira; PORTOLOMEOS, Andréa (Org.). Literatura e subjetividade: aspectos da formação do sujeito nas práticas do Ensino Médio. São Paulo, SP: Blucher, 2016.

ISBN 9788521209607. (A reflexão e a prática no ensino médio, v. 3). E-book. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521209607/cfi/4!/4/4@0.00:48.0>.

Acesso em: 01 jul. 2020

PORTOLOMEOS, Andréa; RODRIGUES, Sophia de Assis. A leitura literária na escola: a teoria na prática ajuda? Humanidades & Inovação, Palmas, v. 7, n. 1, 2020. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2055>. Acesso em: 01 jul. 2020.

Bibliografia Complementar:

COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria: literatura e senso comum. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. 292 p. (Humanitas). ISBN 9788570418319.

GUINSKI, Lilian Deise de Andrade. Estudos literários e culturais na sala de aula de língua portuguesa e estrangeira. Curitiba, PR: Intersaberes, 2012. (Coleção Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira, v. 6). ISBN 9788599583388. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/5920/pdf/1?> Acesso em: 03 de jul. 2020.

ISER, Wolfgang. O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária. 2. ed. rev. Rio de Janeiro, RJ: UERJ, 2017. 423 p. (Matrizes do saber contemporâneo). ISBN 9788575112915.

QUADROS, Deisily de. Metodologia do ensino da literatura juvenil. Curitiba, PR: Intersaberes, 2019. (Série Literatura em Foco). ISBN 9788559729184. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/168138/pdf/3?> Acesso em: 03 de jul. 2020.

CABRAL, Sara Regina Scotta; CAVALCANTE, Moema; PPEREIRA, Mara Elisa Matos. Metodologia de ensino da literatura. Curitiba, PR: Intersaberes, 2012. (Série Por Dentro da Literatura). ISBN 9788578383374. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3244/epub/0?> Acesso em: 03 de jul. 2020.

DPRG114 - Trabalho de Conclusão de Curso I

Ementa:

O trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi instituído como disciplina integrante do currículo do curso, sendo obrigatório para obtenção do grau acadêmico, e tem como objetivo geral, contribuir para a formação do futuro professor, ampliando suas possibilidades de identificar e solucionar os possíveis problemas de sua prática profissional, através da utilização de procedimentos próprios do trabalho de iniciação científica. O TCC tem ainda, dentre seus objetivos, servir de base para a elaboração de artigos científicos na área de letras ou seja, a

elaboração de um trabalho que possa suprir deficiências bibliográficas e servir de referência técnico-teórica para o desempenho da atividade profissional. Especificamente, o Trabalho de Conclusão de Curso pretende permitir que o aluno defina a situação de pesquisa, seus objetivos e metodologia.

Bibliografia Básica:

BASTOS, Lília da Rocha, PAIXÃO, Lyra, FERNANDES, Lucia Monteiro. *Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses e dissertações*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1982.
LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A.. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.
SEVERINO, Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 21. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar:

a ser definida de acordo com a delimitação e as opções teórico-epistemológicas e metodológicas de cada trabalho, na relação orientando-orientador.

DEEL0487 - Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e suas Literaturas III

Ementa:

Ampliação das atividades Estágio II inserindo-se atividades de participação na condução de aulas práticas e teóricas e análise de programas, projetos, materiais didáticos e documentos oficiais. Estudo e planejamento projetos didáticos. Levantamento das especificidades do ensino de Língua Portuguesa. Avaliação: Apresentação de seminários, planejamentos e projetos. Desenvolvimento de materiais didáticos e projetos de ensino. Relatórios e exames. Apresentação de aulas em escolas. Avaliação da disciplina e autoavaliação.

Bibliografia Básica:

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009. 165 p
FONSECA, M. F. *Estágio supervisionado*. Lavras: UFLA, 2014. GUIA DE ESTUDOS
MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 1. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2008. 295 p. (Educação linguística ; 2).
TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 13. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009. 245 p.

Bibliografia Complementar:

BRITTO, Luiz Percival Leme. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008. 288 p.
BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (Org.). *Português no ensino médio e formação do professor*. 2. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2007. 255 p. (Estratégias de ensino ; 2)
MENDES, Edleise; CASTRO, Maria Lúcia Souza (Org.). *Saberes em português: ensino e formação docente*. Campinas, SP: Pontes, 2008. 203 p
PIMENTA, Selma Garrido. *O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?* 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 224 p.
SMITH, Frank. *Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler*. 4. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2003. 423 p.
NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola?* São Paulo: Contexto, 2004.

DGDE105 - Língua Brasileira de Sinais

Ementa:

Libras. A linguagem e a surdez. A Surdez. Identificação da criança com surdez. Educação Bilíngue e sua operacionalização. Considerações sobre a língua brasileira de sinais. LIBRAS. Considerações sobre a língua portuguesa oral e escrita. Importância do atendimento da pessoa com surdez. Capacitação e qualificação de professores. Desenvolvimento da linguagem interior na etapa pré-linguística. Desenvolvimento da linguagem receptiva na fase pré-linguística. Desenvolvimento da linguagem expressiva na fase linguística.

Bibliografia Básica:

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina (Ed.). Novo deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira, baseado em linguística e neurociências cognitivas. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo, SP: EDUSP, 2013. 2 v.
QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem . Porto Alegre, RS: Artmed, 2008, 1997. 126 p.
QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília, DF: MEC, [2006]. 120 p.

Bibliografia Complementar:

CAIADO, Katia Regina Moreno. Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos . Campinas, SP: Autores Associados, 2003 150 p. (Coleção Educação contemporânea).
GÓES, Maria Cecília Rafael de. Linguagem, surdez e educação. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. 97 p. (Educação contemporânea).
FALCÃO, Luiz Albérico. Surdez, cognição visual e libras: estabelecendo novos diálogos. Recife, PE: Ed. do Autor, 2010. 420 p.
LOURENÇO, Érika. Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva. Belo Horizonte, MG: Autêntica; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010. 85 p. (Cadernos da diversidade).
VELLOSO, João Paulo dos Reis (COORD.). Construindo sociedade ativa e moderna e consolidando o crescimento com inclusão social. Rio de Janeiro, RJ: J. Olympio, 2010. 346 p

DGEL118 - Literatura brasileira IV

Ementa: Literatura brasileira: dos anos 1960 à contemporaneidade. Poesia Concreta, Tropicalismo e poesia marginal. Engajamentos da prosa literária nas décadas de 1960 e 1970. Introdução à poesia e à ficção brasileiras contemporâneas: caminhos e tendências. Apresentação de abordagens voltadas para o ensino de literatura.

Bibliografia Básica: AGUILAR, Gonzalo. Poesia concreta brasileira: as vanguardas na encruzilhada modernista. São Paulo: EDUSP, 2005.

MODRO, Nielson Ribeiro. Poesia brasileira contemporânea. 1. ed. Jaraguá do Sul: Design Editora, 2007.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. Ficção brasileira contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Bibliografia Complementar: ANTUNES, Benedito; FERREIRA, Sandra. 50 anos depois: estudos literários no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BOSI, Alfredo. "Situação e formas do conto brasileiro contemporâneo". In: _____. O conto brasileiro contemporâneo. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde, 1960/70 . 5. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

MENDES, Lauro Belchior (org.). Memórias do presente: ensaios de literatura contemporânea. Belo Horizonte: Pos-Lit/FALE/UFMG, 2000.

SALGUEIRO, Wilberth Claython Ferreira. *Forças & formas: aspectos da poesia brasileira contemporânea (dos anos 70 aos 90)*. Vitória: EDUFES, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2002.

DGEL185 - Tópicos sobre Inclusão Escolar

Ementa:

Fundamentos do Ensino Inclusivo. Educação Inclusiva como princípio e como processo. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. A formação do professor na escola inclusiva. Tecnologia Assistiva.

Bibliografia Básica:

BERTONI, Sônia; LIMA, Solange Rodvalho (Org.). *Diversidade e educação especial*. Uberlândia, MG: Hebron, 2012. 3 v.
CAIADO, Katia Regina Moreno. *Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003 150 p. (Coleção Educação contemporânea).
VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Bibliografia Complementar:

LOURENÇO, Érika. *Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva*. Belo Horizonte, MG: Autêntica; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010. 85 p. (Cadernos da diversidade)
EDUCAÇÃO inclusiva: tecendo gênero e diversidade sexual nas redes de proteção. Lavras, MG: Ed. UFLA, 2008. 317 p
FÁVERO, Osmar; IRELAND, Timothy Denis (Org.). *Educação como exercício de diversidade*. Brasília, DF: Unesco, MEC, 2007. 476 p. (Coleção educação para todos ; 7
REILY, Lucia Helena. *Escola inclusiva: linguagem e mediação*. Campinas, SP: Papirus, 2004.
TEIXEIRA, Josele; NUNES, Liliane. *Avaliação inclusiva: a diversidade reconhecida e valorizada*. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2010. 125 p.

DPRG 124 - Trabalho de Conclusão de Curso II

Ementa:

O trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi instituído como disciplina integrante do currículo do curso, sendo obrigatório para obtenção do grau acadêmico, e tem como objetivo geral, contribuir para a formação do futuro professor, ampliando suas possibilidades de identificar e solucionar os possíveis problemas de sua prática profissional, através da utilização de procedimentos próprios do trabalho de iniciação científica. O TCC tem ainda, dentre seus objetivos, servir de base para a elaboração de artigos científicos na área da educação, ou seja, a elaboração de um trabalho que possa suprir deficiências bibliográficas e servir de referência técnico-teórica para o desempenho da atividade profissional. Especificamente, o Trabalho de Conclusão de Curso pretende permitir que o aluno defina a situação de pesquisa, seus objetivos e metodologia.

Bibliografia Básica:

BASTOS, Lília da Rocha, PAIXÃO, Lyra, FERNANDES, Lucia Monteiro. *Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses e dissertações*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
COSTA, Antônio Fernando Gomes da. *Guia para elaboração de relatórios de pesquisa: monografia*. 2 ed. Rio de Janeiro: UNITEC. 1998. 218 p.
LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas,

1982.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A.. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

SEVERINO, Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 21. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar:

a ser definida de acordo com a delimitação e as opções teórico-epistemológicas e metodológicas de cada trabalho, na relação orientando-orientador.

DEEL0488 - Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa e suas Literaturas IV

Ementa:

Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa na educação básica. Análise das condições de produção do ensino-aprendizagem de língua materna na educação básica. Elaboração e aplicação de projeto de intervenção pedagógica em turmas de Língua Portuguesa/Literatura, de educação básica.

Bibliografia Básica:

BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (Org.). *Português no ensino médio e formação do professor*. 2. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2007. 255 p. (Estratégias de ensino ; 2)

MORALES BARCO, Frieda Liliana; FICHTNER, Marília (Coord.). *Era uma vez na escola: formando educadores para formar leitores*. Belo Horizonte, MG: Formato, 2009. 186 p.

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). *Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras*. Campinas: Mercado de Letras: 2001. 224 p.

Bibliografia Complementar:

BURIOLLA, Marta A. Feiten. *O estágio supervisionado*. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2006. 176 p

ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. 3. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2008. 165 p.

COSCARELLI, Carla Viana (Org.); RIBEIRO, Ana Elisa (Org.). UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Centro de Alfabetização, Leitura escrita. *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. 2.ed. Belo Horizonte, MG: UFMG, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, Autêntica, 2007. 244 p.

ECO, Umberto. *Sobre a literatura/ Umberto Eco ; tradução de Eliana Aguiar*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2003. 305 p.

PIMENTA, Selma Garrido. *O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?* 11. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 224 p.

DNEL0465 - Atividades Curriculares de Extensão IV

Ementa:

Integração com a comunidade e com escolas de Educação Básica para o desenvolvimento de ações extensionistas, de modo a fomentar o voluntariado, a prestação de serviços comunitários, o engajamento social e profissional dos licenciandos. Planejamento e implementação de projetos acadêmicos, científicos, culturais ou de outra natureza, com vistas a promover ações articuladas entre a universidade e a comunidade externa.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO FILHO, Targino de; THIOLENT, Michel. *Metodologia para projetos de extensão: apresentação e discussão*. São Carlos, SP: Cubo Multimídia, 2008. 650 p. ISBN 9788560064175.

E-book. Disponível em:

<https://www.comunidadeaprendizagem.com/uploads/materials/208/58ccdbd131c42ed6515fa1df582e24d7.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2022.

MELLO, Cleyson de Moraes; ALMEIDA NETO, José Rogério Moura, PETRILLO, Regina Pentagna. Curricularização da extensão universitária: teoria, prática. Rio de Janeiro, RJ: Processo, 2020. ISBN 9786589351955. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/198121/pdf/>. Acesso em: 13 fev. 2022.

SOUZA, Marcio Vieira; GIGLIO, Kamil (Org.). Mídias digitais, redes sociais e educação em rede: experiências na pesquisa e extensão universitária. São Paulo, SP: Blucher, 2015. ISBN 9788580391282. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/162859/pdf/>. Acesso em: 13 fev. 2022.

Bibliografia Complementar:

CALDERON, Adolfo Ignácio; SAMPAIO, Helena (Org.); BONFIM, Antônia Célia Barros Lins et al. Extensão universitária: ação comunitária em universidades brasileiras. São Paulo, SP: Olho d'Água, 2002. 127 p. ISBN 8585428864.

PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda. Literatura infantil: políticas e concepções. São Paulo, SP: Autêntica, 2008. ISBN 9788582179284. E-book. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582179284/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

COSSON, Rildo. Como criar círculos de leitura na sala de aula. São Paulo, SP: Contexto, 2021. ISBN 9786555411348. E-book. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/195151/pdf/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

REZENDE, Eliane Garcia; VALE, Ana Rute do (org.). Extensão universitária: diálogos e possibilidades. Alfenas, MG: Ed. UNIFAL, 2017. 366 p. ISBN 9788563473257.

SOARES, Magda. Linguagem e escola: uma perspectiva social. 17. ed. São Paulo: Ática, 2008. 95 p. (Fundamentos). ISBN 9788508026944.

DISCIPLINAS ELETIVAS

DGEL189 - Tópicos em Literatura I - Introdução às formas poéticas

Ementa:

A disciplina propõe uma introdução às formas poéticas tradicionais e modernas, a partir do estudo dos seguintes pontos: verso e estrofe; ritmo, métrica e rima; versificação antiga e moderna; o lírico, o épico e o dramático; ode, soneto, canção, balada e outras formas poéticas; o verso livre; a crise do verso e a poesia visual.

Bibliografia Básica:

BOSI, Alfredo. O ser e o tempo da poesia. 8. ed., rev. e ampl. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.

PAZ, Octavio. O Arco e a Lira. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

RAMOS, Maria Luiza. Fenomenologia da obra literária. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

Bibliografia Complementar:

A POÉTICA clássica. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

BILAC, Olavo; PASSOS, Guimarães. Tratado de Versificação. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1956.

CURTIUS, Ernst Robert. Literatura Europeia e Idade Média Latina. São Paulo: EDUSP, 2013.

SPINA, Segismundo. Introdução à poética clássica. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SPINA, Segismundo. Na madrugada das formas poéticas. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

DGEL190 - Tópicos em Literatura II - Estudos Clássicos

<p>Ementa: Introdução ao estudo da poesia elegíaca romana, destacando-se temas e recursos textuais de obras do poeta romano Ovídio (43 a. C. - 17 d. C).</p>
<p>Bibliografia Básica: ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. A Poética clássica. SP: Cultrix, 2005. OVÍDIO. A arte de amar. São Paulo: Martin Claret, 2003. OVÍDIO. Metamorfoses. São Paulo: Martin Claret, 2006.</p>
<p>Bibliografia Complementar: PEREIRA, M. H. R. Estudos de história da cultura clássica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. DUBY, G.; PERROT, M. (Ed.). História das mulheres no ocidente. Porto, PO: Afrontamento, 1990-1991. SPINA, S. Introdução à poética clássica. SP: Martins Fontes, 1995. VERNANT, J. P. Mito e religião na Grécia antiga. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2006. VEYNE, P. (Org.). História da vida privada. Volume 1: do Império Romano ao ano mil. São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2009.</p>

DGEL191 - Tópicos em Literatura III - Literatura na Sala de Aula
<p>Ementa: Trata-se de disciplina que discute a importância do caráter humanizador do conteúdo literário na formação escolar. Essa discussão se expande para debates sobre o fortalecimento desse campo de conhecimento através: 1)- de formação teórica docente que preserve a dimensão estética dos textos literários em sala de aula; 2)- de estudos sobre arte e entretenimento que podem nortear a preparação de uma aula de literatura mais efetiva; 3)- de apontamentos sobre o papel da biblioteca escolar e biblioteca pública no letramento literário do discente.</p>
<p>Bibliografia Básica: PORTOLOMEOS, Andréa (Org.). Literatura e subjetividade: aspectos da formação do sujeito nas práticas do ensino médio. São Paulo, SP: Blücher, 2018. (Coleção A reflexão e a prática no ensino médio, 3). ISBN 9788521209607. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/158855/pdf. Acesso em: 04 jan. 2021. SORRENTI, Neusa. A poesia vai à escola reflexões, comentários e dicas de atividades. 2. ed. São Paulo, SP: Autêntica. 2007. (Formação humana na escola, 6). ISBN 9788582179154. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/36518/pdf. Acesso em: 04 jan. 2021. ZILBERMAN, Regina. A leitura e o ensino da literatura. Curitiba, PR: Intersaberes, 2012. 257 p. (Série literatura em foco). ISBN 9788565704519.</p>
<p>Bibliografia Complementar: CÂNDIDO, Antônio. Vários escritos. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ouro sobre Azul, 2007. 270 p. ISBN 9788588777538. COSSON, Rildo. Círculo de leitura e letramento literário. São Paulo, SP: Contexto, 2014. ISBN 9788572448246. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6967. Acesso em: 04 jan. 2021. COMPAGNON, Antoine. O demônio da teoria: literatura e senso comum. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. 292 p. (Humanitas). ISBN 9788570418319. EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução. 6. ed. São Paulo, SP: M. Fontes, 2006. xii, 387 p. (Biblioteca universal). ISBN 8533622953. GUINSKI, Lilian Deise de Andrade. Estudos literários e culturais na sala de aula de língua portuguesa e estrangeira. Curitiba, PR: Intersaberes, 2012. (Metodologia do ensino de</p>

língua portuguesa e estrangeira, 6). ISBN 9788582123010. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/5920/pdf/1>. Acesso em: 04 jan. 2021.

MENDES, Mariana (Org.). *Caderno de leituras: clássicos brasileiros: orientações para o trabalho em sala de aula*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, c2015. 183 p. ISBN 9788535926323.

DGEL 193 - Tópicos em Língua Portuguesa I

Ementa:

Concepções sobre letramento. Sociedade de cultura escrita e alfabetismo. Letramento como processo histórico-ideológico de aculturação. Letramento e escolarização. Estudo das práticas letradas não escolares e de seus respectivos modos de circulação. Reflexão sobre o impacto das novas tecnologias na natureza da linguagem e das práticas de produção e recepção de textos.

Bibliografia Básica:

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. *Língua materna: letramento, variação & ensino*. 4. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2007. 245 p. (Na ponta da língua; 2)
COSCARELLI, Carla Viana (Org.); RIBEIRO, Ana Elisa (Org.). UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Centro de Alfabetização, Leitura escrita. *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. 2.ed. Belo Horizonte, MG: UFMG, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, Autêntica, 2007. 244 p. (Coleção linguagem e educação).
ROJO, Roxane (Org.). *Alfabetização e letramento: perspectivas linguísticas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. 232 p. (Letramento, educação e sociedade)

Bibliografia Complementar:

VAL, Maria da Graça Costa (Org.); MARCUSCHI, Beth (Org.). UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Centro de Alfabetização, Leitura escrita. *Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania*. 1. ed. Belo Horizonte, MG: UFMG, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita: Autêntica, 2005. 266 p. (Linguagem e educação).
MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. *Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento*. Campinas, SP: Autores Associados, 1994. 116 p
PEREIRA, Regina Celi (Org.). *Entre teorias e práticas: o que e como ensinar nas aulas de português*. João Pessoa, PB: Ed. da UFPB, 2011. 207 p
SIGNORINI, Inês (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001. 192 p. (Ideias sobre a linguagem)
SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autentica, 2012. 124 p. (Linguagem & educação)

DGEL 194 - Tópicos em Língua Portuguesa II

Ementa:

Lógica, dialética e retórica no pensamento grego e seu desenvolvimento. O problema do público e a Especificidade das tradições argumentativas. A retomada e renovação da argumentação em Perelman e em seus discípulos. A definição e seus tipos. Premissas e conclusões. Silogismos e falácias. Argumentos curtos (exemplos, analogia, autoridade, sobre causas, dedutivos). O ensaio argumentativo.

Bibliografia Básica:

KOCH, Ingedore. *A Inter-Ação pela Linguagem*. São Paulo: Contexto, 1998.

<p>_____. <i>Argumentação e Linguagem</i>. São Paulo: Cortez, 1999.</p> <p>OSAKABE, Haqira. <i>Argumentação e discurso político</i>. 2. ed. São Paulo, SP: M. Fontes, 2002. 224 p. (Texto e linguagem)</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ABREU, Antônio Suarez. <i>A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção</i>. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999</p> <p>AMOSSY, Ruth (Org.). <i>Imagens de si no discurso: a construção do ethos</i>. São Paulo: Contexto: 2005.</p> <p>GUIMARÃES, Eduardo. <i>Texto e Argumentação: Um Estudo de Conjunções do Português</i>. São Paulo: 2001.</p> <p>PERELMAN, Chäim. OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. <i>Os âmbitos da argumentação</i>. In: <i>Tratado de argumentação: a Nova Retórica</i>. Tradução de M. E. G. G. PEREIRA. São Paulo: Martins Fontes, 1996</p> <p>REBOUL, Olivier.: <i>Introdução à retórica</i>. São Paulo: Martins Fontes, 2004.</p>

DGEL 195 - Tópicos em Língua Portuguesa III
<p>Ementa:</p> <p>Estudo de processos sociocognitivos relacionados ao aprendizado e desenvolvimento da leitura e da escrita. Concepções de leitura. Práticas de leitura. As condições de produção da leitura. Modos de ler.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (Org.). <i>Português no ensino médio e formação do professor</i>. 2. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2007. 255 p. (Estratégias de ensino; 2)</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. <i>Ler e compreender: os sentidos do texto</i>. 3. ed.; São Paulo, SP: Contexto, 2006. 216 p.</p> <p>SOLÉ, Isabel. <i>Estratégias de leitura</i>. 6. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 1998. 194 p. (Biblioteca Artmed).</p>
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>CORACINI, Maria José Rodrigues Faria (Org.). <i>O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira</i>. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002. 141 p.</p> <p>COSCARELLI, Carla Viana (Org.); RIBEIRO, Ana Elisa (Org.). UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS Centro de Alfabetização, <i>Leitura escrita. Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas</i>. 2.ed. Belo Horizonte, MG: UFMG, Centro de Alfabetização, <i>Leitura e Escrita, Autêntica</i>, 2007. 244 p.</p> <p>ORLANDI, Eni Pulcinelli. <i>Discurso e leitura</i>. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996 118 p</p> <p>ROJO, Roxane (Org.). <i>A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs</i>. São Paulo, SP: EDUC, 2008, 2000. 248 p. (As faces da linguística aplicada).</p> <p>SMITH, Frank. <i>Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler</i>. 4. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2003. 423 p</p>